



BELEM DO PARÁ SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS

1616 A 1823

JORGE HURLEY

BIBLIOTECA DE CONSERVAZONAS

REGISTRO: 061

DATA: 17.09.2002

JORGE HURLEY

BELÉM DO PARÁ

Sob o dominio Portuguez

1616 a 1823

Trabalho historico de Jorge Hurley mandado publicar pelo illustre e honrada paraense professor Abelardo Leão Condiúri, estadista de largo des-cartino, em homenagem a Portugal, por occasião do terceiro centenario de sua emancipação politica da Hespa-nha — 1.º de Dezembro de 1640.

Jorge Hurley

Am
325.3098115
H965b



1940
OFICINAS GRAFICAS DA
LIVRARIA CLASSICA
Rua Cons. João Alfredo, 61
BELÉM-PARÁ-BRASIL

JORGE HEER

BELÉM DO PARA

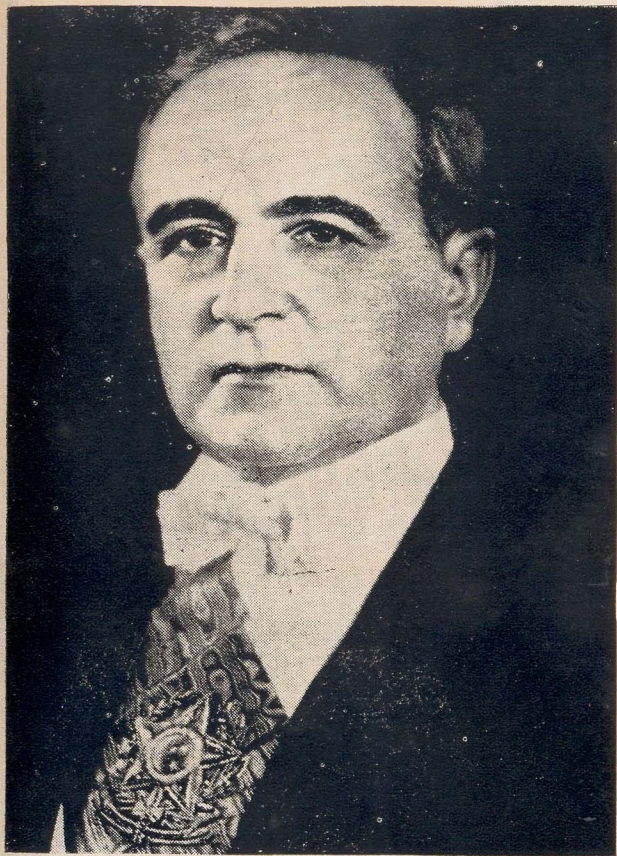
Sob o domínio Português

1816 a 1823

Propriedade literaria do autor.

1840
BIBLIOTECA
LIVRARIA
E. J. DE
S. PAULO





DR. GETULIO VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
HOMENAGEM DA CIDADE DE BELEM DO PARÁ

ESTE livro sobre o passado, de cujo preparo foi incumbido e de cuja incumbencia outorgada pela Prefeitura Municipal de Belém, intelligentemente e com rara proficiencia erudita se desobrigou o historiographo patricio dr. Jorge Hurley, foi planejado e editado em homenagem a Portugal.

Nós, brasileiros, devemos a Portugal, além das nossas origens raciaes, todas as nossas virtudes characteristics de bondade, de doçura, de enternecido amor ao proximo, que elle nos legou nas doutrinas suaveis do cristianismo; nós lhe devemos este innato sentimento de justiça porque pautamos todos os nossos actos individuaes e collectivos,

e que nos provém dos seus monumentaes institutos juridicos; devemos-lhe esta inapreciavel inclinação espiritualista, que nos conduz ádiante através um ininterrupto trabalho mental para o aperfeiçoamento desta nossa civilisação, que já vae sendo propria em terras da America... Mas, lhe devemos, tambem, este immenso, magnificante, inestimavel patrimonio social, politico e economico, que são a nossa integridade territorial, a nossa unidade racial, a nossa unidade linguistica e religiosa, estructuradas, á distancia, por um povo que não contava por mais de treis milhões de individuos, mas cujo incomparavel potencial de energia se expandia a todos os quadrantes da Terra, descobrindo mundos novos, edificando novas civilisações, eternamente votado á aventura e ao heroismo, de que as vélas brancas das caravéllas, trazendo a cruz no reconcavo, se fizeram um symbolo.

Attingida a nossa maioridade politica, é certo que delle nos des-

prendemos, adquirindo personalidade propria, definida pela nossa emancipação. Mas, esse facto, natural e inevitavel, e simples phenomeno de scissiparidade, longe de significar incompatibilidades ou animos hostis contra aquelle que nos déra origem, ainda mais delle nos acercou, dadas as nossas tendencias communs e bem apuradas, as semelhanças dos nossos designios.

D'ahi, dessa desagregação politica, pela qual nos decidimos a nos governar por nós mesmos, seria de esperar se gerassem máguas dura-doiras entre os dois povos, um dos quaes era recém-nado em terras virgens, dotadas de riquezas incalculaveis.

Isso, porém, não foi o que se deu.

Portugal logo se reconfortou na glória immensa de haver fundado, em terra longinqua, uma nova patria. E nós, conscientes das nossas origens, sublimadas as razões apparentes e os pretextos casuaes do que teria sido apenas a nossa emanci-

pação logica e inelutavel, volvemos o olhar ao passado e desde então, fortalecendo os nossos laços de imperturbavel estima e estreita collaboração civilisadora, vimos vindo pela vida, irmanados nas mesmas emoções de alegrias ou de desventuras, construindo os altos destinos dos nossos sonhos impereciveis.

As suas commemorações historicas, assim, tambem nos pertencem.

Dentre ellas, as que se festejam neste anno avultam na monumental historia da Nação lusa como datas maiores. Recorda uma que Portugal existe ha oito seculos, pois que a sua fundação nasceu na batalha de Ouriques, cujos louros da victoria couberam a Affonso Henriques, na luta contra Castella. Lembra a outra o terceiro centenario da libertação de Portugal do jugo hespanhol. Festejam-se, pois, a origem e a restauração de Portugal, como Nação soberana.

Nada, por isso, nos pareceu melhor testemunhar os sentimentos da

cidade de Santa Maria de Belém em face dessas commemorações grandiosas do que o recordar, tambem, da sua historia, desde a sua fundação, em 1616, por Francisco Caldeira de Castello Branco, até á data da Independencia do Brasil, periodo esse que abrange o da existencia da metropole amazonica como cidade portugueza. E esse é o sentido desta obra, cuja finalidade avulta desde logo como sendo a de perpetuar, para as gerações vindouras, a documentação verdadeira do muito que fizeram os portuguezes para que Belém possa, hoje, figurar como o maior centro de civilisação humana nesta parte do continente sul da America. Do presente, em que os nossos irmãos d'alem-mar continuam ligados a nós, cooperando no trabalho e nas aspirações, que realisamos e que nos orientam na obra persistente do engrandecimento de Belem— a Rainha da America Tropical, no vaticinio de Henri Coudreau—o futuro dirá nas dobras da Historia, que se vae crê-

ando pelo nosso esforço constante.

Em homenagem a Portugal, á data dos seus centenarios maiores, o Município de Belém quer dedicar esta obra, que significa a sua modesta contribuição ás commemorações lusitanas, aos dois grandes homens invulgares que presidem aos destinos das duas patrias irmãs. S. S. E. E. os srs. dr. Getulio Vargas e General Fragoso Carmona.

Não se cogitou, aqui, de nenhuma formula protocolar, para isso. Outras razões visiveis e tangiveis foram as que nos guiaram a intenção sincera.

A vida actual portugueza, vista panoramicamente, avulta tanto por entre o desmantelar de nacionalidades, esboroadas na velha Europa, que mal se a concebe como obra de uma geração unica, que o é, esse ássombroso ressurgir de uma velha nacionalidade, agora reafirmada, energeticamente, através de realisações tão espectaculares e monumentaes como aquellas que, no decurso lento de

um quasi millenio veio eternisando nos marcos da sua historia legendaria pelo Saber, pela Fé e pelo Heroismo.

E para essa obra de grandeza immensuravel, ha apenas 13 annos vem guiando, presidindo, orientando a Nação portugueza o grande Condestavel da Republica, que é o General Carmona, o bravo e intemerato varão do Portugal moderno.

Quanto a nós, ao Brasil de agora, o que nós cabe, nesta hora amarga para a Humanidade, é beindizer a Deus por nos haver arrancado á inquietação, á desordem dissolvente, que nos ia devorando as entranhas e que nos arrastaria á desagregação e ao anniquillamento final, dando-nos para presidir os nossos destinos esse outro immenso grande homem, que, pelo seu valor desproporcionado e excepcional, caminha para a gloria levado por esse seu valor pessoal, sem massacrar os seus concidadãos, sem trahir os seus amigos, sem faltar á fé e á

piidade e sem renegar a religião que recebeu no berço—o que tudo por junto representa aquella alta Virtude, significando desdobramento da individualidade, na totalidade da sua força e nada obstante todos os obstaculos; significando a aptidão para a acção; significando energia, no sentido que lhe deu Stendhal—o Presidente Getulio Vargas, orientado por quem o povo brasileiro, restituído a si mesmo, ás suas tradições mais caras, ás suas directrizes mais solidas, já irrompeu entre as grandes nacionalidades como expressão nova.

Essas, as razões da homenagem a Portugal. Esses, os motivos da dedicatória, que presta á Nação portugueza e que faz aos dois Chefes de Estado do Brasil e de Portugal o Municipio de Belém, pelo meu intermedio e como significado real deste livro.

Belém, Maio, 940.

Abelardo Condurú



General ANTONIO CARMONA

PRESIDENTE DA REPUBLICA PORTUGUESA

HOMENAGEM DA CIDADE DE BELEM DO PARÁ

BELÉM DO PARÁ

Fundação de Belém e consequente posse da fóz do Rio Ama- zonas e do Pará para as corôas de Portugal e Hes- panha.

Por muito tempo, os professores, fiados nos cronistas e historiadores antigos, ensinaram ás gerações paraenses que Francisco Caldeira de Castello Branco sahiu do Maranhão em novembro e chegára a tába de Parauassú (Belém), no dia 3 de dezembro de 1615, fundando a cidade de Belém naturalmente a 25 de dezembro, razão porque déra o nome de forte Presepio que construiu de madeira na ponta *Mauri* (FORTE DO CASTELLO), pedra fundamental de Belém.

O nome Presepio, dado ao forte, occasionou grande confusão aos cronistas que, raciocinando, por conta propria, sem consultar os documentos, apressaram se a escrever que a chegada de Caldeira a Belém occorrêra a 3 de dezembro de 1615 e a fundação da cidade, forte e capellinha de N. S. da Graça, dentro do forte, aliás, teria occorrido a 25 de dezembro do mesmo anno.

Coube ao illustre publicista dr. Manoel Barata, historiographo paraense, a honra de concertar a Historia do Brasil na parte referente á data da sahida de Francisco Caldeira de Castello Branco, de S. Luiz do Maranhão, chefiando a expedição destinada á fundação de um forte e uma povoação no Pará, de modo a poder irradiar a colonisação e promover a defêsa da Amazonia.

Graças aos excellentes estudos desse illustre escritor, pôde-se, com segurança, afirmar que a fundação da cidade de Belém e consequente colonisação e posse das terras ocorreram como adiante vão descritos.

A viagem de Francisco Caldeira de Castello Branco.

Alexandre de Moura, sobre ter sido um grande e sabio militar, foi, tambem, um excellente politico.

Vencidos e expulsos os francêzes, de S. Luiz do Maranhão, Alexandre de Moura tratou de apagar os dissídios existentes entre Jeronymo de Albuquerque Maranhão e Francisco Caldeira de Castello Branco, ambos de reconhecido valor e merecimento militares.

Urgia aquinhoal-os na região, separadamente, e Moura assim o fez: nomeou Jeronymo de Albuquerque Maranhão, capitão-mór da Conquista do Maranhão e Francisco Caldeira de Castello Branco, capitão-mór «para o descobrimento do Grão-Pará» e famoso Rio das Amazonas, de que já tinha bastantes noticias pelas informações de Ravardiére.

No «Forte S. Felipe» («S. Luiz», dos francêzes), no Maranhão, reuniu, em seu apartamento, o capitão mór de Pernambuco Alexandre de Moura os officiaes da conquista para deliberarem sobre a jornada do Pará e Rio Amazonas, em observancia ás prescripções de Gaspar de Souza, governador geral do Brasil.

Essa historica reunião realisou-se no dia 13 de dezembro de 1615.

Do que se discutiu foi lavrado um auto pelo tabellião Fructuoso Lopez—Anais da Bib. Nacional do Rio de Janeiro vol. 239, Doc. 23.

Para assegurarem o exito da expedição, decidiram, muito acertadamente, empregar na direcção dos navios da expedição os pilotos francêzes Charles des Vaux e um outro da mesma nacionalidade, que eram praticos da navegação costeira, interna, da costa do Maranhão-Pará, desde os tempos da pirataria francêza.

A expedição de Caldeira se compunha de «hum pataxo, um caravellão e uma lancha grande, de que eram capitães Pedro de Freitas, Alvaro Netto e Antonio Fonseca».

Castello Branco recebeu mantimentos para cinco mezes e nóvas amarras ás embarcações e duzentos homens, ao todo, dos quaes 150 eram soldados.

Alexandre de Moura, capitão-mór de Pernambuco, na conquista do Maranhão, deu a Francisco Caldeira de Castello Branco, um regimento em que prescrevia a immediata expulsão dos francêzes encontrados no Pará e Rio Amazonas.

Nesse regimento, recommendou Alexandre de Moura a Caldeira que passando em Cumá (Cumat), á margem do rio Pericuman, que desagua na bahia de Cuman com o rio Tapitininga, Raymundo-uassú, Pirauassú e Pilar, procurasse falar com os gentios alli habitantes, e reduzi-los á causa portugueza, por intermedio do capitão des Vaux «de quem elle, capitão-mór (Caldeira) deve fazer muita conta com a cautella devida. *«Annaes da Bib. Nacional do Rio de Janeiro»*, vol. XXV, pag, 240.

Ordenou ainda que, penetrando o Rio Pará, conhecido dos francêzes, tratasse «de escolher sitio acomodado para fortificar-se com as dez peggas de artilharia», que conduzia e procurasse «reduzir a nós toda a gente circumvisinha *usando do mesmo instrumento, mos. des Vaux*, «pelo melhor modo que lhe for possivel». Recommendou que ao construir o forte (que deu o nome de Presepio) tivesse

o cuidado de o collocar em local onde não podessem chegar náus «inimigas que lhe possam damnificar seus navios por serem pequenos» Nisso não obedeceu Caldeira ao Regimento de Moura, escolhendo a ponta *Mauri* sobre a bahia de Guajará.

Observa que tendo noticias de que os «franceses» (holandezes) e inglezes «em algum tempo do anno vem ao Rio Amazonas e vão em lanchas entre as ilhas por elle assima fazer resgates procure tomar os descuidados pois o devem estar de tal acometimento.

Manda «descobrir adonde estão *duas roqueiras e hum falquão de bronze*, todos com seus serviços. e duas peças de bronze pequeninas de que lhe dará razão e mesmo mos. Des Vaux, por ser *hum* dos francêzes que os lá deixaram».

Esse importante documento é datado do Forte S. Philippe, no Maranhão, em 22 de dezembro de 1615.

Conduziram a esquadilha de Francisco Caldeira de Castello Branco, como piloto-mór Antonio Conchado, André Pereira Temudo e Charles des Vaux, que veio no capitanea e foi o piloto-mór, de facto, da jornada, porque foi quem aos outros ensinou a difficil navegação «por dentro» do Maranhão ao Pará «mares nunca dantes navegados» pelos portuguezes.

Desta viagem, foi principal cronista maritimo o bravo capitão André Temudo que, esqueceu-se, todavia, lamentavelmente, de mencionar a data em que chegaram os portuguezes ás aldeias de Parauassú, Guaimiaba e Capim, em cujo littoral fundou Caldeira a cidade de Belém, a 35 léguas da fóz do Rio Pará, segundo os calculos da epocha.

Esse dia desconhecido foi, provavelmente, um da segunda quinzena de janeiro de 1616, mas que a Historia, até hoje, não pode precisar.

Diz o illustre e honesto historiador paraense Arthur Vianna, de imperecível memoria, na obra magnifica e infelizmente não concluída: «Monographias paraenses»—«Os Historiadores da Amazonia», publicada na «Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará», (1.^a phase), 1900, paginas 290 e 291:

«Effectuado sem contratempo o desembarque, em fins de janeiro ou principio de fevereiro de 1616 agradou-se Castello Branco de uma ponta elevada, inaccessivel pela parte do mar e defendida pela parte da terra por extenso igarapé, que nascendo no alagadiço do Piry ia desembocar» (onde é hoje a dóca do Ver-o-pêzo, antigo Véropêzo)

«Nessa ponta construiu elle um Forte de madeira; coberto de palha, material usado pelos francezes no forte de S. Luiz do Maranhão, a que denominou Presepio, não só porque aquella ponta alta dava aquella apparencia a quem a visse da Bahia do Guajará, como porque partira no dia de Natal do Maranhão a expedição Caldeira ainda prevalecendo aquella data para a nominação da povoação que chamou de Nossa Senhora de Belém e, porque fôra bem recebido pelos tupynambás, da região, elegeu Nossa Senhora da Graça em padroeira da fundação de Belém»...

Berrêdo informa que o primeiro portuguez a saltar em Belém foi o de nome Antonio de Deus. Berrêdo, entretanto, equivoca-se quando diz que foi Francisco Caldeira de Castello Branco (obra citada 405) quem deu o nome de Grão Pará, nome tambem do Amazonas, na supposição de que o forte Presepio estaria fincado «na terra firme deste competidor do Oceano, quando a grande Bahia com que se enganava, se forma das bôcas do Mojú, Acará e Guamá»...

O Rio Pará era assim chamado pelos Tupinambás de epochas immemoriaes.

Como tal foi conhecido pelos francêzes e Ivo D'Evreux relata *a viagem ás aldeias tupynambás do Rio Pará, em 1613*. Pagina 24, obra citada.

Alexandre de Moura no Regimento que deu a Caldeira fala, claramente, na necessidade da expulsão dos francêzes do Rio Pará e do Rio das Amazonas.

Os Rios Pará e o Amazonas eram, então, nas suas fozes, conhecidos por Paráuassú, nome de um dos principaes das aldeias aborígenes de Belém e que significa Rio Grande

Na Vigia, ha um Rio com o nome TABA-PARA'.

O que os portuguezes fizeram foi traduzir o vocabulo UASSU', para a sua lingua e dahi o Grão-Pará.

Quanto ao engano de Berrêdo é justificavel. Orellana já se havia anteriormente enganado: entrou pelo Rio Pará suppondo ter penetrado pela foz do Rio das Amazonas, no seu canal do Norte.

Quem não se enganou foi, certamente, Charles des Vaux!

Foi assim lançada, no forte Presepio, a primeira pedra da cidade de Belém, hoje a grande metropole no norte do Brasil, plantada á margem direita do magestoso Rio Tocantins, chamado nessa região Rio Pará.

Chegada de Caldeira de Castello Branco á Belém.

Ao alvorecer de 12 de janeiro de 1616, na preiamar quasi, o caravelão «Santa Maria da Candelaria», o patacho «Santa Maria da Graça» e o lanchão «Assumpção», que constituíram a flotilha de Francisco Caldeira de Castello Branco ferravam os panos e as bujaronas na formosa bahia de Gua-

yára (Campo das Yáras)—Guajará depois—e arriavam férros, em frente á aldeia de Parauassú, que ficava situada num ponto da região onde hoje se estende a avenida Castilho de França entre as Mercês e o Vêr-o-Pêso.

De bordo Caldeirã de Castello Branco admira a belêza daquele panorama selvagem. A praia de Parauassú avermelhada de tupinambás, pintados de urucú, e o porto repleto de ubás e igaretés. A bahia recortada de cânôas aborígenes com velas de miriti procedente das ilhas. Gente muita. Movimento marítimo. Vida.

Avistando a bocaina do igarapé Piry de Jussára — Igapó de assahy — cuja margem direita ficava perto do actual edificio da Recebedoria e a esquerda mais um pouco além do Necróterio, e enamorado do outeiro, sobre o qual edificou o Forte Prêsepio, levantou férros e aproximou-se da foz do igarapé Piry, representado hoje, em nossos dias, pela Dóca do Vêr-o-pêso.

Exemplificando, não é demais informar que o Piry de Jussára era um igapó, de 300 braças de largura por 600 de profundidade, o qual banhava uma parte oriental do terreno onde se edificou Belém, «extendendo-se da extremidade meridional da rua do Espirito Santo ao largo da Trindade». «Do paul deriva um ribeiro ou igarapé que corria pela depois Estrada de São José, atravessava a parte septentrional do Largo de Palacio e desaguava no lugar da Dóca do Ver-o-pêso.

Esse Piry separava a tába de Parauassú da de Capim e, mais tarde, os bairros da Cidade do da Campina, os quais, á beira mar quasi, foram pelos portugueses ligados por uma ponte, que vindo da terra firme da Calçada do Colégio terminava na entrada da Rua da Cadeia—Conselheiro João Alfredo.

O Palacête Azul, a praça Patroni, a rua Angelo Custodio e toda a Estrada São José e parte da

travessa São Matheus foram levantados dentro do igarapé Piry de Jussára, após o grande aterro que o Conde dos Arcos mandou fazer ali.

Abicando o «Assumpção» á barreira da margem esquerda do Piry (Rua Marquês de Pombal) fez Caldeira saltar, pelo prestígio do nome, em primeiro lugar, o capitão Antonio de Deus que, tomando o caminho selvagem mais proximo, subiu no rumo do Outeiro — rua sinuosa e estreita por onde se chegava ao largo da Sé flanqueando a redacção da *A Palavra* e o actual palacio archiepiscopal, hoje fechada á servidão publica.

Guiado por Antonio de Deus, Caldeira, os capitães e os homens de tropa galgaram o bosque onde hoje é o Largo da Sé.

E os machados entraram immediatamente, em função na derrubada das arvores. Caldeira resolve construir, no Outeiro, que o seduziu do mar, o Forte Presepio, que os deveria abrigar.

Todos trabalham.

Afluem alguns rapazes tupinambás, enfeitados de pennas, chefiados por Parauassú, sobraçando fructas regionais, pêras de assaí, peixe e tartarugas e farinha d'agua, «potabas» para barregar com os cariuas.

O encontro, segundo a tradição, de Caldeira com Parauassú, foi cordialissimo. Os dois chefes cumprimentaram-se affectuosamente sem perceberem, de parte a parte os vocabulos que proferiam.

Charles des Vaux, velho conhecido de Parauassú, um pouco contrafeito, salva a situação e diz, em tupinambá, ao velho tucháua paraense que o Rei de Portugal mandava ocupar as terras do Pará pelos seus brancos e todos vinham trabalhar pela civilisação christã, como fizeram os francêzes no Maranhão, com Aubeville e Ivo d'Evreux ao fundarem a cidade São Luiz. Parauassú e Caldeira atravéz do interprete francêz,

entraram em longas conversações, permutando presentes, artigos portuguezes e fructos da terra numa intimidade commovente. Os rapazes tupinambás, sorridentes, entraram, com os lusitanos, na derrubada da floresta, emquanto outros munidos de facões foram buscar ao «casáobi» palmas de «pindóba» para a cobertura das casas de emergência que estavam sendo rapidamente armadas.

Estava, assim, iniciada a edificação da bella cidade de Belém nos primeiros esteios da ermida de N. S. da Graça e sob os auspícios de N. S. de Belém, sua excelsa padroeira.

Os aborígenes de Parauassú e a maior parte dos seus visinhos da tába do tucháua Capim receberam bem, com satisfação mesmo, os portuguezes e uns e outros prestaram grande auxilio material a Castello Branco na construção do Forte Presepio, Igreja de N. S. da Graça, que era dentro do mesmo Forte e primeiras casas de madeira, taipa de pilão e cobertas de palha.

Essa recepção festiva e cordial provinha da noticia, já do conhecimento aborigene, de que os portuguezes haviam vencido os francêzes em São Luiz do Maranhão. Era o respeito á bravura lusitana. As tábas aborígenes do Maranhão se communicavam com as do Pará desde tempos remotos.

O tucháua Capim que tinha sua aldeia na altura da hoje travessa 15 de Agosto, no antigo bairro da Campina, mais desconfiado que Parauassú, reuniu sua familia e, segundo a tradição, deixando seus parentes mais afastados abandonou Belém e se foi fixar, definitivamente, nas terras do Rio Capim, onde nascêra, dizendo ás pessoas das quaes se despedia: Nasci livre e o tupinambá somente gosa de liberdade no seio dos caaetés, nas cabeceiras dos rios, onde pôde conservar puros seus costumes e suas lendas immemoriaes sob a proteção de Tupan — que é o mesmo Deus dos christãos.

O Pará no Governo de Francisco Caldeira de Castello Branco.

Francisco Caldeira de Castello Branco não era um neophito em administração publica. Antes de fundar Belém, de que resultou a colonisação da Amazonia para o Brasil, fôra elle governador da capitania do Rio Grande do Norte, como Capitão-mór.

Seu character, entretanto, não era o que devia servir a um administrador porque se revelou, no Maranhão, um ambicioso de glórias alheias e no Pará, prepotente com os colonos e impiedoso para com os aborigenes, que os receberam cordialmente e o ajudaram a fundar Belém, núcleo inicial da «Feliz Lusitania» — nome que dera a região amazonica banhada pelo Rio Pará.

No Maranhão, Caldeira de Castello Branco procurou prejudicar, em proveito proprio, a acção do heroico Jeronymo de Albuquerque Maranhão, adiantando-se além da missão de reforçar as tropas da Conquista de S. Luiz do Maranhão.

Na Carta Régia, enviada a 4 de setembro de 1616, pelo Arcebispo de Lisboa, «Per el Rey», ao Governador do Brasil, sabe-se que Francisco Caldeira de Castello Branco communicára ao Rei da Hespanha e Portugal, etc. em carta de 12 de abril de 1616, que chegára ao Pará com 18 dias de viagem. — Documentação brasileira seiscentista, São Paulo pagina 10, Tomo III, dos Anais do Museu Paulista.

D'ahi se póde calcular, com precisão, á vista dessa declaração official, que havendo sahido Caldeira a 25 de dezembro de 1615, teria saltado na ponta do Castello A 12 DE JANEIRO DE 1616, DATA DA FUNDAÇÃO DE BELÉM; data também da primeira missa campal, celebrada pelo

capellão da jornada, Padre Manoel Figueira de Mendonça, e do lançamento da primeira pedra (estaca) do Forte PRESEPIO.

Os antigos portugueses contavam os dias completos e assim teremos: seis dias de dezembro de 1615, e doze de janeiro de 1616, completando os dezoito dias de viagem que disse Caldeira ter gasto do Maranhão ao Pará.

Caldeira foi auxiliado pelo braço tupinambá nas construcções do Forte PRESEPIO e na ermida de N. S. DA GRAÇA, a qual era dentro do mesmo Forte.

Belém foi fundada sobre a tába de Parauassú, que dirigiu os tupinambás não só nessas construcções como durante todo o anno de 1616, na edificação das primeiras casas do bairro chamado, tradicionalmente, «CIDADE VELHA».

Um dos primeiros cuidados de Caldeira, vendo-se cercado de numerosos tupinambás indomitos, foi chama los á civilisação por intermedio do capellão da jornada, Padre Manoel Figueira de Mendonça, nomeado por Francisco Caldeira de Castello Branco, primeiro vigario do Pará, á vista das recommendações do governador Gaspar de Souza.

O Padre Manoel Figueira de Mendonça foi nomeado, effectivamente, primeiro vigario da primeira matriz do Pará em julho de 1617, por D. Luiz de Souza, capitão geral e governador do Estado do Brasil, com o mesmo ordenado de um soldado mosqueteiro (infantaria) isto é, com 36\$000 por anno.

Caldeira expede emissarios participando a fundação da —«FELIZ LUSITANIA»— que tinha como séde a nascente povoação de N. S. de Belém, nas aguas do Rio Grão-Pará.

A Portugal faz seguir uma caravella da jornada com os capitães André Pereira Themudo e Antonio Fonseca, commandada pelo piloto Antonio Vicente Conchado.

Ao Maranhão envia o alferes Pedro Teixeira por terra, levando cartas a Gaspar de Souza, governador do Brasil, com residencia provisoria em Recife, e a Jeronymo de Albuquerque Maranhão, communicando-lhes a fundação do Forte Presepio e consequente povoação de N. S. de Belém.

Inicia ahi, sob uma sorte admiravel, o alferes Pedro Teixeira a sua brilhante carreira de guerreiro intemerato e bandeirante maior da Amazonia. Fôram seus companheiros nessa jornada, através do Caaetés Pará-Maranhão, dois soldados e trinta tupinambás, que eram praticos na travessia dessas florestas.

Pedro Teixeira teve a auxilial-o, nessa expedição, o alferes Antonio da Costa, sendo guiado pelos tupinambás, habituados a viajar entre o Maranhão e o Pará, e, havendo sahido a 4 de março, de Belém, chegou ao Maranhão a 7 de maio de 1616.

Na correspondencia, de que fôra correio Pedro Teixeira, Castello Branco solicitou immediato soccorro ao Pará, «pois estava informado, por testemunhas insuspeitas, de que os holandezes tinham varios estabelecimentos nas terras de Grão-Pará, sendo portanto urgente despojá-los». Monographias paraenses de Arthur Vianna, pag. 293.

O mesmo pedido fez elle ao Rei e a Gaspar de Souza, Governador Geral do Brasil, Jeronymo de Albuquerque Maranhão fez, incontinente, regressar, por mar, á Belém, o alferes Pedro Teixeira e seus companheiros, seguidos do capitão Custodio Valente com trinta arcabuseiros, muitos tupinambás e grande cópia de artigos destinados á troca de productos entre aborigenes e colonos, no valor de dois mil cruzados.

O primeiro combate aos hollandezes no Rio das Amazonas, em aguas do Pará.

O alferes Pedro Teixeira ao chegar á Belém, com os recursos reclamados pelo capitão-mór Francisco Caldeira de Castello Branco e enviados por Jeronymo de Albuquerque Maranhão, recebe de Caldeira de Castello Branco a delicada missão de dar caça aos hollandezes, «que bordejavão no Amazonas, perto da fóz do rio Xingú, á espera de uma grande armada, segundo se dizia para alli fazerem assento». — Berrêdo e Baena, obras citadas.

A noticia dessa incursão hollandeza recebera Caldeira na manhã de 7 de agosto de 1616, atravéz de informações selvagens, confirmadas por um hollandez que se encontrava em Belém, os quaes tambem lhe asseguravam a presença de estrangeiros em Gurupá.

Na tarde desse dia, a dar combate a nau hollandeza, partem, para as aguas do Rio Amazonas, a toda velocidade, á véla e a remos, duas canôas de guerra commandadas pelos alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas Macêdo. este como ajudante, guarnecidas de vinte soldados e muitos tupinambás flecheiros.

A' noite de 9. de agosto de 1616. num milagre de velocidade que só o braço e o labor selvagens obtinham, poudes Pedro Teixeira atacar, de surpresa, o grande navio hollandez, abordando-o «com hum tal desprezo de chuveiro de balas, que, quando os hollandezes se consideravão só accommettidos, se virão entrados, mas recobrando-se do primeiro susto, empenharão de sorte toda a sua constancia na opposição da furia dos folpes

que já corria sangue pelos embornaes de um e outro bordo». Berrêdo, «Anais Historicos do Maranhão», paginas 178 n. 422.

Cahem mortos e feridos, no tombadilho da nau hollandeza, selvagens paraenses, hollandezes e portuguezes e a lucta de exterminio. á espada, á clava, á borduna e a flechadas, prosegue encarniçada.

Pedro Teixeira, já ferido trez vezes, ao ver indecisa a victoria, pela superioridade das armas e numero dos inimigos, que subiam á tolda aos grupos fusilando a mosquête e a arcabuz, recorre, muito acertadamente, á retirada levando os feridos para as canôas, que desatracam da nau hollandeza.

Afastadas as canôas de guerra luso-paraenses, lança mão Pedro Teixeira das flechas incendiarias, que os tupinambás fazem cahir numa chuva de fogo por todos os recantos do navio hollandez, que se illumina feéricamente para a morte.

Dentro de pouco tempo a nau parecia um roçado aborigene ardendo nos centros dos caaetés...

Assim, pereceram todos os hollandezes, escapando apenas um rapaz Trombeta (Berrêdo, obra citada, pagina 179 e 472), tambem de nacionalidade hollandeza, o qual jogando-se ao Rio Amazonas, foi salvo pelos luso-paraenses, que o trouxeram á Belém, como o mais rico e interessante de todos os trophéus.

Salientaram-se nesse combate desigual, em que o arrôjo lusitano-aborigene attingiu á loucura, pela victoria, além do alferes Pedro Teixeira, que recebeu tres honrosos ferimentos, o seu ajudante Pedro do Couto Cardoso, o alferes João Felix, o sargento Mathias Almeida, que foi ferido, Manoel Martins Maciel, que tomou uma roqueira por occasião do ataque, e Antonio Soares Saraiva, «que se chegava tanto ao fogo, que ficou com o braço

esquerdo todo queimado». Berrêdo, obra citada, pagina 179.

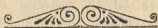
O grôssô da tropa de Pedro Teixeira que, por certo, foi o que mais se distinguuiu na abor-dagem e no ataque á arma branca, era composto de selvagens, que fôram os primeiros a invadirem o tombadilho da nau iniciando alli a matança, como nas luctas ferozes das tábas.

Desses heróes a Historia não sabe o nome para lhes glorificar os feitos. Que essa allusão collectiva, que ora lhes faço, valha uma glorificação! Belém, em fins de agosto de 1616, teve o seu primeiro dia de exaltação: as canôas de Pedro Teixeira, volvem á Guajará esburacadas dos balaços da nau hollandeza e a tropa luso-paraense salta sob as acclamações de todos, que cantam a primeira victoria guerreira alcançada contra os holandezes na Amazonia, pelos portuguezes.

Curado dos ferimentos, com hervas e oleos da terra, ministrados pelos pagés, pois a expedição nem levou cirurgião nem physico, volveu Pedro Teixeira ao theatro da lucta onde, de maré baixa, conseguiu salvar alguma artilharia da nau incendiada, a qual artilharia foi applicada ás baterias desfalcadas do forte Presepio, hoje Castello que, a esse tempo, achando-se construido recebeu o nome de—Forte de Santo Christo.

Castello Branco inicia o arruamento de Belém concedendo lotes de terras aos colonos que eram os proprios soldados da jornada, até então, pacifica, sem a mancha de uma gôta de sangue aborigene.

Nessa lisongeira situação terminou o anno de 1616.



II

BELÉM DO PARÁ

1624 a 1655

Nos primeiros tempos da conquista do Grão-Pará, pelo lusitano Francisco Caldeira de Castelo Branco (1616 a 1624), não tiveram os portugueses outro cuidado senão lutar contra algumas tribus aborígenes rebeldes e expulsar da Amazonia os estrangeiros, notadamente os holandeses, ingleses e irlandeses que se haviam localisado da foz do Rio Mar até Gurupá e em alguns pontos da Ilha Grande de Joannes — Marajó — mantendo relações comerciais com os selvagens dessas regiões tucujús e neêngaibas — na barganha, altamente lucrativa, de productos das tábas com as mercadorias que de suas patrias, de além mar, traziam proprias para engodar os selvagens.

Na aldeia do Una, os frades capuchos da Provincia de Santo Antonio, prosseguiram na obra de catequese aos tupinambás arregimentando para a civilisação, atravez da Igrêja, esses bravos aborígenes que muito auxiliaram os lusitanos na limpêza dos invasores estrangeiros, que haviam penetrado na Amazonia, pelo canal do norte do Rio Mar.

E' de prevêr-se que, após á fundação da cidade de Belém, fôsse logo instalado o Senado da Camara, que deveria legislar para a cidade e para a Capitania do Grão-Pará, porque ha uma referencia á existencia desse Senado feita por Baena, no «Compêndio das Eras», pagina 17, quando his-

ria: «Rebentão commoções populares em Maio 1625) pela apresentação do Alvará de 15 de Março 1624 feita ao Senado da Camara pelo Frei Christovão de (Lisbôa) requerendo a observancia delle»...

Como repartição fiscal da Capitania do Pará era crêada a «Casa do Véro Pezo» que não só arrecadava os impostos da Camara como também de exportação da Capitania, com funções aldegararias.

A cidade de Belém ia-se, pouco a pouco, esdobrando á beira mar do Castélo pela actual Queira Mendes, antiga Rua do Norte sendo, então, o terminal dessa rua a casa do capitão-mór Bento Maciel Parente.

Em 1626 (janeiro), chegam á Belém os Carmelitas Calçados da Cidade de São Luiz do Maranhão e Bento Maciel Parente pratica um dos seus melhores atos de sua vida publica: faz doação de sua propria casa a esses frades «que começam a edificar na Cidade de Belém do Pará um convento á proximidade do Alagadiço da Juçára (assahy) e perto da Mouréla do mar com o destino de formar com o Carmão uma vigararia Provincial de Lisbôa, como ensina Baena.

Em Março de 1626, iniciam os Capuchos de Bento Antonio a construção «de seu primeiro convento, no então suburbio da Cidade, á lingua d'agua».

Em Abril de 1626, os jesuitas requerem ao Senado da Camara de Belém permissão para edificarem um Colégio na cidade. Temendo a ação benéfica dos jesuitas em favor dos selvagens, o procurador da Camara opõe-se a essa concessão alegando «em nome do povo que estando ainda a cidade no seu primordio, e nella havendo já um convento de Carmelitas e outro de Capuchos — Bento Antonio — não convinha conceder licença para fundação de mais Ordens Religiosas».

O Senado da Câmara, á vista desse parecer, nega aos padres da Companhia de Jesús, a permissão solicitada. Em Abril de 1627 concede o Governador e Capitão General Francisco Coêlho de Carvalho ao Senado da Câmara de Belém uma legua de terra para seu patrimonio para aforar e aumentar assim as rendas do Consêlho e a terça parte do Rei. A legua partia da Cidade Velha para o centro do bairro da Campina.

Mudança da Cidade de Belém

O primeiro governador e capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará Feliciano Coêlho de Carvalho, Fidalgo da Caza Real, que tomára posse desse alto encargo a 23 de Setembro de 1623, temendo uma invasão holandeza no Pará, á similhança de que se passava em Pernambuco, que havia cahido em poder desses estrangeiros, nomeia, outra vês, seu filho Feliciano Coêlho de Carvalho comandante em chefe das Forças da capitania do Pará. Feliciano Coêlho toma posse desse comando a 12 de Maio de 1633, data em que chega a Belém. Sua actividade foi assás eficiente.

Além dessa missão militar trouxe Feliciano Coêlho a gráve incumbencia da «transplantação da Cidade do Pará para um nôvo sitio, que deverá escolher na fôrma da Resolução do Gabinete de Madrid, tomada por previo conhecimento da conta, que dêra o mesmo Governador em Dezembro de 1627» - Baena, «Compendio das Eras», pagina 31. Seria nas terras banhadas pela Bahia do Sol.

Essa primeira tentativa de mudança de Belém para outro recanto mais saudavel, visto achar-se a cidade nascente cercada de varios Pirys não saneados, pela conveniente drenagem, foi logo ma-

lograda diante do «embaraço clamoroso de seus habitantes, os quaes não considerando receptiveis as razoes de ser a Cidade uma infante povoação, e composta de domicilios poucos estimaveis, e mal situada, refusão, positivamente, dar prasme ao projecto».—Baena, obra citada, pagina 31.

Convento das Mercês e Igrêja da Misericordia.

Em fins de Dezembro de 1640, os frades da Ordem Calçada de Nossa Senhora das Mercês de La Rua Cirne e João da Mercê, que haviam des-cido de Quito, naltamazonia, com Pedro Teixeira, iniciam a construção, de pedra e cal, «de uma Igrêja e Convento de sua Ordem, junto ao mar entre o Convento dos Capuchos—Santo Antonio—e o cotovello da fronte da terra—Baena, obra ci-tada, pagina 49.

Aliás, esses frades desde que aportaram á Belém escolheram logo o local onde se acha a Igrêja das Mercês e levantaram alí uma pequena ermida, de taipa de pilão, coberta de palha, com o auxilio dos tupinambás aldejados no Una. Nessa ermida, consagrada á Nossa Senhora das Mercês, moravam os dois frades de Quito.

Nas proximidades do Convento das Mercês e entre êsse e o de Santo Antonio funda-se em 1650, a Igrêja da Misericordia e «junto della a respec-tiva Santa Casa: «cujo patrimonio por pequeno não pode dar todos os auxilios assim á humanidade deseparada e afflicta como á humanidade oprêssa como o anathema da vindicta publica», segundo Baena.

A Santa Casa e a Igrêja da Misericordia, nessa época, deveriam ocupar todo o terreno da

rua 13 de Maio, fronteiro á «Casa Krause», tendo como centro a actual «Casa 106», de compra de ouro e jóias. D'ahi o ainda hoje chamar-se esse pequeno espaço «Largo de Misericórdia» que, antigamente, se estendia até á Rua Padre Prudencio, ou melhor até ao local da Igrêja de Nossa Senhora de Santanna da Campina, que foi inaugurada em 1761, noventa e um âno depois.

Convento dos Jesuitas e Casa da Alfandega.

Em 23 de Janeiro de 1653, os jesuitas têm permissão para construir o seu convento o qual levantam nas proximidades do Forte do Castello, «sobre a ourela do mar».

«Em Junho (1653), diz Baena, erige-se a Caza da Alfandega no terreno adjacente ao que foi concedido aos Regulares da Companhia (Jesuitas) para edificação do seo Collegio». «Compendio das Eras», pagina 75 A primeira Alfandega do Pará funcionou no terreno onde se acha hoje, á dóca do Vêr-o-pêso, a filial da Palmeira, o predio n.º 4.

A Casa da Alfandega foi edificada junto á Casa do Vêr-o-pêso, repartição que foi instituida nos primeiros dias da Conquista da gléba paraense pelos portuguezes. O Véro-peso, como já referi, foi a primeira estação fiscal dependente exclusivamente do governo da Capitania e serviu até 1653 de Alfandega, cobrando os impostos de entrada e sahida de generos no porto de Belém.

Véro-pêso

Baena, no «Compendio das Eras» á pagina 159, referindo-se ao grande Capitão General do

Estado do Maranhão e Grão Pará Gomes Freire de Andrade, aludindo ao âno de 1686 (Julho) entre outros informes, diz laconicamente:

«Propõem e obtem do Governo Suprêmo o *Haver e Pêso*, para a Camara do Pará em razão de serem modicas as rendas, que constituem o patrimonio do Conselho».

Em Carta Régia de 1 de Fevereiro de 1725 —1.º Vol. dos Ann. da Bib. e Arch. Pub. do Pará, n.º 164, paginas 221 e 222—D. João para atender ao pedido do Senado da Camara de Belém que, demonstrando a insuficiencia de renda do «*Vero-pêso* que, sob proposta do general Gomes Freire de Andrade o Rei de Portugal concedêra á Camara de Belém, e que somente rendia 150\$000 reis por ano, solicitara «lhe concedesse a Aldea de Moribira (Murubira), que se acha incorporada com os poucos Tupinambases», no objectivo de aproveitar-los no trabalho publico de Belém e de os mandar buscar «drogas» ao sertão «para se pagarem os jornaes dos officiaes de carpinteyros e pedreyros que trabalharem na cidade».

Segunda tentativa de mudança de Belém, para o lugar, onde se achava a Aldeia de Joannes, na ilha de Marajó.

Nos primeiros dias de Setembro de 1655, chegou á Belém o capitão general André Vidal de Negreiros, parahybano heroico e illustre, fidalgo da Caza Real comendador de São Pedro do Sul e Alcaide—Mor das Villas de Marialva e Moreira na posse do cargo de Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará.



DR. JOSÉ MALCHER

INTERVENTOR DO PARÁ E MESTRE DE DIREITO

TRIBUTO DA CIDADE DE BELEM DO PARÁ

Vidal de Negreiros teve logo, nas suas investigações, as melhores notícias sobre a fertilidade e riqueza das terras da Ilha Grande de Joannes que visitára poucos dias após á sua chegada.

Diz Baena: «Limita-se a conhecer, pela propria inspecção, uma parte da costa austral e tendo-a então considerado com vistas politicas não duvidou asseverar que a localidade da Aldea dos Joannes he onde a Capital do Pará se deve altear, abandonando-se para logo o sitio onde ela ainda pouco acreditada e ennobrecida de casas tem seu assento» — obra citada pagina 82.

Regressando á Belém, trabalhado pela sedução das opulentas belêzas naturais da Terra Marajoára, propõe ao Rei de Portugal, a «transacção desta (Belém) para o dito sitio da Ilha Grande, de Joannes, indicando ao mesmo tempo e conveniencia de uma Povoação na Ponta do Mel», no Pinheiro.

A opposição decidida do pòvo e comercio de Belém, junto ao Rei, impedem a realisação do plano de mudança da séde da Capitania para o Marajó.

Honrarias dadas pelo Rei de Portugal aos paraenses.

O Senado da Camara de Belém recebe, com grandes próvas de satisfação, a Provisão de 20 de Julho de 1655, na qual o Soberano confere ás pessoas honradas a mercê antidoral de que gosem dos mesmos privilegios outorgados aos nobres da Cidade do Porto, em attenção ao grande zêlo e fidelidade, com que se houverão ao tempo da desgraçada dominação hollandeza na Cidade de São

Luiz do Maranhão, e com que ajudarão a sacudir o jugo e recuperar a liberdade. — Baena, obra citada, pagina 84.

Dos privilegios, o mais importante éra o de ficarem livres e seus filhos do serviço nas Ordenanças «as quaes devem compor-se somente de populares».

Forte de São Pedro Nolasco

Em meados de Agosto de 1655, a bahia de Guajará, na praia fronteira aos fundos do Convento das Mercês, começa a receber as primeiras pedras da construção o Forte de São Pedro Nolasco. Esse pequenô Forte foi mandado construir pelo capitão general Ruy Vaz de Siqueira. «Era cordiforme, com o vertice voltado para o mar e montava apenas cinco canhões.— Arthur Vianna». Annaes da Bib. e Arch. Pub. do Pará, 4.º Vol. paginas 248 e 249.

Durante as lutas maritimas da Cabanagem esse Forte sofreu vários bombardeios dos Cabanos e da Esquadra Legal ficando, então, em ruinas.

Diz ainda o grande historiador paraense Arthur Vianna, obra e pagina citadas :

«Em 1840. tratando o presidente do Pará dr. Bernardo de Sousa Franco, de construir o caes da cidade verificou que o paredão projectado tocava o forte, sendo preciso reedifica-lo ou de moli-lo. O presidente consultou então o ministro da guerra José Clemente Pereira, sobre o destino d'aquella obra secular.

O imperador optou pela demolição, expedindo o ministerio o Aviso de 16 de Desembro de 1841, de modo que «em 1842 foi arrazado o resto do Forte».



DR. OLIVEIRA SALAZAR

1.º MINISTRO DE PORTUGAL

HOMENAGEM DA CIDADE DE BELEM DO PARÁ

III

Chegam á Belem cincoenta familias portuguezas, com duzentas e trinta e quatro pessoas. A abertura da Rua São Vicente, na Campina, a 22 de Janeiro de 1676.

Em 1670. intensifica-se a imigração lusitana para o Pará. Segundo Baena, nessa época «deixão muitos Portuguezes a agricultura de Portugal e começam e empregar seus capitaes na cultura das terras do Pará, para fazer preparar esta nóva pátria».

Belém aumenta, consequentemente, o seu commercio local.

Em 1676, a sete de Janeiro. chegam á Belém cincoenta familias de açorianos com duzentas e trinta e quatro pessoas de ambos os sexos.

Eram essas familias as victimas de uma irrupção vulcanica na região da Feiteira, na Ilha do Faial, a qual irrupção lhes destruiu, pelo incendio, suas propriedades — casas e plantações.

Os paraenses recebem, carinhosamente, esses flagelados e os hospedam, segundo Baena, em seus proprios lares.

Para essas familias, mandou o Senado da Camara abrir pelo arrumador do Senado uma nóva rua que denominou São Vicente «no lado oriental da Travessa da Misericordia. o sitio em que paralelamente á rua dos Martires se deve marcar campo aos domicilios dos Açorianos nuper-chegados». — Baena, obra citada pagina 140.

Fortaleza da Barra

Covernava o Estado do Maranhão e Grão Pará o Capitão General Gomes Freire de Andrade quando, em 1685, o capitão Antonio Lameira da Franca, habil official da guarnição de Belém, requereu ao governo permissão para construir a sua custa «uma Fortaleza Maritima com o nome de Fortalêza da Barra e sagrada Nossa Senhora das Mercês sobre a extremidade do banco mergulhante de pedra que se estende de Val de Caens para baixo cuja extremidade coberta pelas aguas ascendentes no fluxo do mar estando proxima ao canal dos navios e distando da Cidade tres mil setecentos e vinte e cinco braças craveiras era apta a construção da dita Fortalêza e para ser uma barra determinada que abalise um necessario espaço maritimo entre ella e a Cidade, visto que a barra natural jaz remota da mesma cidade». — Baena, obra citada, pagina 165.

Em compensação das despesas dessa construção, pediu o capitão Antonio Lameira da Franca o comando vitalicio da mesma Fortaleza. Deferida essa petição iniciou o patriota capitão Lameira a construção da hoje chamada Fortaleza da Barra do Pará. Pronta, «com duas ordens de baterias uma embaixo, permittindo atirar quasi ao lume d'agua e outra superior, na platafórma, recebeu trinta e cinco canhões fornecidos pelo capitão general».

Depois, essa Fortaleza em articulação com o «*Fortim* construido na linha fronteira á Barra e á bateria da ilha dos Periquitos abaixo desta fortaleza» eram os elementos então efficientes de defesa maritima da cidade de Belém.

No litoral da cidade, além dos Fortes do Senhor Santo Christo e São Pedro Nolasco ainda eram fortificados com artilharia os reductos de

Santo Antonio e São José, os quaes estavam ligados pelos sinais de um Codigo semaforico, organizado, em 1791, pelo Capitão general D. Francisco de Sousa Coutinho que o ampliou em 1801 sendo então, modificado em 1819 pelo Conde de Villa Flôr, cujo nome era Antonio José de Souza Manoel de Menezes, que relevantes serviços prestou ao Pará, na sua honrada administração.

Registo da Bahia do Sol. Repressão ao contrabando.

No proposito de evitar o contrabando que frequentemente, fraudava as rendas alfandegarias o illustre Capitão General Gomes Freire de Andrade fundou um registo fiscal na aldeia dos tupinambás, na Bahia do Sol «afastada da Cidade nove leguas um Registo a bem dos rendimentos da Alfandega servindo os soldados de Guardas que a bordo dos Navios em quanto elles não fundeão no porto da Cidade vigiem sobre o extravio de mercadorias... - Baena, obra citada pagina 166.

A Alfandega do Pará, instalada em 1653, funcionava, nesse tempo perto da Casa do Véropêso n. 4 onde hoje está a filial da Palmeira, na doca, fronteira á rua Marquez de Pombal.

Comercio de Belém em 1694

Em 1694, padecem o comercio de Belém e o pòvo um grande colapso no seu movimento e abastecimento de generos da Europa.

Nesse año, como diz Baena não entrou no porto de Belém um só navio de Portugal: «soffrem os moradores a carencia de todos os generos mais necessarios nos usos da vida. Até falta o vinho para as Missas». Só em Maio de 1695 Belém é reabastecida de mercadorias portuguezas vindas em tres navios que aqui aportam.

Chegam tropas pernambucanas á Belem.

Em Maio de 1695, chegam tres companhias de infantaria do Recife enviadas por ordem do Governo para a defêza do Pará.

O erario publico de Belém se achava desprovido de recursos monetarios para occorrer com o sustento e pagamento dessa força, que aqui chegou de surpresa.

Para solucionar esse caso, reputado grave na época e crêado pela imprevidencia da administração do governo da metropole, o Capitão General fez reunir em Palacio os Vereadores do Senado da Camara de Belém «e mais pessoas da governança civil e lhes propoem a necessidade de arbitrar os meios para o estipendio desta Tropa».

Resolveram e puzeram incontinentemente em execução as seguintes medidas: aumentar o imposto da canada de aguardente da terra de oitocentos réis para dez tostões e cobrar dois mil réis de cada canôa que fosse buscar cacau, salsa, cravo e outras «drogas» ao sertão. Essa renda, que perduraria por um trienio, era destinada, exclusivamente, ao custeio do soldo e fardamento da força pernambucana porque a munição de bôca provinha do pesqueiro de Joannes--tainhas sêcas e salgadas e de farinha das aldeias aborigênes.

Hospicio de São Boaventura

Os religiosos da Conceição da Beira e Minho, em 1706, constróem, sem licença legal, um pequeno convento, a que dão o nome de São Boaventura, «no sitio denominado Porto do Tição, dentro das sessenta braças que deo José Velho para esta fun-

dação contados do igarapé da comedia dos peixes bois hoje denominado São José». Baena, obra citada, pagina 193. Desse hospicio onde, depois de modificações, funciona a cadeia publica da capital do Pará, Baena disse: O dito Hospicio nenhum estudo e primor csutou á Architectura».

Intendente das colonias, comereio de agricultura. Emprêgo do arado no Rio Xingü. Proteção á agricultura.

Com esse titulo a metropole concede ao Pará a creação de um novo magistrado com o titulo de Intendente das Colonias, Comercio e Agricultura «para fiscalisar a policia das Povoações já fundadas, e das novamente a se plantarem; e para animar e dirigir na parte pratica e teorica da doutrina rural os cultivadores descachidos e atrasados; e propôr os meios facilitantes da industria mercantil».

A séde desse nôvo magistrado era em Belém num apartamento do palacio do Governo.

Em 1710, sae de Belém o Intendente das Colonias E ENSAIA NO RIO XINGÜ O EMPRÊGO DO ARADO no preparo das terras para o plantio do trigo. — Baena, obra citada, pagina 199.

Terrenos de Marinha de Belém

«Pertencem á Camara (de Belém) os terrenos de marinha na cidade do Pará salvo se prejudicarem as Fortificações e a sua defesa».

Transcrevo a seguinte Carta Régia — pagina 144, do 1. Vol. dos Anais da Bib e Arch. Pub. do Pará:

«Dom João etc. Faço saber a vós Governar

dor e Capitão General do Estado do Maranhão, que se vio o que de nôvo informastes, em carta de 22 de Julho de 1712, como se vos havia ordenado sobre as dattas das terras Marinhas que o Mar alaga nas prayas da Cidade de Belém do Grão Pará; e o que sobre ella responderão os officiaes da Camara, e o Provedor da Fazenda, cujas respostas remetestes. E pareceo dizer-vos, que estas dattas dentro da cidade, pertencem a jurisdição da Camara o da las; porem offendendo-se com ellas o uzo da Marinha e as fortificaçoens da Praça, o não deveis concentir pello prejuizo que disso pode resultar á sua defença. El Rey Nosso Senhor o mandou por João Telles da Sylva e o Doutor Alexandre da Sylva Correa conselheiros do seu Concelho Ultramarino, e se passou por duas vias. Manoel Gomes da Silva a fez em Lisbôa a 3 de Abril de 1715».

Por esta Carta Regia, deprehende-se que os terrenos de marinha do litoral do Convento do Carmo ao Forte do Castelo, de tempos immemoriais, pertencem aos proprietarios das casas, cujos fundos dão para a bahia do Guajará, escapando assim á gestão do patrimonio nacional.

Berrêdo em Belém

O cronista do Maranhão e Grão Pará, Capitão General Bernardo Pereira de Berrêdo havendo tomado posse do cargo de Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará a 18 de Junho de 1718 passou-se, em fins de Julho do mesmo âno ao Pará e, a 1 de Agosto, foi recebido pelos vereadores da Camara com todas as solenidades do estylo.

Dias depois fez-se de véla á Marajó aonde a curiosidade de conhecer de viso, as belezas e a

fecundidade da Ilha Grande de Joannes o levam como primeiro cuidado ao pisar as terras paraenses.

Berrêdo tem uma visão errada da Ilha.

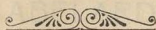
Acha a parte chamada Marajó «mais superna nas forças das substancias que o resto da Ilha, cujas terras avalia mui pouco aptas para os productos agrarios mais communs umas por sêcas outras por paludosas».

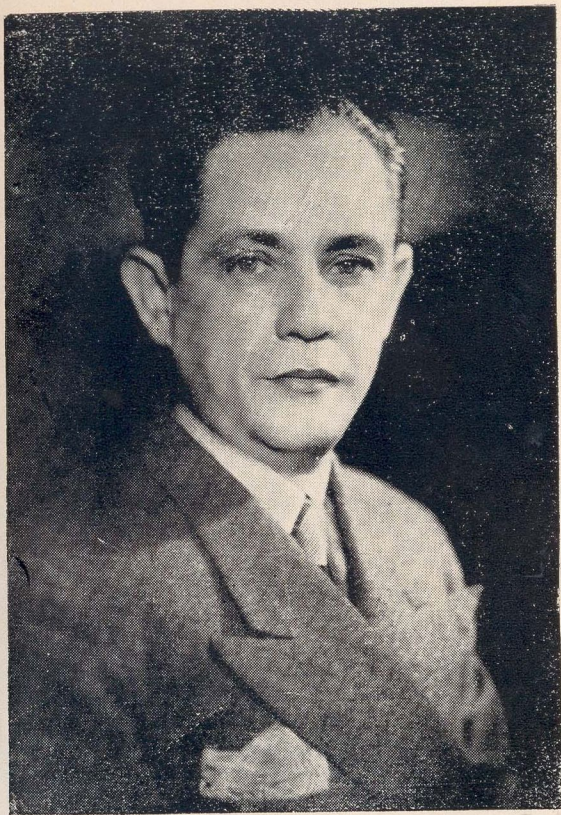
No seu regresso á Belém atravessou a bahia de Marajó examinando, então, as terras da Bahia de Santo Antonio, Rio Maguari e Ponta do Pinheiro onde «conhece a solidez e a bôa perspectiva do terreno da Fazenda dos Carmelitas denominada de Nossa Senhora do Livramento, e assentada nas correntes da Guajará que lava a Cidade».—Baena, obra citada, pagina 204.

Estudando da Ponta do Mel o horisonte, o panorama fluvial, pensou Berrêdo em levantar fortificações na Ilha de Tatuóca e Ponta do Mosqueiro, no sentido de «melhorar a defesa da Cidade».

Cogitou ainda Berrêdo na possivel mudança de Belém para o Pinheiro. Esse pensamento vislumbra se em Baena quando diz: «mas inda talvez conseguisse pelo andar do tempo a transmigração da pluralidade dos habitantes para o novo povoado sem a opposição, que patentearão nos annos de 1633 e 1655 em semelhantes projectos para outros sitios não estando a Cidade, como então (em 1718) aformosentada com casas mais estimaveis, e *com cinco mil visinhos* (estatistica da população de Belém)...

Berrêdo volve a São Luiz em Dezembro de 1718 e, em Agosto de 1719, retorna á Belém, cujos atrativos exercem no seu espirito e no seu coração uma irresistivel sedução.





Professor ABELARDO CONDURÚ
PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, EX-SENADOR FEDERAL PELO PARÁ

IV

DIRETOR DA SAÚDE PUBLICA

1721 a 1749

As pessoas gradas e mais favorecidas da fortuna reúnem-se e quotizam-se grangeando treis mil crusados, em generos da terra pondo essa importancia á disposição do Senado da Camara para que este poder proponha a El-Rei a criação de um Diretor da Saude Publica, que continuará a ser subsidiado, anualmente, pelos mesmos subscritores com treis mil crusados.

O Senado da Camara de Belém, a 6 de Agosto de 1721, transmite este pedido a El-Rei. Em 1736, chega á Belém «um medico com a denominação de Fisico mór da Cidade mandado pelo Ministerio. — Baena, obra citada, pagina 219.

Estrada do Pará a São Luiz do Maranhão

A comunicação por terra entre o Pará e São Luiz do Maranhão era feita, de tempos immemoriaes, pelos aborigenes.

Só assim se explica a viagem do então alferes Pedro Teixeira — mais tarde o heróe das guerras contra os holandezes na fóz do Amazonas e o conquistador d'altamazonia para o Brasil — em 1616, por terra, á São Luiz do Maranhão levando cartas de Caldeira de Castello Branco a Jeronimo de Albuquerque. Pedro Teixeira regressa á Be-

lém, por mar, trazendo armamento e recursos bélicos a Caldeira.

Bento Maciel Parente setimo capitão-mór do Pará, incumbe ao capitão Pedro Teixeira de abrir uma estrada entre Belém e São Luiz do Maranhão «em utilidade do commercio de ambas as cidades», reavivando e alargando o caminho selvagem por onde transitára, cinco ânos antes, a mandado de Caldeira de Castello Branco.

Pedro Teixeira melhora a picada aborigene por onde seguira de Belém á São Luiz do Maranhão.

Em 1707, aos 12 de janeiro, assume o Governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, em São Luiz, o capitão General Christovão da Costa Freire, Senhor de Pancas. A 9 de Abril do mesmo âno chega Christovão Freire á Belém onde passou alguns mezes no convivio dos paraensas tomando algumas providencias e resolvendo várias questões, volvendo a São Luiz no dia 19 de Dezembro. Um de seus primeiros âtos, chegando a São Luiz, foi iniciar os estudos necessarios para transformar em estrada a picada selvagem que ligava de tempos remotissimos o Pará ao Maranhão.

Concluidos os estudos, Christovão da Costa Freire fez iniciar os trabalhos da derrubada dos caaetés alargando o caminho, serviço esse feito pelos tupinambás. Deixando o Governo ficou a estrada Pará-Maranhão abandonada.

A 31 de Março de 1722, o Rei de Portugal, recomendou, em Carta Regia, ao Capitão General João de Maya da Gama que, á vista da participação que lhe fizera Francisco Galvão da Fonseca, ouvidor geral que foi da Capitania do Pará, em carta de 4 de Mayo do âno de mil setecentos e vinte que concluísse o caminho Pará-Maranhão «a que já tinha dado principio Christovão da Costa Freire, em seu tempo de Governo podendo em-

pregar nesse serviço os sobejos da fazenda real. Anais da Bib. e Arch. Publico do Pará.—1.^a Vol., paginas 199 a 200.

Em 1725, João da Maia da Gama era elogiado pelo Rei de Portugal, em Carta Regia de 1 de Março, por ter concluido a Estrada Pará-Maranhão, conforme participação de 4 de Setembro de 1724, a qual Estrada partia de Ourém onde Luiz de Moura se ofereceu levantar «uma Casa Forte e a ter néla duas lanchas prontas para levarem ao Pará os avisos que a Ly chegarem do Maranhão dando celhe a Patente de Cappitam de Infantaria com o soldo de soldado e como se necessita desta Casa Forte vos parecia, devia eu defferir-lhe na forma que pertendia».

Além do louvor a Maia da Gama, o Rei de Portugal deferindo o pedido de Luiz de Moura, recomendou ao aludido capitão general que fizesse multiplicar á margem da Estrada «novas colonias onde acham os homens que a franquearem as conveniencias necessarias». Foi assim em Setembro de 1724 inaugurado o Corrêio Pará-Maranhão partindo por terra de Ourem, que nesse tempo ainda não estando fundada, tinha o nome de Casa Forte do Guamá, origem historica de sua fundação por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1753.

Crêação do Bispado do Pará

O Senado da Camara de Belém recebe um Aviso do Ministerio da metropole no qual El Rei comunica que a Capitania do Pará «foi separada e desmembrada da Diocese do Maranhão e constituida em Bispado suffraganeo ao Patriarchado de Lisbôa por Bulla Apostolica de 13 de Novembro de 1720 á instancia do Reinante; e a Matriz de

Nossa Senhora da Graça erecta em Cathedral com todos os direitos, honras e privilegios, de que gosão as Sés Episcopaes do Reino».

Nesse mesmo Aviso, determina o Rei a construção de uma magestosa Igreja para a «Sede Episcopal: cujas despezas e obreiros já a munificencia Regia tinha regulado para que esta nóva Basilica não fosse segunda na traça a nenhuma fóra das correntes do Tejo». - Baena, obra citada, pagina 209

Quer isso dizer que a Sé do Pará deveria obedecer ao mesmo plano das primeiras Igrejas de Lisbôa em tamanho e beleza.

Igreja de São João

Em 1714, achando-se a Igreja de Nossa Senhora da Graça em estado de ruina, ameaçando desabar, o vigário Padre Antonio Lourenço da França solicitou do Governo providencias no sentido de ser a mesma Igreja concertada e transferiu «as funções de seu ministerio para outra igreja, até que se concertasse a matriz: concertada, ou feitos alguns pequenos concertos de que precisava a igreja de S. João Baptista, a primeira, que era de madeira, barro e palha, para ella forão transferidas as funções parochiaes, mesmo nesse anno de 1714 e a igreja de Nossa Senhora da Graça ficou abandonada ao poder do tempo». — «O Bispado do Pará», de Antonio Rodrigues de Almeida Pinto. - 1.º Vol. An. da Bib. e Arch. Pub. do Pará, pagina 15. Essa obra foi concluida a 23 de Junho de 1777 data em que foi sagrada dizendo-se n'ela missa solenne. Na vespera, 22, á noite, houve uma festa no largo acendendo-se fôgos de vista sob a direcção do tenente-coronel Theodosio Constantino de Chermont—Baena, obra cit. pag. 293.

Chegada á Belém do 1.º Bispo do Pará e posse do Governo da Diocese

Aportou á Belém, a 29 de Agosto de 1724, Dom Frei Bartholomeu do Pilar, Carmelita Calçado acompanhado do padre «dr. Antonio Troyano, primeiro Arcediago e dezoito padres destinados para outras Dignidades, Canonicatos e Benefícios. Antes de tomar posse do cargo, fato que aconteceu a 21 de Setembro de 1724 organisou D. Bartholomeu do Pilar o «Corpo Capitular que segundo a Bula da erecção da Cathedral—Copiosus in Misericordia deveria compor-se de quarenta Ministros repartidos em treis ierarquias: a primeira de quatro conegos graduados: Arcediago, Arcipreste, Chantre e Mestre Escolla; a segunda Cônegos simplicis: dez da Ordem Prebisterial; seis da Ordem Diaconal e quatro da Ordem Subdianal; a terceira de dezeseis Beneficiados».

D. Bartholomeu hospedou-se no Convento do Carmo tendo trasido de Portugal um órgão e um padre organista que foi, pouco tempo depois, o professor de musica sacra em Belém.

A sua posse no Bispado Baena, no «Compendio das Eras», pagina 211, narra assim:

«A rua da solemne procissão que adornarão com flores e folhas aromaticas: as alcatifas de seda pendentes das janellas; o arrumamento das Companhias de infantaria; e o arco levantado no Largo do Carmo junto á bôca da Rua do Norte; tudo foi demonstração publica de uma extrêma alegria e do quanto presavão o seu Prelado».

«No dia subsequente ao da posse começarão as funções do culto Divino na Capella de S. João Baptista, onde o Bispo collocou a Sede da sua jurisdição porque a dita Capella estava servindo de Parochia da Senhora da Graça desde que a res-

pectiva antiga Igreja se achava derruida para se fabricar outra» a atual e magestosa Igrêja da Sé, cathedral do Pará.

D. Bartholomeu do Pilar que era doutor em theologia e philosopho de profundos conhecimentos ao penetrar na Capela de S. João repetiu, sorrindo, aos seus auxiliares mais próximos a mesma phrase que proferira em Lisbôa ao ter conhecimento de que a cathedral paraense era coberta de palha: «Sé de palha Bispo de papelão».

Curato de Nossa Senhora do Rosario da Campina. Freguesia da Santanna

Em fins de 1727, o bispo do Pará põe em execução a «ordem Régia de erigir um nôvo curato na Ermida de Nossa Senhora do Rozario da Campina pertencente a uma Confraria de homens pretos com a congrua ordinaria dos mais vigarios».

Justificou o bispo o seu pedido dizendo ao Rei que Belém «se achava mui populosa, e com uma só Freguesia: motivo porque erão os habitantes della muito mal providos de consolação espirital, de que necessitavão nas suas enfermidades, não sendo possível que um só Parocho ainda tendo coadjutor possa administrar os sacramentos com promptidão.

Casa das Canôas

Em 1728 faz o Governador construir umas casas e uns telheiros «feitos do chão e do ar á borda do mar defronte do Palacio de sua residência; e lhes dá a denominação de Casa das Canôas».—Baena, obra citada, pagina 215.

Nesses departamentos hospedavam-se os aborígenes remeiros e outras dependências serviam de «armazéns de munições navaes e mantimentos e o resto para a construção e guarda das canôas. Ficava a «Casa das Canôas», segundo a tradição no local, onde hoje está o necroterio

Falece em Belém D. Bartholomeu do Pilar

A's 11 horas e meia do dia 9 de Abril de 1733 falece em Belém, o primeiro bispo do Pará Dom Frei Bartholomeu do Pilar de uma molestia, segundo Baena, «a que não se soube dar nome». Foi sepultado ás 8 horas da noite desse dia no presbyterio na parte do Evangelho da Igreja de S. João Baptista, que funcionava como cathedral. Em Fevereiro de 1734 foram exhumados os restos mortaes do Bispo Pilar e levados em procissão e sepultados na Capela-mór da Sé do Pará, a qual já se achava concluida.

Compra das terras do Largo do Palacio

O capitão general e Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará José da Serra, Chefe de Esquadra do Corpo da Marinha Real, «compra, em Março de 1734 o alagadiço de Juçára pelo sítio em que está a Casa do Aver do Pêzo: e com o dito espaço fórma a grande área do Largo do mesmo Palacio». — Baena, obra citada, pag. 217,

Não sei onde Baena foi achar essa denominação *Aver do Pêzo*. Desde a sua fundação essa repartição fiscal sempre se chamou *Vero-pêzo*.

Com o tempo, porém, foi sendo modificada essa designação de modo que hoje a doca, fronteira á Palacio, só é conhecida por *Vêr o Peso*. *Haver do Peso* é pura invenção do nosso maior chronista. Aliás, essa nominação seria mais lógica, mais certa mas, infelizmente não é real por não ter assento na verdade historica.

Cadeia Publica e Casa da Camara

Em Outubro de 1737, inicia-se a construção. pelo Senado da Camara, da «nôva Cadeia na rua que dêsemboca no Largo do Palacio, da banda da Casa do Aver do pêso», segundo Baena.

Está, então, no governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, com residencia em Belém, o capitão General João de Abreu Castello Branco, que succedeu ao capitão General José da Serra, falecido na capital paraense a 20 de Março de 1736.

O prédio da Cadeia e Senado da Camara, na atual Conselheiro João Alfredo —foi concluido em Junho de 1750.

Defronte da Cadeia levantou o Senado da Camara de Belém a Capella de Santa Rita de Cassia que estava aberta ás quintas feiras á noite ás orações aos comerciaros e devotos. Aos domingos e dias santos o capelão celebrava missa a que os prêzos assistiam das grades dos xadrêzes. Esse capelão era pago pela Camara.

O Fortim

O Capitão General Castello Branco, cuidando da eficiencia da defeza maritima de Belém, iniciou em Março de 1738, sob sua fiscalisação, a construção de um Fortim «na ponta septentrional de

uma Ilha jacente obliquamente contra a Fortaleza da Barra ».—Baena.

Essa construção visava melhorar a defeza da barra pelo cruzamento dos fogos das baterias.

O Fortim, antes de concluido, recebeu cinco peças de artilharia e assim ficou inacabado.

Em 1754, Mendonça Furtado encareceu ao Rei a necessidade de concluir as obras dessa pequena fortificação.

São palavras de Mendonça Furtado:—Os engenheiros assentam que se deve acabar a obra do Fortim da Barra, o qual está em tal situação que não é possível que entre navio algum que não venha tocando com as vêrgas quasi nas muralhas do Fortim, porque junto d'elle é o canal que ha para se poder entrar nesta Cidade, a qual ficará com alguma segurança feitas estas duas obras.—Anais da Bib. e Arch. Pub. do Pará, tomo III, pagina 183.

Nenhuma providencia veio da metropole e o Fortim ficou abandonado restando hoje, « como recordação historica da sua existencia apenas o seu nome applicado á terra onde êle esteve, que se domina—Ilha do Fortim », como escreveu o illustre historiographo Doutor Arthur Vianna.

Chega a Belém D. Frei Guilherme de São José, 2.º bispo do Pará

A 26 de Julho de 1739 desembarca festivamente no porto de Belém, Frei Guilherme de São José, 2.º bispo do Pará hospedando-se no Convento do Carmo.

Na sua fecunda administração coube ao 2.º bispo do Pará presidir com o capitão General Francisco Pedro Gurjão ao acto solenne da colocação da primeira pedra da cathedral paraense. a 3 de

Maio de 1748, no mesmo lugar onde existiu a matriz de N. S. da Graça, perto do Colegio de Santo Alexandre dos Padres da Companhia. Para o inicio das obras o Rei de Portugal abriu a verba de sessenta mil crusados.

O Primeiro Seminario do Pará

O jesuita Gabriel Malagrida funda em Belém, em 1745 um Seminario «para educação dos filhos dos habitantes, obtendo para este estabelecimento a doação de uma Casa que dá commodo para pouco mais de vinte Seminaristas, e de duzentas vezes e uma porção de terras, e algumas esmolas para o patrimonio do mesmo Seminario. — Baena, obra citada, pagina 226.

A iniciativa de Gabriel Malagrida fundando o primeiro Seminario do Pará desagradou profundamente o bispo Frei Guilherme de São José ferindo-o na sua injustificavel susceptibilidade de modo a representar contra essa função junto ao Rei, a quem declarou-se abalado no pleno exercicio de sua jurisdição visto como, segundo o «Concilio de Trento, os Seminarios estão sujeitos ao Bispo, isto é, á jurisdição e economia dos Bispos».

«E atendido pelo Governo, foi dissolvido o Seminario que o Malagrida havia fundado em 1745» — Almeida Pinto — «O Bispado do Pará».

O Seminario de Malagrida ficava no extremo da Rua do Açougue (Industria) da banda do Convento de Santo Antonio dos Capuchos á borda do mar, canto da atual 15 de Agosto, defronte da Alfaiataria Sport Londrino. Indisposto com os jesuitas renuncia Frei Guilherme o bispado do Pará e recolhe-se a Portugal em 1748 onde faleceu no convento de sua Ordem a 15 de Dezembro de 1751.

3.º Bispo do Pará

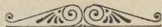
A 9 de Fevereiro de 1749 desembarca em Belém, Dom Frei Miguel de Bulhoens da Sagrada Ordem dos Pregadores e a 15 do mesmo mez e âno toma posse do bispado, sob os aplausos do clero nobrêsa e pôvo.

Dinheiro em cobre, prata e ouro começa a correr em Belém

Em 1749, nos termos do Decreto de 12 de Junho de 1748, recebem os paraenses a surprêza agradável do derrame do dinheiro amoedado, no commercio e repartições publicas que foi beneficiar a todos: commercio, pôvo, governo e cléro.

O dinheiro, até então, era simbolisado em generos da terra especialmente em novelos de algodão, que era mercadoria de facil remoção e incorruptivel.

Inicia-se a permuta de cambiaes e «os saques de moeda do Erario de Lisbôa pelo Regio Gabinete».





DR. DEODORO DE MENDONÇA

Secretario Geral do Estado do Pará

V

NO REINADO DE D. JOSÉ 1.º

1750 a 1777

Com a morte de S. M. El Rei Fidelissimo Dom João V, a 31 de Julho de 1750 foi investido das funções de Soberano Rei de Portugal e suas Colonias o principe herdeiro com o titulo de D. José I

Governo de Mendonça Furtado

A 24 de Setembro de 1751, na sala da nova Casa da Camara de Belém - rua da Cadeia, hoje Conselheiro João Alfrêdo - assume Francisco Xavier de Mendonça Furtado as funções de Governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará recebendo o governo das mãos do capitão general Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

Mendonça Furtado na Ilha Grande de Joannes

Mendonça Furtado, illustre irmão do Marquez de Pombal, em Julho de 1752, vai á ilha de Marajó inspecionar a terra famosa dos bravos neêgaíbas,

Na aldeia do Cayá - macaco depois denominada Monsarás, falando aos aborigenes e ao director da aldeia disse que El Rei mandava ensinar

aos selvagens «a lingua portugueza porque eram seus vassallos e queria premiar os que se fizessem benemeritos».

Um principal, então erguendo as mãos ao Céu proferiu uma alocução, na lingua da terra, a qual traduzida ao Capitão General por um interprete, impressionou profundamente ao irmão do Marquez de Pombal.

O principe aborigene havia dito: Que dava graças a Deos de ver chegado o tempo em que acabaria a cegueira e a ignorancia, em que eram criados; pois que os mesmos Padres Missionarios que dantes tratavam de lhes dar liçoens de lêr e escrever, já ha muitos que descansão desse trabalho».

Mendonça Furtado emocionado exclamou: «E estes são os homens de quem se diz que não tem juizo, nem são capazes de nada! Delles se pôde fazer uma Nação como qualquer outra de que se possa tirar grande interesse».

A 19 de Julho de 1753, chegam á Belém dois Regimentos de infantaria organizados em Lisbôa: um destinado á Belém e outro á Macapá para guarnecer essas praças. O de Macapá seria para desdobrar-se, parte, em destacamentos nas fronteiras do Rio Negro, Rio Branco e Rio Solimões. Esses Regimentos eram pagos pela Metropole portugueza.

Modificação na organização do Senado da Camara de Belém e na Justiça da Capitania do Pará

Em Setembro de 1753, recebe o Senado da Camara de Belém a Carta Régia de 5 de Maio de

1753 estabelecendo que o mesmo Senado «passa a ser presidido por um juiz de Fôra criado na mesma data para o Cível, Crime e Orphãos: o qual servirá com os mesmos Escrivaens e Officiaes com que servirão os juizes ordinarios cujos lugares ficão supprimidos com a criação deste Magistrado».

Companhia do Comercio

Em Fevereiro de 1754, os habitantes de Belém requereram ao Rei a fundação de uma Companhia de Comercio que viesse animar «com os seus cabedaes o cadaver da Capitania e que promova nella a propaganda da Fé, e o bem comum dos seus moradores, e abra, ao mesmo tempo, um caminho e um amplo espaço ao consumo das mercadorias que da Europa se transportão á America para o uso dos outros póvos que são civilizados» — Baena, «Compendio das Eras», pag. 238.

Essa Companhia foi fundada pelo Alvará de 7 de Junho de 1755, «para nutrir a fortuna individual dos moradores»... Essa Companhia foi extinta pela Provisão Régia de 25 de Fevereiro de 1778. Durou vinte e dois ânos e sete mezes. Essa Companhia trouxe ao Pará 12587 escravos africanos, dos quaes muitos fôram vendidos á Matto Grosso por falta de compradores no Pará.

Mendonça Furtado passa o governo da Capitania ao Bispo e segue para as demarcações d'alta Amazonia com os domínios de Castella.

A 2 de Outubro de 1754, passa Mendonça Furtado o governo do Estado ao Bispo Dom Frei

Miguel de Bulhoens e, na mesma data, parte de Belém com a sua comitiva para a altamazonia em direção ao Rio Negro aonde vai presidir às demarcações das fronteiras.

A embaixada portuguesa chefiada pelo capitão general Mendonça Furtado, compunha-se do seguinte pessoal tecnico: astrónomos, João Angelo Brunelli e Miguel Antonio Ciera, estrangeiros, na falta de profissionais portugueses e brasileiros: engenheiros Gaspar Gerardo Grunfelts, Henrique Antonio Galluci; Domingos Sambucete, Antonio José Lande encarregado «do Risco e Mapas que se tirarem dos terrenos demarcados»; secretario João Antonio Pinto da Silva; sargento-mór Gabriel de Souza Felgueiras e duzentas praças sob seu comando. Essa expedição tinha um thezoureiro cujo nome não se sabe e ainda mais outros empregados.

A canôa do capitão general distinguia-se, das trinta e seis que se constituíam a flotilha, pelo luxo com que foi guarnecida, interna e externamente — «era toda purpurea», como disse Baena

Compromisso dos Regimentos de Tropa Regular.

Em 1755, os officiaes dos dois Regimentos de Tropa Regular — de Belém e Macapá — prestam compromisso na Ermida do Senhor Santo Christo — construida de taipa de pilão defronte do antigo forte Presepio «que depois teve o nome de *Castello de São Jorge*. — Baena, «Compendio das Eras», pagina 246.

Essa nova denominação perdeu-se da memoria popular ficando apenas conhecido pela designação de *Forte do Castello*, aliás nominação conservada, pela tradição, em honra, talvez, a Caldeira de

Castello Branco, o fundador do Forte e da cidade de Belém ou memorando a denominação de Castêllo de São Jorge.

Limites do Pará com Maranhão.

De tempos remotos o limite do Pará com o Maranhão era o Rio Turiassú.

Acontece que representaram ao «Bispo os Reverendos doutores Promotores e mais Ministros Ecclesiasticos que, desde a criação da Diocese do Pará, não ha certeza cabal da linha que a divide da Diocese do Maranhão ».

A' vista de tal representação, o « ordinario (bispo) em Provisão de 2 de Maio (de 1758) declara que o rio Gurupi he a linha divisoria da Provincia Ecclesiastica do Pará, principiando a do Maranhão na margem direita ou oriental do dito rio e a margem fronteira, esquerda, a do Pará ».

Esse Bispo foi o D. Miguel de Bulhoens que traçou essas lindes de accôrdo com o Bispo do Maranhão Dom Frei Antonio de São José, que foi o 7º bispo da terra de Gonçalves Dias.

D. Miguel de Bulhoens, sendo removido para o bispado de Leiria, depois de entregar o governo da diocese ao seu substituto Dom Frei João de São José e Queiroz, 4º Bispo do Pará, a 31 de Agosto de 1760 fêz-se de véla a Portugal a 12 de Setembro do mesmo anno.

Ribeira das Nãos

Inicia, em Abril de 1761, o capitão general Manoel Bernardo de Mello e Castro, governador do Estado do Grão Pará, Maranhão e Rio Negro, sucessor de Mendonça Furtado, as construções dos telheiros da Ribeira das Nãos, na praia do

Hospício de São Boaventura, — no terreno onde se acha hoje o Arsenal de Marinha — onde deveriam ser instalados estaleiros e oficinas próprios á construção naval de grande e pequeno porte. Nesses estaleiros tiveram função operários especializados vindos de Portugal. O primeiro barco que ali fôra construído, para a navegação entre Lisboa e o Pará, foi a nau *Belém*. — Baena, nota *b*, obra citada, pagina 259

Nesse mesmo anno (1761) iniciam-se as obras da Igreja de Santana «no lugar oriental da Travessa da Misericórdia cortada pela rua São Vicente, destinada a ser a matriz parochial do bairro da Campina. Esse templo obedeceu ao plano do arquiteto e desenhista Antonio José Lande. Concluída a Igreja de Santana, passou nela a funcionar a irmandade do Santissimo Sacramento, até então instalada na ermida de N. Senhora do Rosário dos Pretos, á rua hoje nominada Padre Prudencio, em homenagem ao heróe da legalidade, no tempo da Cabanagem, em Cametá, onde nascêra.

Impostos decretados pela Metropole

A lei de 22 de Dezembro de 1761 estatue que as Camaras Municipaes contribuam com a terça parte de suas rendas para a metropole e a provisão de 16 de Junho do mesmo anno estabelece «o Imposto de meio real em libra de carne do Açougue para as obras dos Quartéis da Tropa».

Furtado de Mendonça contra o In- tendente Geral das Colonias, Comercio e Agricultura.

Ainda em Maio de 1761, o capitão General

Manoel Bernardo de Mello e Castro, por intermedio de Mendonça Furtado, ilustre irmão do Marquez de Pombal, em longo memorial, pede ao Rei a extinção do cargo de Intendente Geral das Colonias, Comercio e Agricultura, com o seguinte fundamento, segundo Baena obra citada, pag. 262: «porque a ignorancia dos que vêm encarregados deste emprêgo nunca deixa de desgostar aos commerciantes, e de vexar os cidadãos mais uteis como são todos aquelles que se applicão a dar vida aos individuos da especie vegetal: quero dizer que curão de ter plantios de lavouras». Exercia esse cargo o desembargador João Ignacio de Brito e Abreu.

Bôa observação...

Preferiu o General Francisco de Mendonça, então Ministro d'Estado, em Lisboa, que a agricultura do Pará continuasse no seu methodo rudimentar aborigene, tal qual o lusitano a encontrou no Brasil Selvagem, a que fossem os nossos cabôcos atropelados por esses téqunicos avoengos que muito menos do que êles entendiam da lavoura da terra amazonica,

Como a Historia se repete...

Palacio do Governo do Pará.

Em 1761, Antonio José Lande inicia a construção do Palacio para residencia dos governadores, «no mesmo sitio antigo», obra magnifica, traçada pelo mesmo arquiteto Lande e mandada executar pelo governador do Pará sem autorisação da Metropole. Em 1767, retorna o Governo o serviço das obras do Palacio de residencia que estava apenas nos alicerces, ampliando a planta de Lande. Essa obra foi concluida em 1771.

Fundição de peças de Artilharia.

Baena informa que, em 1763, sob a direção do Sargento mór (Majór) de um dos Terços Auxiliares de Macapá Theodosio Constantino de Chermon funde-se no Pará duas peças de artilharia calibre um.—«Compendio das Eras», paginas 266.

Hospital Militar.

Em 1765, por indicação do medico e do cirurgião, é transferido o Hospital Militar, que, até então, funcionava no Forte do Castelo de S. Jorge (Presépio ou Santo Christo) para a «casa de dois pavimentos, no lado ocidental do Largo da Sé, á borda d'agua», pertencente a Domingos da Costa Bacellar, a qual foi comprada por sete mil cruzados. Nessa época foi feita a necessaria adaptação desse prédio ás necessidades do serviço hospitalar.

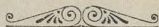
Nóva Igrêja do Carmo.

Em 1766, o arquiteto Antonio José Lande inicia a construção da nova Igreja de abobada dos Carmelitas applicando á fachada a «cantaria e lancil, que mandaram vir de Portugal». Essa Igreja reformada foi acabada e aberta ao culto religioso em 1777, anno em que tambem foi concluida a Igreja de São João, esta feita a expensas do povo de Belém.

Agricultura. Intensificação da cultura da mandioca.

O capitão General Fernando da Costa de Ataíde Teive, envia ás «Camaras Municipaes da

Capitania e ao Governador do Rio Negro uma circular, em que recommenda energicamente que com atividade e intelligencia procurem aperfeiçoar e ampliar as culturas já existentes e outras de nôvo, devendo merecer entre as mesmas culturas muito particular atenção as que dizem respeito á subsistencia do homem, como por exemplo a mandiôca, planta preciosa, cuja abundancia deve ser extremosa: «que igualmente tratem de inspirar o amor dos trabalhos agrarios, extirpando a preguiça para que não pareça genial do paiz, e para que de mãos dadas com o commercio interior possam contribuir para a riqueza e felicidade do Estado». —Baena, obra citada. paginas 274 e 175.



ORLANDO DE MORAES

Secretário da Prefeitura Municipal de Belém



ORLANDO DE MORAES

Secretario da Prefeitura Municipal de Belém

VI

BELÉM DO PARÁ

1770 a 1774

Fundação de Mazagão.

Em Janeiro de 1770, chegam á Belém, o navio «São Francisco Xavier» e as galéras «São Joaquim» e «Sant'Anna» conduzindo 340 famílias portuguezas, num total de 1022 pessoas, que occupavam o Castelo de Mazagão, em Africa, abandonado aos mouros, por ordem do Rei de Portugal, a 10 de Março de 1769. Os mazaganistas, como eram chamados na época, cumpriam instruções da Corôa Portugueza antes de deixarem a Praça de Mazagão á jurisdição do Rei de Marrocos, minaram-na toda e, após á sahida, conduzindo os objetos de valor, atearam fogo ao estúpido ligado ás minas destruindo-a quasi completamente.

Essas ruínas, que falam á Historia do heroismo portuguez, fôram então occupadas pelos mouros.

Belém hospeda os bravos mazaganistas até junho de 1771. A esse tempo, Bernardo de Vasconcelos havia concluido a edificação de uma vila, cuja planta fôra traçada pelo capitão Moraes Sarmiento e modificada, á vista da naturêza do terreno, pelo ajudante-engenheiro Domingos Sambuceti, no Rio Mutuacá, para a instalação das mesmas famílias. As casas eram de taipa e cobertas de palha.

Em Junho de 1771, das 340 famílias mazaganistas «163 passaram á Nova Mazagão—que foi o

nome dado a essa povoação – sucessivamente, á medida que as casas se fôram concluindo». Palma Muniz – Anais da Bib. e Arch. Pub. do Pará, vol. IX, pagina 407.

Dessas familias, cento e sessenta e sete fôram localisadas em Belém, outras na Vila Vistosa de Madre Deus, no Rio Aneuerápucú, – morcêgo cumprido – e outras, inclusivé os bravos officiaes, em Macapá

A iniciativa de fundar uma Vila á margem do Amazonas com o nome de Mazagão, em honra aos bravos portuguezes que defenderam a Praça de igual nome na Africa, cabe ao ex-capitão general do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado que, a esse tempo, era o Secretario do Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos em Portugal. Os fundadores do Mazagão paraense somaram a 114 brancos, acompanhados de cento e três escravos africanos, que fôram os primeiros agricultores d'aquella região.

Reduto de São José.

Em 1771, para melhor defêza da cidade de Belém, o capitão general levantou uma fortificação de «fachina á borda d'agua perto do lado oriental da cerca do Convento de Santo Antonio com a berma circuitada de uma pallissada», que recebeu o nome de «Reducto de São José». Mais tarde, com a construção do antigo caes, ficou ahi a chamada dóca do Reduto, que foi aterrada depois ao construir-se o actual caes pela Port of Pará.

Hoje, dessa fortificação, resta o nome de Reduto, que nominava todo aquêle bairro, de um commercio assaz desenvolvido, ali instalado quando as aguas da Guajará penetrando a dóca davam

ingrêso a lanchas e canôas carregadas de borra-
cha, castanha, cacau, farinha, aves, arroz e fru-
tas. Hoje, ainda ali permanecem varias casas
comerciaes entre as quais os grandes armazens
de ferragem de Ferreira Gomes, de capital supe-
rior a cinco mil contos. A Prefeitura de Belém
ajardinou a dóca aterrada até perto dos armazens
da Port of do Pará, trabalho levado a efeito pelo
habil e incançavel Prefeito Abelardo Condurú.

O plano de Gaspar Gerardo Grün- felts. - O aproveitamento dos pantanos, igarapés e piris de Belém, em canaes sa- neados.

**Belem mais béla que a adriatica
Venêza.**

O sonho de Grünfelts não vingou. Esse ilus-
tre engenheiro alemão depois de prestar relevan-
tes serviços ás demarcações das fronteiras do
Rio Negro, com as terras de Castella, voltou á
Belém onde passou a exercer a sua profissão.

Vendo que Belem era recortada de vários
pequenos igarapés e piris estudou um plano de
amplia-los retendo as aguas da Guajará por meio
de comportas de modo a, nas vasantes, ficarem
sempre cheios êsses veios d'aguas navegaveis ser-
vindo, assim, ao transito dos moradores, que em
suas canôas percorreriam as ruas da cidade, que
seria, por sua vêz, servida de pontes em varias
direções.

Por interessante, data venia, dou a palavra
ao grande historiador Antonio Ladislau Monteiro

Baena, que, no «Compendio das Eras», pagina 278, a respeito, diz o seguinte:

«Propoem ao Governador o Engenheiro Grunfelts um plano bem inferido da localidade do Piri (igarapé cuja foz era o Véro Peso) patano e terreno de alluvião inteiramente horisontal conjuncto á cidade (Velha) da banda do Sul. Elle ajuizou que em vez de empregar trabalhos hydraulicos para obter a sua exsicação era melhor seguir o que lhe revelava a natureza, e aperfeiçoar o bosqueijo da sua obra fazendo um lagamar, que natural ou Caldeira elle dava tres aditos: dous já apontados pela natureza na paragem do Arsenal da Marinha, e na do Haver do Peso, e um que devia ser aberto no sitio em que hoje se vê a Casa do Pépe e passar pela testada do antigo Cimiterio da Igrêja da Trindade então inexistente para se aproveitar a comunicação do Igarapé do Reducto já principiada pela natureza, que a levou na direcção, do Pão d'agua até atravessar a bôcca da estrada, que hoje se chama da Nazareth, e que então tinha ponte e portão». Desse pirí ainda restam as terras baixas que se limitam com o inicio da Ay. de Nazareth da casa que pertenceu aos Bologna — hoje grupo Floriano Peixoto e cortando os fundos das casas da travessa dr. Moraes é interrompida pela baixa (aterrada) da S. Jeronymo, cujas aguas são canalizadas ao Guajará.

Proseguindo, continua Baena a transcrever o plano do illustre engenheiro Grunfelts assim: «O perimetro do lagamar, e os áditos para elle devião ter um cães de pedra todo cingido de uma ala de arvores fecundas intermediadas de arvores de ornato. Para se fazer effectiva a possibilidade deste plano elle lembrou que a despeza se fizesse pelo publico obrigando os moradores a pagarem um tanto por cada remo das suas canoas do commercio interior quer do transporte dos effectos agro-

nomos, as quaes terião no lagamar estancia segura e independente da guarda dos escravos, pois que esta tocaria ao Registro da entrada quando assim conviesse ao possuinte da canôa e nesse caso, as velas, remos e leme serião recolhidos na Casa do Registro. Este tributo deveria durar até cessar o pagamento da despêza total: accrescentando o dito Engenheiro alemão que se esta obra se executar elle assegura que a CIDADE DE BELÉM DO PARÁ FICARÁ SENDO MAIS BELLA QUE A ADRIATICA VENEZA TÃO CELEBRADA». Este plano afirma Baena, foi submetido á consideração dos Ministros do Poder Soberano para que merecendo o seu assentimento possa ser effeituado na fôrma por elles decidida».

O Rei de Portugal preferiu fosse aterrado o pirí ficando apenas as dócas do Véro Peso e o Reduto de S. José.

O plano do Major Grunfelts era muito complexo e dispendioso por isso mesmo não foi além do projéto.

Olaria São José.

Quando o governo do Pará iniciou as obras de Palacio fundou a olaria de São José, a qual ficava no terreno delimitado pelo actual edificio da cadeia de S. José e o igarapé Comédia de Peixe Boi. Nessa olaria fabricavam-se as tâlhas, cal de sernambye e ladrilho empregados na obra magestosa do Palacio do Governo. Concluida essa edificação, ainda contnuou a funcionar a olaria de São José, sob a administração publica a qual fornecia seus produtos aos habitantes de Belém, «em beneficio da Real Fazenda».

Baena — obra citada, pagina 280.

Arsenal de Marinha do Pará.

Em 1772, o Capitão General Governador do Grão do Pará, em observancia á Carta Régia de 6 de Julho de 1771, ficou o operariado do Arsenal de Marinha assim: «um contramestre de calafates; um mestre polieiro; um mestre ferreiro; doze officiaes de ferreiro; vinte officiaes de polieiro; cento e vinte officiaes de mancêbos e aprendizes de carpinteiro de machado; dez serradores; seis tanoeiros; cincoenta serventes do Arsenal e das embarcações; um patrão de galeota; oito marinheiros da primeira classe; seis ditos de segunda; seis grumetes da primeira classe; quatro mandadores (feitores) de carpinteiros de machado; dois mandadores de calafates e trinta officiaes dos mancêbos e aprendizes de calafate».

Capitão General João Pereira Caldas, Governador do Grão Pará, e Rio Negro e o Bispo Dom Frei João Evangelista Ferreira, 5.º Bispo do Pará, da Ordem Tereceira de São Francisco.

A 21 de Novembro de 1772, assume o governo do Estado o Capitão General João Pereira Caldas na sala do Senado da Camara de Belém recebendo-o, com as formalidades do estilo, das mãos do Capitão General Fernando da Costa de Ataíde Teive.

Posse do 5.º Bispo Frei Evangelista.

A 28 de Novembro de 1772, com extraordinária pompa e em procissão a que estiveram presentes os Capitães Generaes Caldas e Teive e o Coronel Joaquim Tinoco Valente, governador da Capitania do Rio Negro, dirigiu-se, obedecendo ao cerimonial, á sede do bispado D. Frei João Evangelista Ferreira, 5.º bispo do Pará, que já havia tomado posse do bispado onze dias antes, (dia de sua chegada da Europa á Belém), por intermedio de seu procurador o arcediago Manoel das Neves. Governou o bispado até 14 de Maio de 1782 data em que faleceu aos 74 anos de idade. Foi sepultado a 15 de Maio na capella-mór da Sé. Sendo diabetico, um calo arruinado o vitimou.

Extinção em Belém, da Provedoria dos Contos, que foi substituida por uma Junta de Fazenda, erêda pela Carta Régia de seis (6) de Janeiro de 1771.

Havia em Belém a «PROVEDORIA DOS CONTOS», sujeita ao Consêlho Ultramarino e composta de um Provedor dos Contos que era o vedor da Tórpa, um almoxarife, um contador, um escrivão da Fazenda e um meirinho, repartição essa que, a 2 de Janeiro de 1773, foi extinta em observancia á Carta Régia de 6 de Janeiro de 1771.

A «PROVEDORIA DOS CONTOS» foi uma repartição que não produziu bons resultados «taes as inveteradas desórdens que caracterisarão de pes-

sima a sua administração dos negocios concernentes ás Rendas e Despezas do Estado.

A Junta da Fazenda compunha-se do Governador Presidente; de um escrivão da Receita e Despêza do Thesouro; de um Thesoureiro, de um Procurador da Corôa e Fazenda; do Ouvidor Corregedor da Comarca; do juiz de Fôra da Cidade, e do Intendente da Marinha e Armazens Reaes. A Contadoria tinha um Contador; um primeiro escriptuario; seis segundos escriptuarios; quatro amanuenses, seis praticantes, de um porteiro de junta de Fazenda, de um continuo da mesma e de um môço que serve de corrêio continuo.

As funções da junta de Fazenda, eram muito amplas. Tinha toda a jurisdição voluntaria «e ao juizo dos Feitos da Corôa e Fazenda a jurisdição contenciosa na forma das Leis de 22 de Dezembro de 1761. Tambem tocava unica e privativamente á Mesa da Junta a expedição de todos os negocios concernentes á Administração, Arrecadação e Distribuição da Fazenda, observando tanto as Leis que regulão o theor do ingresso das Rendas quer sejam de transacções quer dos subsidios da Alfandega, Contractos, Arrendamentos e outros Reditos, como as que prescrevem a formalidade segundo a qual pelo cofre se deve pagar todas as despêzas do Corpo politico do Estado para que são deputados (designados) os Rendimentos».

Cabia-lhe controlar o movimento de Receita e despesa geral do Estado, examinando, detidamente, os balanços.--Baena, obra citada, paginas 287 e 288.

Limites do Pará com o Maranhão

E' publicado pelo Senado da Camara de Belém que o Soberano, pelo Decreto de 20 de Agosto de 1772, separou o Governo do Pará e Rio Negro

do Maranhão mandando que o Governador do Pará «assinale a zona que deve discriminar uma capitania da outra.»

A' vista dessa autorização, foi designado o Rio Turiassú para lindeiro entre os dois Estados Pará e Maranhão, quanto ao governo secular, por que «no pertencente ao ecclesiastico tocã ao Monarcha depois de informado legitimar a linha divisoria do Bispado pelo Rio Gurupí lançada em Provisão de 2 de Maio de 1758 pelo bispo Dom Frei Miguel de Bulhoens». Autor e obra citados, pagina 289.

Piquête de Cavalaria

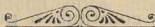
Em 1774 funda o Governo do Pará um piquête de Cavalaria composto de dois officiaes, dois officiaes inferiores — sargentos e quarenta soldados, recrutados entre as praças dos Regimentos de Infantaria, que continuaram a receber seus soldos pelos mesmos Regimentos. O Quartel desse Piquête era no «Largo de Palacio», junto á bôca da Rua Formôsa, vulgarmente conhecida pelo nome do Paixão, apellido do Thezoureiro Geral dos Indios, que nella habitavam » e hoje se nomina Rua 13 de Maio.

Esse Piquête constituia a guarda do capitão-general e foi extinto pelo Capitão General Francisco de Souza Coutinho em 1791, «por ter sido crêado sem ordem da Côrte e conservado a despeito do aviso de 1782, que o mandava dissolver». Estabelece outro piquête composto de soldados dos corpos auxiliares e o aquartêla no mesmo local.

Ermida de N. Senhora de Nazaré

Em 1774, levantam, á margem da estrada do Utinga uma pequena ermida consagrada á Nossa Senhora de Nazaré, distante trezentas e noventa e seis braças do «Largo da Polvora», no mesmo sitio em que viveu um homem pardo chamado Placido unico morador d'aquelle lugar e que venerava dentro de sua palhoça a Imagem da Senhora da mencionada invocação em uma espécie de armario enfeitado; e aonde em certo dia de cada semana alguns devotos hião rezar e depor offertas de cêra».

«Falecido Placido, a mencionada imagem passou ás mãos de Antonio Agostinho, cuja devoção desejosa de lhe dar um Santuario decente poz diligencia e conseguiu da Religião e Piedade de algumas pessoas a sobredita ereção, fazendo-lhe um largo quadrilatero de setenta e quatro braças de longor. Desde então a estrada assume o nome de Nazaré». -Baena, obra citada, pag. 291.





Desembargador JORGE HURLEY

DA RESERVA DO EXERCITO DO BRASIL

VII

Reinado de Dona Maria I e seu Augusto Tio e Marido Dom Pedro III, que éla as- socia ao throno.

1777 a 1789

D. Maria I associada a seu marido, assume o governo de Portugal e suas Colonias, a 24 de Fevereiro de 1777, data do falecimento de El Rei Dom José I seu pai. A 21 de Setembro do mesmo anno, o Senado da Camara de Belem do Pará faz publico ter sido proclamada Rainha de Portugal D. Maria I, a 13 de Maio de 1777, como sucessôra de D. José.

Obras no Largo de Palacio.

Todos sabemos que grande parte do largo de Palacio era occupada por um pirí, cujo filão d'agua se lançava na bahia do Guajará por onde é hoje a dóca do Véro-Pêso.

Em 1779, o capitão general João Pereira Caldas convencido de que o Rei de Portugal não pretendia executar o plano do Major de engenheiros Gaspar Gerardo Grunfelts, de nacionalidade alemã, mandou «terraplenar (aterrar) o Largo da sua residencia «para desvanecer os lenteiros do lado oriental e praticar um meato soterraneo de vasão para uma parte das aguas do Pirí que venha sahir ao mar pelo lado occidental da Casa do Haver do Pêso, atravessando o dito largo». — Baena, obra citada, pagina 295.

Quarteis dos Regimentos.

O mesmo governador, ainda em 1779, refôrma os quarteis dos dois Regimentos de Infantaria, vindos de Portugal, um para Belém e ôutro para Macapá, ficando «uma longa casa térrea, da qual todo o lanço da frente cingido de um poyal, a qual chamão sapáta, he uma alpendrada de curta largura sustida em esteios de Acapú esquadriados, que servem de pilares».

Como em frente aos Quarteis—onde hoje é o Quartel General—existissem, formando com elles uma rua, sete pequenas casas térreas e dois terrenos determinou Pereira Caldas ao Senado da Camara que, precedida da competente avaliação, indemniasse aos seus proprietarios pela verba acumulada de imposto de meio real da carne destinada ás obras dos Quarteis.

Prosseguindo diz Baena: «Derruba as referidas casas: esvaece os profundos algares e allagadiços, depositos de aguas e de outras materias de emanaçoens de corrupto odor: e, dest'arte, fórma um largo - Praça da Bandeira atualmente—desempeçado e apto ás reuniões regulares da Tropa tanto para instrução como para o estabelecimento de Revistas».

Governo do tenente de Cavalaria e Capitão General José de Napoles Tello de Menezes.

A 4 de Março de 1780 toma posse do Governo do Pará José de Napoles Tello de Menezes, recebendo o cargo de João Pereira Caldas, a quem Tello de Menezes entrega os despachos reaes, de 7 de Janeiro de 1780, de sua nomeação para Capitão General de Matto-Grosso e Plenipotenciario.

e Commandante Geral da Expedição das Demarcações a serem executadas no Rio Negro e Matto-Grosso definindo as lindes portuguezas e hespanholas na America equinocial.

Pouco tempo demorou-se em Belém o plenipotenciario João Pereira Caldas que, na Vila de Barcélos, á margem do Rio Negro, divide a comissão de demarcação em turmas.

Prisão de um magistrado, que é suspenso de suas funções.

A 1.º de Dezembro de 1780, o governador Tello de Menezes suspende de suas funções e manda recolher prêso ao Forte São Pedro Nolasco, o juiz de Fóra de Belém e presidente do Senado da Camara, bacharel José Justiano de Oliveira Peixoto «pelas suas multiplicadas e repetidas desordens, injustiças e maquinações, que diurnamente tem praticado, renovado, e reproduzido como a Hydra insaciavel de iniquidades, sem o represar em tantos destinos criminosos os officios monitorios, que lhe dirigia sobre o exercicio do cargo e por isso se vio precisado a usar contra elle a Carta Régia de 16 de Setembro de 1779.—Baena, «Compendio das Eras», paginas 305 e 306. A Historia do Pará desconhece a conduta desse magistrado. Baena não explica quais os átos praticados por elle. Dos átos judiciarios, emanados do juiz, ha, e sempre houve, o remédio legal dos recursos para o juiz *ad quem*.

Observo, nessa referencia de Baena, que o Sr. Tello de Menezes violentou um magistrado, que era tambem Presidente do Senado da Camara de Belém, tolhendo-lhe a liberdade numa prisão maritima, de segunda ordem, qual o Forte S. Pedro Nolasco, que as lutas da Cabanagem destruíram.

Pena-Cóva.

Fundou Tello de Menezes o lugar Penacóva, abaixo do Igarapé Una, povoando-o de aborígenes catequisados e «homens, segundo Baena, de côr de mixta qualidade e mulheres de prazer de facil colheita no mesmo sitio em que teve existencia a Aldea de nome igual ao referido igarapé».

Tello de Menezes applicou, ao lugar que crê-ara, o nome *Pena-Cóva* recordando a pitoresca vila Pena-Cóva, freguesia do Douro, em Portugal, de onde, talvez, fosse filho.

O "Monumento" do Largo da Memoria

E' de registrar-se esse fáto apenas para, revelando a futilidade de Tello de Menezes demonstrar por que se chama ainda hoje Largo da Memoria a pequena praça da Estrada de Nazaré, aberta entre a Quintino Bacayúva e a Praça Justo Chermont.

Diz Baena: «Para memoria do caso, em que foi Protagonista o juiz de Fóra José Justiniano de Oliveira Peixoto, levanta o Governador na estrada de Nazareth, e na distancia de 285 braças da bôca da mesma estrada no Largo da Polvora, um Obelisco de páo sobre um pedestal de pedra branca torneado de tres degrãos, do qual em cada uma das quatro faces está entalhada uma lenda (legenda) na linguas dos antigos Romanos: A face parallelá á estrada he assim: *Concordia Bonæ Fidei Et Felicitati Publicæ*.

Esse monumento, recordando a prepotencia de Tello de Menezes, foi consumido pelo Tempo que, atravez da Historia, apaga os fátos inexpress-

sivos e injustos e eternisa aquêles de utilidade para exemplificação das novas gerações.

Essa «memoria» triste vae-se perdendo da memoria dos paraenses.

Caes de Santo Antonio e Ordem Terceira.

Em fins de 1782 foi concluido, pelo Senado da Camara de Belém, um trêcho do caes do porto da cidade construção iniciada pelos frades capuchos de Santo Antonio a custa de esmolas. A Camara gastou, na conclusão dessa obra, a importancia de um conto de réis, sendo essa importante obra executada pelo Mestre pedreiro Manoel José da Silva, velho artista portuguez.

Nesse mesmo anno, o Senado da Camara faz construir pelo mestre pedreiro Estanislau da Silva mais um trêcho de caes do porto perto «as Officinas da Ordem Terceira do Carmo para o serviço dos visinhos d'aquella parte da Cidade».

Essa segunda obra, feita por arrematação, custou á municipalidade trinta mil reis a braça.

Do que está exposto, fica demonstrado que a iniciativa da construção do Caes do Porto de Belém coube aos frades Capuchos de Santo Antonio. Em 1784, a Camara prosseguiu na construção «do caes de Santo Antonio levando-o até junto ao Forte São Pedro Nolasco, na direção da Travessa das Mercês. «Compendio das Eras», 313.

Provisão que manda registrar os sucêssos historicos. Como era eserita a historia do Pará.

O capitão general envia, em fevereiro de 1783, ao Senado da Camara a copia da «Provisão de

20 de Julho de 1782 que determina que o segundo vereador seja o Memorista dos nóvos estabelecimentos, factos, e casos mais notaveis e dignos de tradição escrita, que tiverem succedido desde a apparição dos primeiros Portuguezes transplantados, e forem succedendo; tendo a obrigação de apresentar o seu trabalho em Vereação, para depois de lido e examinado ser registado em um Livro para isso deputado (proprio), dando fé todos os Membros do Governo Municipal por escrito de ter toda a veracidade a exposição d'aquelles factos e successos». Baena—obra citada, pagina 310.

O Governo ainda determinou aos ouvidores que, em vista correcional examinassem como estava sendo registrada a Historia do Pará.

Governo do Capitão General Martinho de Souza e Albuquerque.

A 25 de Outubro de 1783, assume, no Senado da Camara de Belém, o governo do Estado o coronel do Exercito Portuguez Martinho de Souza e Albuquerque, Mõço Fidalgo da Casa Real e Cavalheiro da Ordem de Malta.

Entrega-lhe, solenemente o Governo, José de Napoles Tello de Menezes.

Dom Frei Gaetano Brandão, 6.º Bispo do Pará.

Pisa a Terra Paraense o grande Bispo Gaetano Brandão, que veiu de Portugal no mesmo navio que para aqui trouxe o Capitão General Martinho de Souza Albuquerque.

Frei Caetano Brandão, que pertencia á Ordem da Penitencia do Seraphico Padre São Francisco, tomou posse de seu elevado cargo «a 29 de Outubro de 1783, por seu procurador, o Doutor Arcipreste José Monteiro de Noronha; e no primeiro de Novembro pratica-se a cerimonia da sua entrada publica : a cujo acto solemne assistem os dois generaes, dando aos habitantes o exemplo de veneração e estima á sagrada pessoa de um Prelado, immediato Sucessor dos Apostolos, em o qual se reúne a plenitude do Sacerdocio, e o poder espiritual de reger os fieis da sua Diocese. Depois de uma santa gestão da Diocese paraense volveu Frei Caetano Brandão a Portugal indo assumir a direção do Arcebispado de Braga, em Portugal, a que foi promovido pela Soberana em 28 de Abril de 1789.

O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no Pará.

Em Dezembro de 1783, chegou á Belém o illustre brasileiro (bahiano) Doutor Alfredo Rodrigues Ferreira, vindo de Lisboa, chefiando uma Expedição Filosofica de Historia Natural, organizada em observancia ao Aviso de 29 de Agosto de 1783, destinada a estudos naturaes na Amazonia.

O sabio naturalista patricio fazia-se acompanhar dos desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina e do jardineiro botanico Agostinho Joaquim do Cabo.

O que foi a atuação do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira nessa missão scientifica vê-se do seu minucioso «Diario de Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro» firmado

na Vila de Barcelos aos 13 de Agosto de 1785, endereçado ao Capitão General João Pereira Caldas, Governador de Matto Grosso e plenipotenciario portuguez nas demarcações do Amazonas com as terras de Castella. Esse «Diario» foi publicado na Revista do Instituto Historico Brasileiro tomo 48, 1.^a parte, ocupando as suas primeiras 234 paginas. O Dr. Alexandre Ferreira, sábio naturalista, foi biografado pelo dr. Emilio A. Gœldi, que publicou, em Belém, em 1875 um eloquente trabalho sob o titulo «Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira.

Dessa viagem, e de outras feitas, anteriormente, ao Marajó, aos arredores de Belem e ao Tocantins, escreveu Alexandre Ferreira trinta e uma «Memorias», as quaes versam sobre botanica, zoologia, ornitologia, ichthyologia e etnologia e que são suficientes para o immortalisarem nas letras científicas do Brasil e do mundo.

O Bispo Frei Caetano Brandão inaugura o Hospital do Bom Jesus dos Pobres, no Largo da Sé.

A 25 de Julho de 1787, viu o grande Bispo Frei Caetano Brandão concluida a sua magestosa obra—o hospital «Senhor Jesus dos Pobres e Enfermos», com a assistencia desvelada da verdadeira caridade santificada pelo desinteresse. Diz Almeida Pinto no «O Bispado do Pará», 5.^o Vol. dos Anais da Bib. e Arch. Pub. do Pará, pagina 121 :

«A' noite—de 25 de Julho de 1787—a Cidade espontaneamente foi illuminada e os sinos repicarão

até 8 horas; as famílias sahirão das suas casas, e forão visitar o hospital, e nas salvas, que encontravão, depositavão as suas offerendas aos pobres, em dinheiro.

Nos dias 26 e 27 se repetio a festa pela mesma maneira por que foi operada no dia 25, menos o desembarque na Sé e o jantar em Palacio.

Os habitantes victoriavão o Prelado, e contemplavão nelles, aquelle Pai Celestial que curou o leproso, resuscitou a Lazaro, e o filho da viuva afflita, e multiplicou o peixe e o pão para dar alimento á multidão que o seguia »

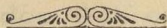
A 17 de Abril de 1807 por sentença judicicia do juiz das capélas e residuos passou o hospital do « Senhor Jesus dos Pobres e Enfermos » e todo o seu patrimonio á jurisdição da Confraria da Santa Casa de Misericordia com grande mágoa do bispo D. Manoel d'Almeida que, então, o controlava. Ha poucos ânos, a Santa Casa, autorisada por sua Assembléa Geral, transferiu o dominio e posse desse predio, que tem o n. 37 á praça Frei Caetano Brandão — Largo da Se — á Companhia Nipponica de Plantação do Brasil.

Estatistica da população de Belém em 1788.

Segundo o mapa apresentado ao Governo pelo sr. João de Amaral Coutinho, Procurador do Senado da Camara, Belém possuia, em Outubro de 1788, « mil e oitenta e tres fôgos, e dez mil seiscentos e vinte moradores livres e escravos. »

Essa população era constituída de uma mestiçagem de « brancos, prêtos, indianos, pardos, mamalucos, curibócas e cafuzes. » Baena explica essa

mistura assim: « Esta heterogeneidade provem dos Brancos haverem alliado o seu sangue com o dos Cafres, e dos Indianos: e da mesma sorte os Indianos com os Cafres. Da mescla dos Brancos com os Indianos procedem os Mamalucos: da dos Pardos com as Pretas os Cafuzes; a que em outras partes denominam Bujamés: e da dos Indianos com as mesmas Prêtas os Curibócas. » — Obra citada, pagina 337.



Estadística da população de Belém
em 1788



Estatua de Frei Caetano Brandão
8.º Bispo do Pará, ao Largo da Sé, Belem

VIII

Reinado de D. Maria I e Regencia do Principe herdeiro D. João, depois D. João VI

1790 a 1798

O capitão General Martinho de Souza Albuquerque, a 15 de Junho de 1799, passa o governo do Grão Pará e Rio Negro a Dom Francisco de Souza Coutinho, Cavalleiro da Ordem de Malta e Capitão de Fragata da Real Marinha Portugueza.

A transmissão do governo realisou-se, como de costume, na sala de honra do Senado da Camara de Belém.

Estrada do Uaurá. Deposito de Polvora.

Um dos primeiros atos de seu governo foi abrir, com oito homens, uma estrada do igarapé Utinga para um braço do igarapé do Uaurá, «aonde constróe um Armazem geral da Polvora, segundo o debuxo remettido da Corte, para não dar, segundo Baena, mais cuidado o temor das consequencias, que poderião seguir-se da inflamação da grande porção deste producto chimico, que se achava accumulado no antigo Armazem tão proximo da Cidade (Largo da Polvora, hoje praça da Republica) se por qualquer incidente elle viesse a incendiar-se».

O igarapé Uaurá, ou, hoje, simplesmente Aurá,

deságua na margem direita do Rio Guajará, erradamente chamado Guamá, «tres leguas acima da Cidade; e o braço em que existe o Armazem da Polvora tem a sua entrada á margem direita do dito igarapé», como ensina Baena.

Digo, erradamente, chamado Guamá, porque este Rio desaparece ao lançar-se no Rio Capim, em São Domingos, do qual é afluente. Todos sabemos que o Rio Capim tem perto de novecentos quilómetros de curso ao passo que o Guamá banha pouco mais de seiscentos quilómetros, logo seria o Capim e não o Guamá, quando não quizessemos chamar Guajará, o Rio que banha Belém enriquecido das aguas dos Rios Acará e Mojú. Aliás, o selvagem nominando as terras de Belém tábas de Parauassú e Capim homenageavam os Rios Tocantins (Pará na foz) e Capim, perpetuado este no bairro da Campina.

Em Maio de 1792, ordena o Capitão General á Camara de Belém que faça abrir uma estrada entre o Armazem de São Francisco do Uaurá e a Fortaleza da Barra: «ponderando lhe que sendo a extensão desta estrada a terça parte da que no âno precedente se abrira no Utinga para o mesmo Armazem, a Municipalidade tinha pequena despeza a fazer com os obreiros». Um contróle apenas.

Primeiro guindaste no Arsenal de Marinha.

Ainda em 1791, o governador Dom Francisco de Souza Coutinho «coloca no Arsenal de Marinha um guindaste semelhante aos do Arsenal de Lisbôa, tendo primeiramente construido um cáes de pedra e lageado (suporte) todo o contorno preciso para as manobras da força». Baena, obra citada, pagina 350.

Tambem estabelece no mesmo anno o córte de madeiras de lei para construções nauticas nos Rios Acará e Caraparú com serrarias manuaes.

Reinado do principe D. João que substitue D. Maria I ataca- da de Theophobia.

Em Maio de 1792, chega á Belém a noticia de que, por Decreto de dez de Fevereiro (1792), o principe D. João assumira a direção do trono Portuguez, em virtude de sua mãe D. Maria I haver enlouquecido.

Estrada do Uaurá a Ourém.

O governador Dom Francisco Coutinho ordena a dois de Fevereiro de 1793 a reabertura da antiga estrada que ligava o igarapé Uaurá (Aurá) á vila de Ourém «e reparar as pontes dos riachos e dos valles», para ficar assim transitavel o caminho do Maranhão, que partia da Casa Forte de Ourém.

Freira Geral de Nazaré.

Instituição do Cirio

Foi o illustre marinheiro portuguez D. Francisco de Souza Coutinho quem deu a primeira organização á procissão da Milagrosa Virgem de Nazaré e á Feira que se deveria realizar por ocasião da Festa de Nazaré, no largo da Ermida.

Diz Baena, no «Compendio das Eras», pagina 354:

«Determina em tres de Julho (de 1793) que se estabeleça uma Feira geral nos fins de Setembro de cada anno nos dias em que se costuma festejar Nossa Senhora de Nazareth e no largo de sua Ermida; e que isto se faça publico por Editaes ».

«Insinúa á Confraria nesta Ermida constituida que, d'alli por diante deve solemnizar a festa de seu orago com Novena, Missa cantada e Procissão; e que a Imagem da Nossa Senhora na vespera do primeiro dia de Novena, será depositada na Capella do Palacio do Governo, afim de ser transferida no dia seguinte DE TARDE EM UMA BERLINDA PARA SUA ERMIDA, e nesse momento precedida por devotos de ambos os sexos concertados em alas, uma de mulheres em séges, e duas de homens a cavallo, e que elle (D. Francisco Coutinho) se adunaria a este religioso sequito indo tambem a cavallo logo após do vehiculo da Imagem».

O inolvidavel historiographo paraense dr. Arthur Vianna, no 3.º Tomo dos Anais da Bib. e Arch. do Pará, faz o historico completo da Festa de Nazaré desde seus primordios.

O sábio Arthur Vianna, de saudosa memoria, baseado nos codices da Bib. Pub., de que foi o melhor e maior Dirêtor, accrescenta: «A copia de uma dessas circulares do governador (D. Francisco Coutinho) - a quem competem as honras de instituidor da festa e do Cirio - dirigidas aos directores das Villas e povoações do interior, exarada em livro pertencente ao archivo da Intendencia de Faro, habilita-nos a um seguro juizo sobre a feira que se instituia»...

«Dos longiquos sertões do Estado, de toda a vasta bacia do Amazonas, correram indios de todas as raças, mestiços de todos os cruzamentos, a extasiar-se nas ruas da capital, para elles um

bello centro de agradaveis attractivos; o largo cobriu-se de barracas de palha, onde o commerciante da cidade encontrou o excellente cacau, a perfumosa baunilha, o guaraná refrigerante, o magnifico arroz; o anil e o urucú manipulados no Estado, os bellos utensilios da ceramica indigena, o forte tabaco, as primorosas rêdes de fio e de maqueira, o pirarucú salgado, o peixe boi etc.)»

«Realisou-se assim em 1793 a primeira Feira de Nazareth», na expressão fidelissima do sábio Arthur Vianna.

Atêrro da rua dos Martyres, hoje 28 de Setembro ou melhor 1.º de Maio.

Deve-se a Dom Francisco de Souza Coutinho o aproveitamento do trêcho da antiga Rua dos Martyres, das proximidades do Reduto até a Ponte do Igarapé das Almas. Esse atêrro, a que Baena chama um terrapleno, tinha trezentas e vinte braças de comprimento e tres de largura e ligava, sobre um pirí, as pontes do igarapé do Reduto de São José a do igarapé das Almas.

Hoje o igarapé do Reduto com a Doca desapareceram: foram aterrados pela Port, of. Pará restando apenas o Igarapé das Almas, com a sua tradicional ponte.

Dom Manoel de Almeida de Carvalho 7.º Bispo do Pará.

Chega á Belém, a 17 de Junho de 1794, D. Manoel de Almeida de Carvalho, Presbitero Secular e Doutor em Canones.

Toma posse do cargo nesse mesmo dia por

seu procurador o arcediogo Joaquim José da Faria e no dia 18 «faz sua entrada solenne», no palacio diocesano levado em procissão, sob o palio, pelas autoridades e pôvo paraenses.

Os mercenarios do Pará recolhem-se aos seus conventos no Maranhão, abandonando todos os seus haveres no Pará.

Cumprindo determinações da Metropole, em virtude de indicação anterior do ilustre bispo Frei Caetano Brandão, o capitão general faz embarcar, em fins de 1794, para a cidade de São Luiz do Maranhão os frades mercenarios.

A importancia relativa ás suas congruas, segundo ordem régia, reverteria em favor de «seis canonicatos e oito Beneficios desfalcados do pessoal do Cabido e parte do Hospital de Caridade, e parte do acabamento da obra do Recolhimento começada na adjacencia do Arsenal de Marinha e á manutenção da subsistencia e doutrina das Recolhidas».

Sequestro dos bens dos frades das Mergês.

Em observancia ao Aviso de 24 de Março de 1794, a Junta da Fazenda sequestra aos frades das mergês as «Fazendas de Val de Caens; Santa Ana, na ilha de igual nome, na foz do Rio Arari; São Pedro; os retiros São João, São José, Guajará, São Jeronimo; a Fazenda São Lourenço, no Rio Paracauari tambem chamado Igarapé Grande—Soure —e a roça São Macario, junto a esta Fazenda as quaes forão avaliadas, com seus gados e plantações,

bemfeitorias e escravos em duzentos e trinta e dois contos, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta 232:598\$770 réis: e começou-se a recolher aos Cofres do Governo os rendimentos de todas fazendo-se escrituração distincta ». A Igreja que elles tinham na cidade (Belém), continua Baena, entregou-se á Irmanidade Militar do Senhor Santo Christo, que desocupou a Igreja de Santo Alexandre dos proscriptos Jesuitas, para o uso da Confraria da Santa Casa de Misericordia, a qual a pedira em razão da sua se achar em necessidade de reparação ».

Informa ainda Baena que a prataria dos Jesuitas perdêra-se nos baixios da Tijóca no naufragio da charrua «São João Magnanimo», construida na Ribeira das Náos, de Belém, quando essa embarcação a transportava a Portugal. Essa riqueza ficou depositada nos mares costeiros paraenses, na altura de Curuçá, sendo ponto de referencia o Rio Tijóca, d'aquelle municipio, o qual córta a Estrada de rodagem Castanhal — Curuçá e se vae lançar no Atlantico.

Alguns daquêles bens fôram á praça e arre-matados, por ordem da Metropole, sendo parte das importancias applicada «á edificação do Recolhimento principiado pelo Bispo Dom Frei Caetano Brandão e a outras obras pias ».

Fundação do Parque d'Artilharia.

Em 1795, Dom Francisco de Sousa Coutinho aproveitando parte do convento das Mercês, proximo da casa do Açougue, estabeleceu ali um deposito de peças d'artilharia, armas, munições, armões e petrechos de guerra, a que deu o nome de Parque, confiando á administração do major de engenharia João Vasco Manoel de Braun que foi pouco depois substituido pelo major José Thomaz Serra.

Mudança da Alfandega.

Desde 1653, data de sua instalação em Belém, a Alfandega do Pará funcionava na margem direita do Igarapé Pirí de Jussára, nas visinhanças da Casa do Véro-Pêso, no local onde se acha hoje a filial da Palmeira.

Em 1796, Dom Francisco de Souza Coutinho fez mudar a Alfandega do Véro-Pêso para o antigo convento das Mercês instalando essa repartição «no primeiro pavimento do convento inclusa a Sacristia e menos a parte do claustro já ocupado pelo nôvo Parque». Baena, obra citada, pagina 359.

Os bens dos Mercenarios.

Em Agosto de 1796, são vendidas em arrematação publica em Belém por 64:106\$131 réis as Fazendas Val de Cães e Sant'Ana, esta na Ilha de igual nome, no Arari, Marajó, pertencentes aos mercenarios «por entender-se menos proficuas a sua administração» sendo incorporadas ao patrimonio real as demais Fazendas sequestradas á mesma Ordem religiosa. Diz Baena que as Fazendas incorporadas possuíam «cento e oitenta e seis escravos; quarenta mil quatrocentas e setenta rezes de gado grôssô bicornêo (vacum) e cinco mil duzentas e sessenta e duas cabeças do cavallar».

Aos campos do Piauhhy pelo Rio Capim.

Dom Francisco de Souza Coutinho dava trabalho tambem aos sertanistas. Nesse proposito, incumbiu o capitão do Mato José do Rosario de «des-

cobrir algum caminho, que das vertentes do Rio Capim, ou de algum braço ou confluente delle conduza aos estabelecimentos mais occidentaes do Piahy ».

Rosario Ribeiro partiu para o Rio Capim, em Julho de 1796, ignorando-se, até hoje, o resultado de sua missão.

Em Junho de 1797, faz partir nóva expedição comandada pelo major Francisco Nunes, « com um cabo de esquadra, seis soldados e vinte e um Tapuyas para a mesma descoberta de uma communição do Rio Capim para o Piahy, de que no anno precedente encarregára o capitão do Mato José do Rosario Ribeiro, o qual não deu noticia, que verificasse a possibilidade do objecto de sua diligencia ».

O objectivo dessa exploração, aos sertões, era abrir caminho do Pará aos campos da Capitania do Piahy « ou das Aldeas Altas, dos quaes possão vir os gados ao mercado do Pará ».

Regrêssô do Major Francisco Nunes.

Mêzes depois de haver partido á sua exploração aos sertões, via Rio Capim, volve á Belém esse illustre sertanista que informa ao Governador Dom Francisco de Souza Coutinho ter remontado « o Rio Capim até ao Arraial de Santa Cruz; d'ahi vogára pelo Rio Suribijú, braço do Capim: que da parte superior deste braço transitára por terra até a maior proximidade das vertentes do Rio Gurupí, onde vira os gentios Amanajás: que d'aqui atravez de tabocaes, ribanceiras, charaviscaes, penedias, longos tremendaes e Sylvícolas ferozes, chegára á beira do Rio Pinaré, construíra canôas

de casca de pão, e nella descêra até a Villa de Monção onde entrára a 3 de Novembro; de cuja villa se dirigira á Cidade de São Luiz do Maranhão e nella fôra bem recebido do Governador Dom Diogo de Souza ».

Sua conclusão é a seguinte: o Rio Capim, por não ser muito extenso, não facilita o transito para as Fazendas de criação dos campos do Piahy ou das Aldeias Altas — Assegura Baena que do « resultado dessa empreza ficára o Governador mui pouco aprazido porque via frustado o seu plano de constituir a Capital do Estado menos dependente das Fazendas de gado da Ilha Grande de Joannes ».

Previsão da conquista da Ilha Marajó.

A ligação de Belém aos campos do Piahy e Aldeias Altas visava, essencialmente, o fornecimento de boiadas á alimentação da população da capital paraense tornando-a independente do Marajó, nesse abastecimento, pelo temor de que, numa futura guerra, alguma nação poderosa aposando-se da Ilha Grande de Joannes viesse a privar « os moradores da cidade do provimento de carnes ».

Aos dignos Chefes de militares do Pará cabe a apreciação dessa cogitação do ilustre marinheiro Dom Francisco de Souza Coutinho, a qual é digna de estudo e não perderá jamais a sua oportunidade. Belém tem o seu estomago prêzo a Marajó, á Macapá, Amapá e ao Baixo Amazonas...

Um bloqueio é fome certa na formosa capital do Pará.



Obelisco da Fundação de Belém
Largo de Palacio, Avenida Portugal

I X

REGENCIA DO PRINCEPE D. JOÃO

1799 a 1802

Fundação do Jardim Botânico.

Cultor das ciencias naturais, o illustre capitão General Dom Francisco de Souza Coutinho fundou, em 1798, «nas terras de São José, pertencentes á Fazenda Real, por doação de Hilario de Souza e sua mulher, o Jardim Botânico», de Belém do Pará. Esse horto chegou a colecionar duas mil e trezentas e sessenta plantas e teve como primeiro diretor «Mr. Grenoullier um dos emigrados da Ilha de Cayena residente no Caité (Bragança) por se ter noticia de que elle era um bom Engenheiro agrário». Vencia o ordenado de 20\$000 mensais e mais quatro centos réis diarios para alimentação. Baena, no «Compendio das Eras» paginas 368 e 371, dá noticia detalhada do que foi o Jardim Botânico.

Corrêio Geral

Em observancia ao Alvará de 20 de Janeiro e Provisão de 5 de Março de 1798, funda, em Belém, o Correio Geral nomeando os funcionarios administrativos da mesma repartição crêada «para facilidade e segurança da communicação do trato mercantil, official e correspondencia amigaveis».

Corpos de Ligeiros.

Para habituar á disciplina os selvagens des-cidos dos sertões ou encontrados nos arredores das cidades e villas creou Dom Francisco de Souza Coutinho sete (7) Corpos Ligeiros «compostos de Companhias e commandados por mestres de Campo».

Esses Corpos eram assim aquartelados: o 1.º em Belém; o 2.º na Vigia; o 3.º em Cametá; o 4.º no Marajó; o 5.º em Portel e Melgaço; o 6.º em Gurupá e o 7.º em Santarém.

Regencia do Principe D. João.

«Agravando-se a enfermidade da Rainha D. Maria I assume, definitivamente, a Regencia da Monarchia portugueza o Principe D. João», herdeiro do throno que, desde 1792, governava Portugal e suas Colonias, em seu nome.

Dado o pezar que se havia comunicado ás autoridades e ao pôvo paraenses, não foi festejada, em Belém, com a pompa do estylo a posse do principe D. João (depois D. João VI) na Regencia do Reino.

Companhia de Pedestres

E' crêada a Companhia de Pedestres «destinada ao serviço de policia e diligencias do Arsenal de Marinha», semelhante a que anteriormente fôra crêada em Mato Grôso.

Instrução Publica do Pará.

Pela Provisão de 11 de Maio de 1799 foram estabelecidas, em Belém, duas escolas de primeiras

letras e «tres de lér humanidades, nomeando-se um substituto para estas tres. Tambem fôram crêadas escolas de primeiras letras em Cametá, Vigia, Monsarás, Bragança, Melgaço, Cintra, Macapá, Nôva Vila do interior da Ilha Grande de Joannes. Monte-Alegre, Santarém, Gurupá, Oeiras e Barcellos », esta no Amazonas.

Pela Carta Régia de 19 de Agosto de 1799 e Regimento Provisional das Escolas Publicas competem ao governo civil e ao ecclesiastico a nomeação dos professores dos estudos menores, e tambem a inspecção do ensino.

Contadores e Medidores (Agrimensores).

Estabelecem aquelles dispositivos legais mais «uma cadeira de Arithmetica, Geometria e Trigonometria, onde possão formar-se bons Contadores, e bons Medidores, (agrimensores), a fim de que se não sinta a falta, que ha de bons Contadores e que as medidas das Sesmarias se fação com a necessaria exação, além da utilidade que ha em háver Geometras e Topografos capazes de levantar Planos, e até darem convenientes descrições dos territorios e dos rios com a nota dos trabalhos, que nos mesmos podem caber ».—Baena, « Compendio das Eras », pagina 379.

Perseguição e assassinio de Par- teiras, em Belém

Varrido da razão, pelo Amor, que é capaz de tudo, o illustre Capitão General Francisco de Souza Coutinho que vinha fazendo uma ótima adminis-

tração na Capitania do Pará, mancha, indelevelmente, o seu governo com um crime horroroso que abalou, profundamente, toda a população de Belém.

Deixo que fale por nós o ilustre historigrafo Antonio Ladislau Monteiro Baena, no «Compendio das Eras», ás paginas 380 e 381.

O Martirio de Mãe Valeria e mais duas Parteiras suas colégas.

Em Janeiro de 1800, com grande magua da cidade de Santa Maria de Belém, «são prêsas as Parteiras no Convento de São José—onde hoje é a Cadeia Publica—menos MÃE VALERIA, cuja prisão he no Reducto—bateria disposta numa ligeira fortificação para defeza da cidade.—Nenhuma deixa ds ser palmatoriada: e depois a dita Valéria e duas outras conduzidas de noite á beira do mar alli são adornadas no cóllo com um afogador de pedras de alvenaria, e com elle vão padecer perpetua immersão nas ondas».

«Todos estes actos se obrão de ordem do Governador, a quem suadirão de que ellas occasionarão a morte, no parto, de sua amada, quando a verdadeira causa de em taes circumstancias d'ella fenecer a vida foi a ciosa curiosidade de saber se o Governador estava no baile de uma casa onde vivia a Dama, que ella suspeitava ter intentos de conquistar o coração de seu amante. Com a morte desta mulher elle se entristece sobremaneira por que lhe tinha achado graças que muito poderão em seu animo».

Terminada essa triste narrativa, acrescenta Baena: «No dia do funeral o comboio funebre foi tão numeroso quanto a lisonja mais extremosa o podia fazer. Igual concurso houve nas sumptuosas

exequias, que se fizeram na Igreja dos Religiosos Carmelitas onde foi sepultada »

Pondo á margem êsse ato de selvageria, muito reprovado por todos mas, decorrente da insegurança e do pouco valor que as leis davam ás vidas humanas, nessa época de governo arbitrario, de poderes ilimitados, Dom Francisco de Souza Coutinho, foi um governo otimo, altamente operoso o qual muito fêz pelo engrandecimento e progresso da Terra Paraense.

Estatistica das construções navaes realizadas em Belém, na Ri- beira das Náos.

Em officio de 15 de Setembro de 1800, o Capitão General Francisco de Souza Coutinho comunicou ao «Ministro do Gabinête Régio que na Década do seu governo construiu (na Ribeira das Náos, no Arsenal de Marinha) *Quatro Fragatas de quarenta e quatro; tres Charrúas; tres Bergantins, doze Chalúpas Artilheiras* e muitas embarcaçoens de baixo bordo para a navegação interna da Capitania, tendo *mais de dous mil operarios Indianos*, empregados no corte, na condução e no embarque das madeiras e na construção dos ditos vasos da Real Armada, nas disposiçoens da defêza da Cidade, nas embarcaçoens armadas, e nas expeditas a diversas diligencias.

Muda o titulo de Mestre de Campo em Coronel.

Está ahi uma novidade interessante aos militares.

Pelo Alvará de primeiro de Setembro de 1800, o Rei de Portugal «dá aos Terços Auxiliares a denominação de Regimentos de Milicias: estabelece e fixa a disciplina militar e muda o prisco titulo de Mestre de Campo em Coronel».

O chafariz da travessa da Piedade.

A Fonte de Domingús.

Ainda em fins de 1800, manda o ilustre Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, construir um «chafariz na Travessa da Piedade (hoje Assis de Vasconcelos) perto do cruzamento desta com a Rua das Flôres (hoje Lauro Sodré) enterado de duas bicas de pedra para as quaes se desce por duas escadas de cinco degrãos de ladrilho em uma e outra quadra. Com esta pequena obra em que não apparecem vislumbres de Architectura, julgou suprir, de algum modo a carencia de chafarizes não obstando as tentativas do Governo Municipal e dos Governadores para que houvesse um que adornando a Cidade disparasse a mais pura agua, e de tal sorte copiosa que constituisse desnecessario o uso dos pôços».

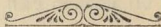
Os capitães Generaes, o comandante das armas, o bispo, capitalistas e altos funcionarios publicos bebião excellente agua potavel de uma fonte que jorrava «no lado direito e perto da bôca do Igarapé Domingús», que afluê á bahia do Guajará «quasi defronte da Fortaleza da Barra».

Baena no «Ensaio Corografico», pagina 280, referindo-se a essa fonte, que é bem possivel ainda exista talvez com outro nome, informa: «Acima do sitio Tapanã» — borbulêta de pedra — de *itá*: pedra e *panan* borbulêta, ensino eu — «sái ao mar perto do Igarapé da Fome outro Igarapé chamado

Domingús, em razão de ali ter morado um Indio nomeado Domingos, e não longe de sua bôca ha uma paragem, na margem direita, onde rebenta borbulhando, com suave murmurio um jôrro de agua cristalina, da qual nos tempos passados se enchião barris e se transportavão diurnamente para uso dos capitaens Generaes, na canôa da Fortalêza da Barra, que quasi entesta com a bocca do Igarapé».

Nóva Ermida de N. S. de Nazaré.

Foi ainda na administração fecunda e progressiva de Dom Francisco de Souza Coutinho que foi reedificada a Ermida de N. S. de Nazaré, que ameaçava cahir pela «debilidade dos materiaes com que fôra construida.



Os companheiros do Conde dos Arcos

Com esse honrado homem publico e amado de Portugal, do mesmo nome, ergia ha-de ha-tar alguns franciscanos, chefiados por Frei Francisco

X

GOVERNO DO CONDE DOS ARCOS

1803 a 1806

A 22 de Setembro de 1803, assume o cargo de Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, commendador da Ordem de Christo e capitão do Regimento de Cavalaria da Praça d'Elvas, recebendo o bastão do Governo das mãos de Dom Francisco de Souza Coutinho. No acto da transmissão do governo, diz Baena,—este bastão, que agora passa a ser empunhado por melhor mão, eu o respeitei, e fiz respeitar. A estas expressões immediatamente se ouviu pronunciar a seguinte resposta: «Eu o recebo com o firme proposito de promover e segurar a felicidade dos Povos Paraenses segundo as Soberanas determinações de Sua Alteza Real, tão solícito neste objecto que, até no acto da minha despedida, em audiencia publica, não cessou de o recommendar.»

Os companheiros do Conde dos Arcos

Com esse eminente homem publico vieram de Portugal, no mesmo navio, treis frades barbadinhos franciscanos, chefiados por Frei Francisco

de Alva Pompéa, de nacionalidade italiana, para trabalharem nas missões.

Como inspetor geral das fortificações e da disciplina militar e economia da tropa do Exército e das milícias da Capitania, veio o então coronel do Regimento de Artilharia, da Praça de Elvas, Jeronimo José Nogueira, promovido, antes de partir para o Pará, ao posto de Brigadeiro.

O coronel Manoel Marques, o heróe da Conquista de Cayenna

E' de distinguir-se pelo seu valor militar e pelos relevantes serviços prestados a Portugal e ao Brasil, tanto na paz como na guerra, dos companheiros do Conde dos Arcos, o ilustre e bravo militar portuguez tenente-coronel Manoel Marques que veio commandando um corpo de Artilharia de Linha de quatro companhias, organizado segundo a Carta Régia de 26 de Abril de 1803. No meu livro «Noções da Historia do Brasil e do Pará», da pagina 101 a 123, encontrará o leitor completas informações acêrca do bravo Coronel Manoel Marques, não só da sua atuação na Conquista de Cayenna, como os traços principaes de suabiografia.

Esse corpo de Artilharia chegou á Belém «com a sua lotação incompleta para ser inteirado no Pará» como informa Baena, obra citada, pagina 401.

Tambem chegaram «vários artifices destinados ao Trem de Artilharia» que ficou sob a direção do major Antonio Luiz Pires Borralho. «Vierão, igualmente, várias peças de artilharia de calibre três e seis, e quatro obuses de seis e nove polegadas, com todo o trem competente a estas bôcas tonantes» a que Baena chamou «Parque de pé de Exército.»



Padre Antonio Vieira

O Apostolo da Amazonia

O Pirí de Jussára

Impressionou mal o Pirí que veio encontrar ladeando pelo flanco direito de Palacio desde o Véro-Peso até perto do Convento de São José, razão porque, 14 dias depois de assumir o governo, o Conde dos Arcos officiou ao Senado da Camara de Belém pedindo providencias no sentido de que fosse o mesmo drenado e roçadas as margens do igarapé que ao centro dele corria á bahia do Guajará.

Mostra ao Senado da Camara que a providencia definitiva a tomar-se em relação ao Pirí seria o « ensecamento para que desapareça este productor de inséctos de toda a espécie e jamais por elle sêja o ar impregnado de vapores pestíferos, que enervão o corpo, produzem contagios perigosos e as mais das vezes mortíferas, e que originam as sezões e outras enfermidades endemicas, que abreviam a vida dos habitantes. »

A exsicação do Pirí

Ordena, o Conde dos Arcos, ao seu ajudante de ordens o capitão de engenheiro João Rafael Nogueira, « official do mais distinto merecimento » que estude e formule o plano a ser executado da exsicação do Pirí, para transformar êsse pântano num largo chêio de arvores sombrias e flôres.

Incumbio, tambem ao capitão de Ligeiros, — corpo de trabalhadores e guerreiros selvagens — Domingos a administração da execução do serviço material dos planos delineados pelo engenheiro Rafael Nogueira.

O braço aborigene e o braço do africo escravo durante vinte e um ânos trabalharam na condução de terra e cascalho para essa obra

gigantesca conseguindo afinal aterrar grande parte do Piri «fazendo, como diz Baena, sair do referido paul tres longas e largas estradas de passeio agradavel orladas de renques e arvores Mongubeiras, Taperibaseiros e Larangeiras, e cingidas de válas de esgôte que, facilmente agglomerão as aguas junto da Travessa Caetano Rufino, em uma só corrente, que passa por baixo da estrada do Arsenal da Marinha, e sai ao mar pela calha de uma Eclusa fabricada perto á preamar.»

«As tres estradas indicadas forão construidas de terras semelhantes a cascalho transportadas da visinhança, calcadas e afieçoadas em uma conve-xidade dôce e independente de ser empedrada para ter estabilidade.»

«Das mesmas estradas a mais extensa faz angulo obtuso, no seu cruzamento, com a que do largo de Palacio envia a São José; angulo feito de proposito para evitar a monotonia censurada pelo famoso Delille na sua obra dos Jardins. No dito cruzamento fixarão-se assentos de madeira e formarão-se parêdes dos arbustos verdes escuros e resplendentes, que produzem as brancas e fla-grantes rosas mogorins (tugarís) e as do Cabo da Boa Esperança, vulgarmente chamadas *Flôr de General*» Desfaz-se, assim, a lenda de chamar-se essa flor GENERAL em consequencia a um insidente que teria occorrido com o General Andréa, que só, em Novembro de 1830, veio á Belém do Pará assumir o comando das armas.

O Naturalista Sieber, em Belém

Em fins de 1803, chega á Belém o botanico Sieber, Ajudante do Conde Hoffomansegg, o qual veio, com a necessaria licença da Corôa Portu-gueza, fazer pesquisas botanicas e colecionar plantas «para o mesmo Conde e para os Museos

de Historia Natural da Universidade de Berlim e de Upsal e tambem fazer a maior aquisição possível de passaros, pela qual se possa ter idéa da Ornithologia particular do paiz.

Bahia de Guajará

O Conde dos Arcos, em começo de 1804, officia ao Senado da Camara de Belém ordenando que prohiba, terminantemente, o costume dos moradores «em arrojar ao rio as immundicias (lixo) da Capital, os entulhos e outros objectos de igual natureza que progressivamente, podem damnificar o fundo da vistosa bahia, sobre cuja beira se eleva a Cidade de Belém.

Largo do Redondo na Estrada de S. José

«Marca no Pirí campo a hortas que devem ser cuidadas pelos Regimentos de Infantaria em seu peculiar proveito; e um largo circular na Estrada do Jardim Botanico para vendedoiro das plantas hortadas: de cujo largo suprime a dita estrada construindo ôutra (isto é, o segundo trecho em prolongamento) na continuação rectilinea da estrada, que do largo de Palacio alli guiava e em direitura ao edificio de São José propinquo ao mesmo Jardim e onde se estavam fazendo as preparaçoes necessarias para Alojamento do Corpo de Artilharia.» Essa adaptação era no Convento de São José onde, de facto, aquartelou a artilharia, nessa época.

A moda regional das “mamalúcas” e pardas

O Conde dos Arcos achou tão interessante o modo de trajar das mulheres do pôvo do Pará que as mandou retratar pelo pintor Antonio Leo-

nardo, vindo de Lisboa, para enviar á Corte os retratos de tres tipos dessas mulheres. Ele mesmo deu a esse habil pintor a concepção dos quadros de que deviam sobresahir os retratos. «A primeira junto de um pavilhão natural tendo não longe um rio ao pé de uma montanha cujo vertice embrenhão brancos matos, dos quaes cabem regatos reunidos em cascatas: a segunda ao pé de um banco de verdura guarnecido de flores ao lado de uma silvana morada—barraca de rôça—no meio de uma veiga que trilha serpeando um igarapé, debruçado de uma floresta: e a terceira diante de um cafuz, que lhe está vendendo uma pêra (paneiro) de assahí.»

Prosseguindo, detalha Baena a indumentaria dessas cabôclas paraenses assim:

«As ditas mulheres usão uma saía de delgada caça, ou de sêda nos dias de maior luxo, e de uma camisa cujo toral he de panno que mais sombrea do que cobre os dous semiglobos que no seio balançando se divisão entre as finas rendas que contorneão a góla.»

«Estas roupas são quasi uma clara nuvem que ondeando inculcam os moldes do corpo (tão fecundo quanto a Terra paraense). Botoens de ouro ajustão o punho das mangas da camisa: pendem-lhe do collo sobre o peito cordoens, collares, rozarios e bentinhos do mesmo metal: a madeixa (o cabelo) he embebida em baunilha e outras plantas odóras (umirí, pripriôca, raspas de macaca-poranga) entretecidas nos dentes de um grande pente de tartaruga em fórmula de têlha com a parte convexa toda coberta de uma lamina de ouro lavrada, sob cuja circumferencia oscillão mēias luas, figas e outros diches (balangandans) de igual preciosidade á da lamina: e na testa, pela raiz do cabello, circula um festão de jasmins,

malmequêres encarnados e rosas mogarins (bugaris.) Neste guápo alinho, e descalças realção estas mulheres seus atrátivos naturaes, e conquistão vontades entranhando n'alma meiga illusão, que o repouso lhe quebra.» Obra citada; paginas 408 e 409.

Exaltação da Terra Paraense

Remetendo esses retratos á Lisbôa, o Conde dos Arcos transmite, tambem, deslumbrado, a sua impressão da Terra Paraense nessas palavras: « *A Capitania do Pará he a mais extensa e a melhor de todas as possesçoens da Corôa Portuguesa na America Meridional: que possuindo terras ufanas da sua fecundez he um dos mais deliciosos paizes do mundo: e que apesar de estar situada no centro das calmas equatoriaes, respira-se comtudo um ar temperado que parece haver uma primavera perennal.* »

Manequins para refôrma da indumentaria paraense

Pede Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, ao Governo de Portugal que lhe remeta « *bonécas, moldes de vestidos de Mulher* » a fim de que as do Pará se regulem por elles abandonando o atrasamento em seu trajar á moda Europea.

A mesma refôrma se opera, diz Baena, nos homens, que depoem as casacas de chita e de sêda e adotam trajos de uso corrente na Capital do Reino.»

Recolhimento de meninas desamparadas

Realizando o sonho do grande bispo Dom Frei Caetano Brandão, Dom Manoel ao recolher-se de sua visita pastoral ao interior do Pará e Amazonas; em 1804, trouxe algumas meninas selvagens que internou no Recolhimento que fundára na rua do Açougue — Industria — canto da Travessa dos Mirandas—15 de Agosto—no prédio onde o inesquecível jesuita italiano Padre Malagrida fundára o primeiro Seminário do Pará.

Esse recolhimento foi, durante muito tempo, estipendiado pelo bispo, que era auxiliado, nessa obra benemerita, pelas principaes familias de Belém.

Embaixada Mundurucú

Em Janeiro de 1804, chegam á Belém dois tucháuas mundurucús acompanhados de vários aborígenes dessa tribu.

Vieram, segundo afirmam, conhecer e «visitar o Governador... que os recebe com as maneiras proprias da sua admiravel urbanidade: ergue-lhes para seu aposento uma casa palhiça com rapidez incrível perto do lado oriental do Palacio da sua residencia: nomea assistente da hospedagem a um Tenente da Tropa regular cognominado «Cabeça de Bagre»—o mordomo de Palacio, talvez--para fazer ministrar sem fallencia da cosinha de Palacio todos os dias o necessario repasto: e trata-los de modo que todos achem bom gazalhado e gostosa hospitalidade. E os dois principaes comem a seu lado na mêza aonde manifestão notavel aptidão em copiar os outros comensaes no uso do talher e nos brindes nunca estancando os copos porque assim o vião praticar.»

Remedio para curar a hidropisia

« A estes Mundurucús, prossegue Baena, se deve o presente conhecimento da arvore Ararani, cuja folha convertida em cinza serve de medicamento antidropico »

Escola de Praticos da Costa do Pará

Em 12 de Maio de 1804, o Exm.^o Sr. Conde dos Arcos instala, num apartamento do Arsenal de Marinha, a Escola de Praticos da Costa do Pará, crêada pelo Alvará de 4 de fevereiro de 1804.

O assassinio do Coronel José Thomaz Brun, Comandante do Regimento de Extremoz.

O furto occorrido nos quartéis ou entre militares era, n'aqueles tempos da adolescencia da justiça portugueza, no Brasil, punido com o espancamento do delinquente, que era serviçado, perante a tropa, formada, com cincoenta, cem e mais conforme a gravidade do furto, pranchadas de espada de prancha.

Acontece que tendo o soldado José Alexandre, do Regimento do Extremoz, furtado uma rêde tapoírana ao tenente Lazaro Valente Marreiros, do Regimento de Macapá, o coronel Brun ordenou

fosse o mesmo soldado punido da fôrma do costume. Formada a tropa e colocado ao centro do quadrado o delinquente penetraram no quadrado os executantes do castigo e o coronel Brun, que leu a pena em que tinha incorrido o soldado José Alexandre que, aproximando-se do coronel, demonstrando abatimento e humildade, como quem, arrependido, ia pedir perdão, subito crava-lhe profunda punhalada «nos hypocondrios» e de arma ensanguentada em punho rompe o quadrado e passa pela sentinella das armas e fôge pela rua do Açougue—o quartel era no Convento das Mercês—sendo prêzo antes de chegar á travessa dos Mirandas—15 de Agosto—depois de cahir atordado por uma paulada.

Apesar de tratado com muita atenção pelo medico Alvaranga o coronel não poude resistir por muitos dias aos effeitos mortaes da lesão. Foi sepultado na Igrêja do Carmo «junto á porta do meio, debaixo do côro, lugar indicado em uma das mandas do seu testamento.»

O soldado assassino após um rapido Consêlho de Guerra foi logo enforcado. A execução immediata foi autorisada pelo Conde dos Arcos, para exemplificação aos demais soldados da tropa. Como de praxe, apezar de executada a sentença, seguiu o procêsso em grão de apelação, de officio. á Lisboa, de acôrdo com os dispositivos legais.

O Tribunal Militar Portuguez confirmou unanimemente a sentença «com o aditamento de que fosse esquartejado, e se pregasse a cabeça em um poste diante do quartel do supliciado e nos largos de cada um dos outros Alojamentos e da Polvora as pernas e braços em iguaes postes.»

A attitude do Conde dos Arcos evitou que Belém assistisse, no começo do seculo da Independencia, ao retalhamento de um corpo humano, por espirito de uma vingança terrorista

**O Conde dos Arcos é nomeado
Vice-Rei e Capitão General
de Mar e Terra do Estado
do Brasil.**

Em meados de 1805, chegou á Belém do Pará a grata noticia de que D. Marcos de Noronha Brito, Conde dos Arcos, pelo seu valor proprio havia sido distinguido pelo Rei de Portugal com a nomeação de Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Brasil, devendo aguardar, no Pará, a chegada «do Tenente General José Narciso de Magalhaens de Menezes, Comandante das Tropas do Rio de Janeiro para onde se expedio a Fragata Carlota a conduzi-lo ao Pará a fim de entrar na successão do bastão desta Capitania, devendo a mesma Fragata ser o vehiculo, que o transporte ao seu ulterior destino» Baena, obra citada, pag. 420.

**Patrimonio da Santa Casa de
Misericordia do Pará**

No sequestro dos bens pertencentes aos mercenarios foi incluída a Fazenda Val de Caens, propriedade legada áquella Ordem sob «a clausula de que deixando os mercenarios de residir no Pará, por qualquer motivo que fosse, passasse a mesma Fazenda ao dominio da Santa Casa de Misericordia do Pará. Essa pía instituição, fundada nos primeiros dias da conquista do Pará, reclamou á Metropole a devolução da Fazenda Val de Caens á sua posse e dominio ou uma indemnisação correspondente ao seu valor.

O Governo portuguez, fazendo-lhe justiça, em Provisão de 12 de Fevereiro de 1806 mandou entregar á Santa Casa um conto e duzentos mil réis em moeda e algumas propriedades de Casas, com que fique saldada a importancia da exorada compensação, sendo ella considerada segundo o valor Fazenda » ...

A 10 de Março de 1806, deixa, o Conde dos Arcos e Vice-Rei do Brasil, o Governo do Grão-Pará e Rio Negro entregando-o ao Tenente-General dos Reaes Exercitos e Commendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz, José Narcizo de Magalhaens e Menezes.





Mães aborígenes brasileiras

XI

GOVERNO DO TENENTE-GENERAL JOSÉ NARCIZO DE MAGA- LHAENS E MENEZES.

1806 -- 1810

A 10 de Março de 1806, assumiu o cargo de governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro o Tenente-General dos Reaes Exercitos José Narcizo e Magalhaens e Menezes recebendo-o das mãos do Conde dos Arcos, que, dias após, segue para o Rio de Janeiro onde foi assumir o alto corpo de Vice-Rei do Brasil.

Regente do Hospital Real Militar do Pará

Um dos primeiros atos do Capitão-General José Narcizo de Magalhens e Menezes foi a nomeação do major reformado Severino Eusebio de Matos para regente (diretor) do Hospital Real Militar de Belém.

Nessa mesma ocasião baixou o Capitão-General um Regimento (Regulamento) para o mesmo Hospital.

Combatendo, pelo isolamento, a peste da variola em Belém

Oficia o Capitão-General José Narciso de Magalhaens de Menezes ao Senado da Camara de Belém no sentido de serem tomadas, pela municipalidade, urgentes providencias para atalhar o surto das bexigas trazidas pelos escravos africanos recentemente chegados, lembrando fossem estabelecidos Lazarêtos na Ilha Arapiranga e no Pinheiro, nos quaes se curassem não só os ditos escravos, mas ainda toda a pessoa, indistinctamente, que se vêja contagiada do mesmo mal: e que para vedar a communicação dos dous Lazarêtos manda postar nelles destacamentos proporcionados debaixo do comando dos segundos Tenentes do corpo de Artilharia Antonio Roberto Marques dos Santos e Antonio Ladislau Monteiro Baena », o autor dos excellentes livros «Compendio das Eras» e «Ensaio Corografico.»

Organisação da Tropa do Pará

O Capitão-General Magalhaens de Menezes ordenou que os «Regimentos de Infantaria, o Corpo de Artilharia, os Regimentos de Milicias e os Corpos de Milicias Ligeiras usem dos Uniformes e Distinctivos estabelecidos no plano approved e confirmado pela Lei de 19 de Maio de 1806.»

Em observancia a outra Lei da mesma data deu aos mesmos Regimentos e corpos a seguinte numeração: Ao Regimento de Belém n.º 1; ao de Macapá n.º 2; ao de Extremoz (tambem com parada em Belém) n.º 3.

Essa força pertencia ao Exercito portuguez, destacada como guarnição do Pará e foz do Amazonas e acantonada em Chaves, contra-costa da

Ilha Grande de Joannes, Os corpos (ou Regimentos) de Milicias tomaram a numeração seguinte: o da Cidade Velha o numero 1; o da Campina n.º 2; o de Cametá n.º 3 e o de Macapá n.º 4.

Crêação da Junta de Justiça Militar como segunda instancia dos Conselhos de Guerra

Recebe o Governador a Carta Régia de 29 de Novembro de 1806 que crêa, em Belém do Pará, uma Junta de Justiça Militar para conhecer dos procêssos julgados em Conselho de Guerra, «estabelecidos pelos Capitulos X do Regulamento de Cavalleria de 18 de Fevereiro de 1763» e regulados pelo Alvará de 4 de Setembro de 1765.

Essa Junta era composta de nove juizes sob a presidencia do Capitão-General Governador; de tres magistrados e na sua falta de tres juristas-advogados;—de tres vereadores e de tres officiaes da maior patente da guarnição de Belém, com exclusão dos officiaes que forão da composição do Conselho de Guerra. Constituida, portanto, a ultima instancia sendo portanto irrecorriveis para outro Poder, as suas decisões, as quaes eram immediatamente executadas quando não interposto para a mesma Junta o unico recurso permitido—o de revisão.

Movimento na Tropa

Dando nóva organização aos corpos de Li-geiros, compostos de aborigenes catequisados, transfere para esses Corpos dois mil quinhentos e quarenta homens que, indevidamente, haviam sido alistados nos Regimentos de Milicias.

Instrução da Trópa

Antes de vir substituir o Conde dos Arcos, no Governo do Grão-Pará, o Capitão-General Magalhaens e Menezes era o Comandante Geral das Forças Militares de Terra no Rio de Janeiro. Excelente soldado, tratou de melhorar logo o estado da trópa paraense não só quanto ao aquartelamento, fardamento e armamento como em sua instrução da «Trópa Miliciania e tratou de adestrar no exercicio das armas.» E' nomeado instrutor de Artilharia o então tenente Antonio Ladislau Monteiro Baena, um dos jovens officiaes mais cultos do Exercito Portuguez no Pará.

Missa em ação de graças, na Sé

A 29 de Maio de 1808 celebra-se na Sé, por ordem do governo, missa solene com sermão e bem assim um *Te-Deum* e exposição do Sacramento pela chegada ao Rio do principe regente—depois D. João VI e familia real e copioso numero de fidalgos e pessoas gradas, emigrados de Portugal pela violenta occupação franco-hespanhola. A essa missa compareceram o Governador, o Senado da Camara incorporado tendo toda a força regular do Exercito formado no Largo da Sé.

Embaixadores paraenses enviados ao Rio

Com o designio de levar, pessoalmente, os cumprimentos do Pará e Rio Negro ao principe regente seguiram ao Rio de Janeiro por parte do Governo o major Jacome Borges Pereira Pachêco e pelo bispado dois padres: o diácono Romualdo Antonio de Seixas e presbytero Manoel Evaristo

de Brito Mendes, os quaes padres fôram agraciados com os titulos de conegos da Cathedral do Pará e de Cavalleiros da Ordem de Christo.

Estabelecimento do Comercio inglez em Belém

Em meados de 1808, abrem-se em Belém do Pará, as primeiras casas de comercio inglezas, em face da Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 que permitiu o exercicio da mercancia aos povos das nações amigas.

Liberdade ás Industrias

Foi recebida com grande contentamento no Pará, como em todo o Brasil, a noticia da revogação do Alvará de 5 de Janeiro que prohibia aos portuguezes americanos (brasileiros) dedicarem-se ás industrias que eram privilegios de Portugal que, do Brasil queria a materia prima para as suas fabricas no continente Europeu.

O Alvará que deu a liberdade industrial ao Brasil foi assinado pelo principe, no Rio, a 1.º de Abril de 1808 e visou depertar as riquezas fabrís nas terras do Brasil. O Senado da Camara de Belém publicou em bando, esse Aviso.

Decimas Urbanas

Pelo Alvará, com força de Lei, de 7 de Junho de 1808, estabeleceu o principe regente o imposto «de decimas sobre os prédios urbanos de todas as cidades, villas e Povoaçoens, de uma certa consistencia — excluindo as barracas — do Estado do Brasil» fundamentando tal imposto com a ne-

cessidade de serem aumentadas as rendas publicas afim de, como repetiu Baena, «sustentar com o decôro a celsitude do Throno, o esplendor da nova Côrte e muitos estabelecimentos publicos indispensaveis para o bem e prosperidade nacional.»

A renda das decimas era incorporada á receita das municipalidades—erario dos Senados das Camaras—da qual receita a terça parte pertencia á Corôa—ao Governo Geral.

Preparativos da força paraense para a Conquista de Cayena

Coube aos paraenses, auxiliados pela curvêta inglêza «Confiança», commandada pelo capitão de Fragata Jaime Lucas Hyó, ou Yeo, segundo Mello Moraes, a honra de conquistar Cayena ás armas francêsas.

Data venia, convidado o leitor amigo a consultar o nosso livrinho «Noções de Historia do Brasil e do Pará», a respeito desse magno assunto, paginas 101 a 123, onde encontrará bem desenvolvida a noticia historica da Conquista de Cayena e da incorporação da Guyana Francêsa ao Brasil, sob o controle do Governo do Pará.

Entretanto, devo salientar, neste trabalho, que no mez de Maio de 1808 começaram em Belém os preparativos dessa expedição. As senhoras paraenses da alta sociedade e de todas as classes, suas filhas e escravas, empenharam-se em preparar o fardamento dos Voluntarios-Paraenses constante de uniformes de algodão, jaquêtas, calça e gôrro, tintos de preto, com o tujúco do Salgado utilizando-se do mesmo processo usado pelos jesuitas para tingir suas batinas.

Fôram assim, mal indumentados e mal armados, que os paraenses conquistaram Cayena

sob o comando do bravo Tenente-Coronel Manoel Marques, official superior de Artilharia do Exercito Portuguez. A trópa sahiu de Belém a 6 de Novembro de 1808.

Construção da Dóca do Véro-Pêzo

Em Dezembro de 1808, o Mestre de Campo Domingos José Frazão, por ordem do Senado da Camara de Belém constróe a Dóca do Véro-Pêzo.

Baena descreve essa construção assim :

« Formalisa o Mestre de Campo Domingos José Frazão, por consenso do Governo Municipal, entre a Casa do aver do Pêzo e a Ponte do mesmo appellido uma área quadrilatera terminada da banda do mar em um caés de pedra conduzido da dita ponte até á proximidade do muro em que desembóca o antigo cano de despêjo do Pirí (que ainda existe) construido por determinação do Governador João Pereira Caldas : e com o referido caes ficou convertido em uma caldeira (Dóca) -- unica em toda a ribeira da cidade--o espaço médio entre o mesmo caes e o da Casa das Canôas erguida por ordem do Governador Alexandre de Souza Freire. »

Noticia da quéda de Cayena

A 14 de Fevereiro de 1809 chega á Belém o forriell de granadeiros do Regimento de Infantaria n. 2 Joaquim Antonio de Macêdo trazendo a boa nóva de que a Guyana Franceza e a sua capital Cayena haviam cahido a 14 de Janeiro, exatamente um mez antes, em poder da trópa paraense após varios combates sangrentos.

Falta de farinha em Belém

A' vista das reclamações do povo contra a especulação comercial que alteava, cada vez mais, o preço da farinha de mandioca, o Capitão-General fixou o preço de cinco patacas o alqueire e ordenou que, numa casa no largo do Pelourinho, em frente á travessa hoje Sete de Setembro fôsse armazenada toda a farinha que desembarcasse na rua da praia incumbindo, «o juiz Almotace, ladeado do oficial de Sala—especie de oficial de gabinete—para que, a venda se faça congruamente, e livre das ardidêzas do Atravessador». Baena obra citada, pagina 445.

Refôrço á tropa

No decorrer de Abril de 1809 chegam ao Pará, vindas de Pernambuco duas Companhias dos Regimentos de Infantaria e Artilharia de Linha: «uma de pardos e outra de prêtos e de recrutas do Ceará», sob o comando do Major graduado Manoel Silvestre da Fonsêca.

Nossa Senhora da Victoria

A êsse tempo envia o Capitão-General ao príncipe Regente uma belissima imagem de Nossa Senhora da Victoria e duas bandeiras vindas da capital da Guyana francêza.

Essa linda imagem, ha ânos, vinha de Lisbôa para a Sé de Belém quando o navio, que era da praça de Belém do Pará, foi tomado pelos piratas e conduzido á Cayena. As bandeiras francêzas eram tres: duas foram como trophêus á Côrte no Rio de Janeiro e a terceira ficou ornamentando «a

sala do Docel de Palacio ». Essa bandeira foi recolhida á Igreja das Mercês por ocasião das festas da conquista de Cayena. Assim não será demais dizer-se que foi essa milagrosa imagem quem conduziu á victoria as forças luso-brasileiras (paraenses), na brilhante pagina guerreira da arrancada bravia á conquista da Guyana Francêza.

Vieram tambem, nesse tempo, do Jardim da Gabriela, de Cayena, « uma colleção de plantas medicinaes, especieiras e outras arvores fructíferas para serem cultivadas, no Pará e no Rio de Janeiro » e outra colleção que foi plantada no Jardim Botânico—Horto—da Estrada de São José.

As cancelas do Piri

Estabelece o Capitão-General o plantio de caneleiras e de outras arvores preciosas « nos tres angulos do cruzamento das maiores estradas do Piri (São José) e ergue junto a um delles uma pequena casa, na qual posta um official inferior para vigia das novas plantações, cuja guarda tomou o nome de Cancellas em razão das grades de pau que servem de parede. »

Fornecimento de carne e peixe aos officiaes da guarnição de Belém

Ordena o Capitão-General José Narcizo de Magalhaens e Menezes aos administradores do gado do dizimo e do Pesqueiro da Ilha Grande de Joannes sejam fornecidos de carne e peixe, segundo os vales diarios de seus pedidos, os officiaes da tropa da guarnição para desconto de seus soldos no fim do mez,

Deserção no destacamento pernambueano

« No decurso de Janeiro de 1810, diz Baena, lavra a deserção no Destacamento de Pernambuco,

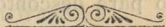
mormente pelos reclutas do Ceará: poucos conseguirão chegar ao conspecto do paiz natal: uns morrerão penetrando com ardor atravez de lagôas, precipícios, invios cêrros, rúdes selvas: e ôutros fôram apprehendidos dentro dos confins da Capitania ou pouco além delles.» Obra citada, pag. 453.

Lazarêto do Tueunduba

O Senado da Camara de Belém, no dia 16 de Junho de 1810, solicita ao Provedor, Conselheiros e mais officiaes da Santa Casa de Misericordia do Pará a fundação de um Lazarêto em Tucunduba.

Falecimento do Capitão General Magalhaens e Menezes

A 20 de Dezembro de 1810, após breves dias de doença, faleceu em Belém o ilustre Capitão General José Narcizo de Magalhães de Menezes, vitima de um antraz rebentado na coluna vertebral. Seu corpo foi sepultado na Igreja das Mercês sahindo da capela de Palacio acompanhado pelo mundo official e pôvo.





Tipo do aborigene do Brasil

XII

GOVERNO DA JUNTA DE SUCES- SÃO PROVISIONAL, CONS- TITUIDA DE ACORDO COM O ALVARÁ DE 12 DE DE- ZEMBRO DE 1770.

1810 a 1817

Essa Junta compunha-se do bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho, do brigadeiro Manoel Marques então, governador de Cayena e do desembargador ouvidor da Comarca do Pará doutor Joaquim Clemente da Silva Pombo.

Automaticamente, assumiu a Junta o Governo do Pará no dia 20 de Dezembro de 1810, data do falecimento do General José Narciso de Magalhaens de Menezes.

Em Fevereiro de 1812, volve a Cayena afim de reassumir o governo da Guyana Francêza o brigadeiro Manoel Marques em virtude de ordem exprêssa da Côrte do Rio de Janeiro. Em seu lugar, na Junta, entra o brigadeiro graduado Francisco Pereira Vidigal, comandante do Regimento de Infantaria de linha n. 2, aquartelado, na vila de Chaves, na contra-costa da ilha Marajó.

Desligam-se as Comarcas do Pará e Rio Negro da Casa de Supplicação de Lisboa, ficando sujeitas à Relação da Cidade de São Luiz do Maranhão

O Alvará, com força de lei, de 13 de Maio de 1812 desmembrou as comarcas do Pará e Rio Negro da Casa de Supplicação, de Lisboa tornando-se sujeitas ao Tribunal de Relação de São Luiz do Maranhão.

Devolução da Guyana Franceza à França

Como resultado do que foi resolvido no Congresso de Vienna, a 9 de Junho de 1815, o príncipe regente de Portugal obrigou-se a restituir á França a Guyana Francêza até o Rio Oyapoc, «cuja fóz está situada a quatro ou cinco grãos de latitude do Norte: limite que Portugal sempre considerou ser o que havia sido designado pelo Tratado de Utreckt», sendo que a data da restituição ficaria dependendo de ajuste particular entre a França e Portugal.

Elevação do Brasil a Reino

O governo provisional do Pará faz publicar em «bando» nas praças e ruas de Belém, sob vivas aclamações do povo paraense, a Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815, «remetida, em Aviso de 29 de dezembro do mesmo anno, pelo Marquez de Aguiar, primeiro Ministro da Corôa, na qual foi elevado o Brasil á dignidade de Reino e o une aos Reinos de Portugal e Algarves para formarem todos tres um só corpo politico debaixo do titulo

de: REINO UNIDO DE PORTUGAL E DO BRASIL E DOS ALGARVES.

Houve grandes festas em Belém, por esse auspicioso motivo, tendo os moradores iluminado durante tres noites seguidas as fachadas dos prédios de suas residencias.

Loterias á Santa Casa de Misericordia, para a fundação do Leprozario do Tucunduba

Pelo aviso de 13 de Outubro de 1815 o principe regente concedeu «á Confraria da Santa Casa de Misericordia do Pará cinco loterias, de quarenta mil crusados cada uma, para o estabelecimento de um Lazarêto na Olaria de Tucunduba, onde se mantenhão, com caridoso trato e precaução regular, todos os individuos que devem ser sequestrados de toda a sociedade por estarem encetados de lepra.»

Exéquias de D. Maria I

O Governo Provisional comunica ao Senado da Camara o falecimento, no Rio de Janeiro, da Rainha de Portugal, Brasil e Algarves D. Maria I, a 20 de Março de 1816, aos oitenta e um anos de idade e ordena sejam prestadas em Belém solennes exéquias em sua memória e o eterno repouso de sua alma.

Eseudo d'armas

Envia o Governo Provisional ao Senado da Camara a cópia da Carta de Lei de 13 de Maio de 1816, «na qual o Soberano faz saber que tendo unido os Reinos de Portugal, Brasil e Algarves,

para constituirem um só e mesmo Reino, era regular e consequente o encorporar em um só Escudo as Armas de todos os tres Reinos assim e da mesma fôrma que El Rei D. Affonso III adunando o Reino dos Algarves ao de Portugal adunou tambem suas armas respectivas: e occorrendo que para este effeito o Reino do Brasil ainda não tem Armas que caracterisem a bem merecida cathegoria a que se acha exaltado, ordena o seguinte:

1.º Que o Reino do Brasil tenha por Armas uma Esfera Armilar de ouro em campo azul.

2.º Que o Escudo Real Portuguez inscripto na dita Esfera Armilar com uma Corôa sobreposta fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e das mais partes integrantes deste Triplíce Reino.

3.º Que estas nóvas Armas por conseguinte ás que uniformemente se hajão de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes e Cunho de Moedas, assim como em tudo o mais em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes.

Embaixada ao Rio de Janeiro

Seguem, a 16 de Janeiro de 1817, ao Rio de Janeiro como emissarios do Bispo Dom Manoel os padres Romualdo de Souza Coêlho, arcepreste da Igreja da Sé paraense e Raimundo Antonio Martins, primeiro mestre de cerimonias da cathedral com a incumbencia de, em nome do Prelado do Cabido, Cléro e Diocesanos apresentarem condolencias ao rei pela morte da rainha D. Maria I como para cumprimentar o principe Dom João pela sua elevação ao trono de Portugal, Brasil e Algarves.

Festas em Belém em homenagem à posse de Dom João VI ao trono de Portugal, Brasil e Algarves.

Dia 12

Decorreram brilhantissimas, em Belém, as demonstrações festivas em honra a D. João VI o successor de Dona Maria I no trono portuguez.

No dia 12 de Maio de 1817, pela manhã, segundo Baena, testemunha presencial de taes solenidades, os «vereadores do Senado da Camara e os seus officiaes, formados em cavalgada de grande pompa e fulgor, discorrem por várias ruas da cidade dando o agradavel annuncio de que no subsequente se ha de reconhecer com pública e solene magnificencia por legitimo Monarcha o principe regente Dom João.»

Dia 13

Descreve Baena: «No dia 13 o primeiro clarão da Alva he saudado por harmonicos concertos: sóbe aos ares alégres e popular bullicio: ao sol nascente sôa o estampido das Fortalêzas, desfraldão-se as insignias Portuguezas, e embandeirão-se as embarçaçoens Nacionaes de Guerra e de Comercio.

Milicias fulgurantes de aceio e louçania postão-se no lado esquerdo da varanda, que o Senado fez construir na fachada do Paço do Consêlho, e ataviar com atilado esméro a balaustrada, as columnas, os laqueares, e o pavimento.

Apresentão-se na dita varanda, o Governo Provisional, as pessoas de plana illustre (gradas) e outras que pelos seus cargos e representação devião allí congregar-se. O Presidente do Senado da Camara abre a augusta cerimonia, fazendo uma mui cortez inclinação ao Retrato de Sua Ma-

gestade Fidelissima e recitando uma excellente oração, a qual ultimada e feita outra venia ao Re-trato lavra o escrivão da Camara o Auto.

O Governo Provisional e todos os circumstantes prestão o juramento de preito e homenagem. O cidadão nobre que empunhava o novo Estandarte da Esféra, Quinas e Castellos, desenrola-o e florea-o fóra da balaustrada (para a rua) e diz ao Povo em altas vozes—Real, Real, Real, pelo Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Rei Dom João Sexto, Nosso Senhor.

Immediatamente rompe universa voz de vivas e ouve-se as Musicas dos Regimentos, o estrepito de numerosas girandulas, os repiques dos sinos e as salvas do Parque de Artilharia postado na frente dos Armazens da Marinha, as quaes forão seguidas dos navios e Fortalêzas.

O Governo Provisional, os vereadores e todas pessoas que estavam na varanda passam á Igreja da Sé e nella presencião a Missa Pontifical e o Cantico de louvor composto por Santo Agostinho e Santo Ambrosio.»

Houve em Palacio um grande banquete, no salão do terceiro pavimento do mesmo edificio.

A' noite teve lugar um baile a rigor em que as casacas, os fardões de grante gala e os vestidos de cauda, da mais pura sêda, das senhoras e senhoritas, se casavam com a mais rigorosa etiquêta da época.

Antes de começar a magna festa dansante, o dr. João Candido de Deus e Silva procedeu á leitura de um longo e bem elaborado discurso occupando-se da «humanidade, sabedoria e magnanimidade dos Monarchas Portuguezes e especialmente da utilidade das leis do nuper-aclamado Soberano, a quem tambem sem mentir podia designar».

Repetiram-se nos dias de 14 a 15 de Maio

as mesmas festas noturnas em Palacio, do dia 13. Isto é, o baile no qual foi servida lauta mēsa de dōces, frutas sēcas da Europa e vinhos finos. Na noite de 15, a ultima da festa, houve excellente cēia na qual foram servidas málgas de canja de galinha, chocolate, chá e café.

O povo paraense partilhou desses ruidosos festējos nas barracas armadas no Largo de Palacio, nas quaes servia-se de dōces e refrēscos á vontade.

Tambem na Casa do Senado da Camara e Cadeia,—á rua Conselheiro João Alfredo—esteve sempre posta uma farta meza de dōces e refrēscos á disposição das pessôas do pôvo que ali se serviam como e quando queriam.

Houve feérica iluminação no Largo de Palacio e todas as casas de Belém iluminaram suas fachadas durante as tres noites de festa.

Depois de meia noite, em cada dia, o capitão de artilharia de Linha Francisco José da Costa Rocha queimava lindos fógos de arteficios, de sua confecção, legitimas maravilhas pirotequinicas da época. Era um genio, na sua arte, êsse capitão fogueteiro.

Esse prestativo official encerrava a exhibição dos fógos de arteficios com uma copiosa girandola de foguētes, de trinta e seis bombas cada um, de sua invenção, e que Baena assegura «tinham todos excellente ascensão.»

Após essas expressivas homenagens a Dom João VI, o Governo Provisional faz seguir, como seu embaixador, ao Rio, o capitão do Estado-maior do Exercito Francisco de Souza Leal Aranha para cumprimentar o novo Rei, pela sua posse, em nome do Governo e do pôvo paraenses.

O Senado da Camara de Belém, teve igual procedimento enviando, na mesma ocasião, com igual destino e objetivo, o coronel do primeiro Regimento de Milicias João Antonio Rodrigues Martins.

XIII

GOVERNO DO CONDE

DE VILLA FLÔR

1817 a 1820

A 19 de Outubro de 1817, chega á Belém e no mesmo dia toma posse do cargo de Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro o fidalgo Dom Antonio José de Souza de Menezes, Conde de Villa Flôr, do Consêlho de Sua Magestade Fidelissima, seu Copeiro Mór, Commendador da Ordem de Christo, Cavalleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro de Cavallaria do Exercito portuguez.

Após ao áto de posse, que occorreu no salão da Vereação do Senado da Camara sâe o Conde de Villa Flôr levado pelo presidente do Senado e acompanhado de altas autoridades locaes e pessoas gradas para a Sé. Ao transpor a porta principal do edificio do Senado da Camara e pizar o passeio «desce das janellas sobre o pállio um chuveiro de flôres lançado pelas mãos do sexo dos attrativos que avassalão tudo: flores, que espalhão perfumes dos seus subteis aromas, esmaltando a rua tapizada de hervas odoras », como observou, de viso, Baena.

Primeira comunicação do Conde de Villa Flôr ao Senado da Camara.

Tendo conhecimento o Conde de Villa Flôr de que o Pará, pela sua metropole Belém e pelas suas vilas do interior, tinha festejado, com grande pompa, a aclamação do Soberano lhe communicava que «El-Rei não podendo effectuar no dia designado o Acto da sua Acclamação por lhe chegar no dia 25 de Março a espantosa noticia de que a Provincia de Pernambuco estava toda revolucionada e que os habitantes do Recife tinham commettido os mais horrosos delictos contra a Authoridade Real e contra a integridade da Nação hasteando a bandeira da rebelião e proclamando a decantada liberdade dos Jacobinos havia a tempado (adiado) a solemnidade Real e Nacional da sua Gloriosa Acclamação para o dia seis de Fevereiro, do anno subsequente (1818) primeira sexta-feira de Quaresma, em que a Igrêja Lusitana faz solemne commemoração das Sacrosantas chagas do Divino Redemptor.

Conclúe essa comunicação afirmando achar-se dominada a Revolução Pernambucana de 1817.

Um nôvo Theatro em Belém

Levanta, o Conde de Villa Flôr, a idéa de se construir em Belém um novo Theatro no mesmo lugar do antigo—Largo das Mercês—o qual se achava em ruínas.

Corre, então, para êsse fim uma subscrição publica para estipendiar dita construção tendo o Conde nomeado uma comissão arrecadadora composta de um Thezoureiro e um pagador.

A direção dos trabalhos foi confiada ao Tenente-Coronel Comandante do Corpo de Artilharia Antonio Luiz Pires Borralho, segundo a planta traçada pelo falecido architecto Antonio José Lande.

Para que as familias tivessem urgente diversão mandou armar um palco, num theatrinho provisorio, na grande sala da Casa da aula do Corpo de Artilharia, nas proximidades do Palacio do Governo.

Regressa á Belém a Trópa paraense que conquistou Cayena.

Em Janeiro de 1818, chegam á Belém navios francezes que conduzem ao Pará as tropas paraenses que occupavam a praça de Cayena. Por essa occasião, soube-se que ainda haviam ficado na capital da Guyana Franceza o ex-governador brigadeiro Manoel Marques e o ex-intendente desembargador João Severiano Maciel da Costa, os quaes se occuparam da entrega dos bens d'aquella cidade ao general Carra Saint Cir, nos termos da relação que acompanhou a capitulação de Victor Hugues.

Essa trópa veiu sob o comando do major do Corpo de Artilharia Joaquim Pedro Dias Azevedo que recebeu do Conde de Villa Flôr cumprimentos a bordo e ordem de desembarcar pelo cães de Santo Antonio e conduzir a força pelas ruas de Santo Antonio e Mercadores — Conselheiro João Alfredo — ao largo de Palacio.

Chegada a trópa ao Largo de Palacio e disposta em linha desenvolvida, surge a cavallo, á sua frente, o Conde de Villa Flôr que, depois de tecer verbalmente justo elogio aos officiaes, inferiores e praças que a compunham, pela bravura demonstrada na conquista, pelas armas, da Guyana

Franceza e sua capital, manda debandar a força, que é acclamada por grande massa popular. O Conde de Villa Flôr licenciou essa trôpa, por oito dias, para repouso dos soldados e officiaes.

Origem das côres da Bandeira Municipal de Belém, tornada depois Bandeira Paraense.

A' vista de Ordem Régia, mandou o Conde de Villa Flôr que todos os militares sobreviventes da expedição de Cayena usassem no braço direito de um pequeno circulo encarnado tendo no diametro, em letras brancas a palavra Cayena, distribuindo nessa occasião, em revista á tropa, pelos officiaes, « grandes medalhas de prata sobredourada, que o Soberano da Britannia ofereceo julgando que eles, devião ser o objeto deste honorifico dom pelo pulso e ardimento que patentearão n'aquella conquista. » — « Compendio das Eras », de Baena, pagina 493.

Devo corrigir um pequeno engano de Baena. Essas medalhas fôrão, de fáto, cunhadas na Inglaterra mas não constituíram presentes do Rei das Ilhas Britanicas mas, encomenda de D. João, príncipe regente e pagas pelo Brasil.

Lêr Mello Moraes, pagina 152 — « Historia do Brasil » — Reino e Brasil Imperio.

Quando fundou-se o Club Republicano do Pará adotaram, seus fundadores, como bandeira do Club, as côres encarnada e branca, que constituíam as do laço dos bravos soldados conquistadores da Guyana Francêza.

A bandeira do Club Republicano do Pará, que era um losango, em linhas obliquas de cor encarnada nas extremidades e branca no centro, onde figurava uma estrêla azul, após á proclamação

da Republica, passou a ser usada, indistinctamente, em Belém o no interior do Estado, como bandeira paraense.

O Consêlho Municipal de Belém, em sessão de 10 de Abril de 1898, por sugestão do Senador federal Arthur Indio do Brasil e Silva, então presidente do Consêlho, decretou que a bandeira do Club Republicano, fosse considerada como bandeira official do municipio de Belém.

O illustre deputado Hygino Amanajás, a 3 de Junho de 1898 apresentou á Camara dos Deputados um projecto considerando a bandeira do Club Republicano, adotada pela Camara Municipal de Belém, como bandeira do Estado.

O jornal *Folha do Norte* combateu, veementemente, o projecto demonstrando que o Brasil só podia ter uma bandeira, tal a sua integridade nacional, condenando, assim, o projecto no nascedouro, sendo que a opinião dos brasileiros ficou, a esse tempo com a *Folha*, de cuja redacção já se destacava o jovem Paulo Maranhão, o incomensuravel autor das formidaveis gazetilhas de fogo, que concluíram queimando o prestigio politico de Antonio José de Lemos, um grande homem publico (que seguia a orientação do chefe gaúcho Pinheiro Machado) de fino gosto urbanistico e que reformou Belém, pondo-a ao nivel das capitães mais adiantadas do Brasil.

Indo o projecto ao plenário da Camara, o sr. deputado Amanajás o defendeu brilhantemente citando o exemplo de que a bandeira do Club Republicano, de ha tempos já se achava reconhecida pelo Governo como bandeira do Estado e que o mesmo projecto «vinha legalisar o acto do ex-governador sr. dr. Lauro Sodré que permitiu fosse essa bandeira, num navio de guerra brasileiro, cobrindo o corpo do maestro Carlos Gomes e legalisar o acto do dr. Paes de Carvalho que, enviando

o Regimento Militar do Pará (polícia) a Canudos entregou á tropa a bandeira do Club Republicano paraense, como bandeira do Pará, para que a mesma ao lado da bandeira nacional estimulasse os paraenses a defender o regimen republicano.

Esse projéto passou na Camara e subiu ao Senado do Estado, onde entretanto, ficou paralisado porque, segundo se disse, o municipio de Belém já tinha adotado, como sua essa bandeira e que, por isso tinha direito á prioridade. «afirmando-se tambem que o Estado não podia ter bandeira própria, o que ia de encontro á verdade dos factos, pois que São Paulo e ôutros Estados da Federação têm e conservam cada qual a sua», — palavras do illustre Deputado Hygino Amajás.

Esquadrão de Cavalaria

O Conde de Vila Flôr crêa um Esquadrão de Cavalaria que aquartéla no antigo convento de São José d'ahi sahindo o corpo de artilharia que foi aquartelar no edificio da Ordem 3.^a de São Francisco.

O convento de São José sofreu ligeira adaptação com o estabelecimento de cavalariças, báias e bebedoros para os animaes da trópa. O comando desse Esquadrão foi confiado ao major Mariano de Oliveira Bello, ficando essa força sob o immediato controle do Conde de Vila Flôr. Por esse tempo regréssa da vila de Chaves, na contra-costa da Marajó á Belém o Regimento n.º 2 de Infantaria de 1.^a Linha que alli se achava destacado por ordem do capitão general Francisco de Souza Coutinho.

Chega á Belém a Condessa de Villa Flôr.

Avisado que sua digna esposa a Condessa de Vila Flôr estava a chegar de Lisboa ao Pará; a bordo do brigue «Palhaço», ordenou o Conde que uma escuna de guerra, sob o comando do capitão de fragata José Joaquim da Silva, seguisse até Salinas onde deveria esperar o brigue «Palhaço» afim de o guiar com segurança até Belém.

Assim aconteceu. As duas embarcações fizeram excelente viagem de Salinas até Belém lançando ancoras na bahia de Guajará a 17 de Abril de 1818.

Toda a cidade se movimenta para receber a ilústre fidalga Dona Maria José do Livramento e Mello, esposa do Capitão General.

Baena, que assistiu essa recepção deslumbrante assim a descreve: «Uma quantidade imensa de pôvo cobre a práia do desembarque, no caes de Santo Antonio: as Matronas com suas filhas reunidas em corpo demonstrando os maiores sinaes de alegria e respeito chegam á linha d'agua trilhando as taboas assoalhadas para a receber: e a conduzem á Igrêja (Santo Antonio) dos Religiosos Capuchos onde faz oração: d'aqui he transportada em uma Berlinda para Palacio com direcção a passar por baixo de um Arco bem imaginado em seus adornos alçado na rua do açougue (Industria), junto ao trem (parte de baixo do convento das Mercês). Fazem-lhe a salva os Corpos Militares no maior aceio e louçania postados em diversos sitios do transito indicados no programa da etiquêta Militar, que lhes foi dado.

“Fragata Leopoldina”

Em Maio de 1818, é batida pelo Conde de Villa Flôr, com um martelo de prata, na Ribeira das Nãos, no Arsenal de Marinha a quilha da «Fragata Leopoldina», cognome da Príncipeza Real.

Adoece a Condessa de Villa Flôr

Diz Baena que devido ao grande susto porque passou quando o Brigue «Palhaço», arrastou-se sobre um banco de areia na altura da foz do Rio Caaeté (Bragança) adoeceira, de uma Amenorrhéa, desde a sua chegada á Belém, a linda Condessa de Vila Flôr.

Seu medico assistente, dr. Antonio Corrêa de Lacerda, a fez remover para a Fazenda de Val de Caens, lugar que lhe pareceu mais proprio ao seu tratamento.

Morte do bispo D. Manoel

Em seu palacio, no Largo da Sé, falece em consequencia de um ataque de gôta, ás 8 horas da noite do dia 30 de Junho, o bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho. Seu corpo foi sepultado na manhã de 1.º de Julho na capela-mór da Sé, «na contiguidade do faldistorio».

Seu enterro se revestiu da maior pompa possible. Foi uma solenissima procissão na qual tomaram parte, por ordem do Conde de Vila Flôr, todas as tropas, autoridades militares, civís, cléro e povo.

Sahiu o corpo ricamente vestido de Pontifical do palacio diocesano e, descendo a Calçada

do Colégio, atravessou o largo de Palacio, junto ao Véro-Pezo seguiu pela rua dos Mercadores—Conselheiro João Alfrêdo—até a travessa da Misericórdia—Padre Prudencio—d'ahi dobrou pela Rua Formosa—antiga da Paixão e hoje «13 de Maio», sahindo no Largo de Palacio.

Ao defrontar com o palacio, surgiu na janéla central, já muito abatida da enfermidade, de que estava sofrendo, a Condessa de Vila Flôr que, de publico, chorou a morte do venerando Dom Manoel, 7.º bispo do Pará.

A Condessa veio de Val de Caens especialmente para assistir, de Palacio, á passagem do enterro de Dom Manoel que tinha sido seu confessor.

Prosseguindo, a procissão funebre entrou pela Travessa da Residencia—hoje Vigia—e dobrando pela Rua Dr. Assis contornou o Largo da Sé recolhendo-se á Cathedral onde, depois dos serviços religiosos—missa de corpo presente—desceram á sepultura os restos mortaes desse illustre prelado.

O Conde de Vila Flôr dando sciencia a D. João VI da morte do 7.º bispo do Pará disse «que se não fosse assumpto alhêio ao seu cargo a apresentação de sacerdote para subir á cadeira desta Diocese êle designaria a pessoa do Reverendo padre Romualdo de Sousa Coelho, Arcipreste da mesma Santa Igreja do Pará e natural da Vila de Cametá, cujos conhecimentos e sans qualidades moraes o inculcão um douto e exemplar Pastor de pôvo, capaz de honrar o ministerio.»

A Condessa de Villa Flôr teve, no Pará, a vida de uma flôr.

Em Val de Caens onde, em vão, procurou o restabelecimento de sua saúde, falece, a 24 de Julho de 1818, a Condessa de Vila Flôr. Seu corpo foi

sepultado na capéla mór da Igreja dos Capuchos de Santo Antonio, após á celebração de sumptuoso serviço religioso.

Toda a cidade de Belém vestiu-se de pesado luto, tal a mágua que empolgou o povo e todas as familias pois a Condessa, nos poucos dias de sua vida em Belém soubera conquistar geraes sympathias, pela sua fina educação, afabilidade do trato e jamais negada justiça e caridade aos necessitados.

Contra os Piratas

Em começo de Outubro de 1818, o Conde de Villa Flôr, atendendo a solicitação dos commerciantes armadores e proprietarios de embarcações, manda armar de artilharia, retirada do Trem — parque de artilharia das Mercês — peças de artilharia e munições armando assim o brigue «Conde da Barca», o navio «Santa Maria de Belém», a galéra «Incomparavel», a escuna «Conde de Villa Flor» do brigue-paquete «Rio», para se defenderem dos assaltos dos piratas em alto-mar. Esses proprietarios e armadores obrigaram-se a pagar esse armamento e a munição que gastassem em caso de consumo ou perda total em combate com os ladrões do mar.

Ouro do Pará e Maranhão

Recebe o Conde de Vila Flôr, em fins de Outubro de 1818, das mãos do bacharel Manoel Joaquim de Cerqueira «oitocentas e noventa e duas oitavas, de ouro e uma palhêta (pepita) do mesmo metal de trinta e sete oitavas, desentranhadas do solo de Pirocáua», aonde fôra mandado estudar as possibilidades de exploração dessas minas.

O sr. Cerqueira, no seu relatório de viagem diz que na região entre a "vila de Bragança e o Rio Redondo, no rumo Léste-Oéste, achára sinaes da existencia de ouro. Que ha minas de ouro "tanto no Tromahy e Pirocáua como nos Rios Pichúna, Curii, Genipaussú Gurupí, na serra do Jutahí da bahia de Piriá, nos Rios Redondo e Cuiririba e na Serra Catherina, na qual constava haver um grande jazigo aurifero.

A Festa da Instrução no Seminario Episcopal.

Realisou-se a 20 de Novembro de 1818, no Seminario Episcopal de Belém, uma grande reunião de cléro e pessôas gradas, professores e altas patentes militares, sob presidencia do Conde de Vila Flôr, no sentido de fazer a propaganda de Instrução Publica, no Pará. Lêr Baena "Compendio das Eras" paginas 409 a 503.—Nessa assembléa, fêz um longo discurso abrindo os trabalhos, o Conde de Vila Flôr. A seguir, orou o professor de philosophia racional, e moral o conego e vigario capitular Romualdo Antonio de Seixas; seguindo-se com a palavra o historiografo e lente d'Aula Militar o ajudante do corpo de Artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena.

Concluindo, falaram, ainda, o professor de rhetorica João Baptista Gomes e o professor de latim Antonio do Espirito Santos Calças, cujo discurso foi muito interessante.

Essa festa literaria terminou depois de meio dia sahindo os circunstantes d'ahi do salão nobre do Seminario para o salão festivo das refeições onde todos se banquetearam num opiparo almoço

de finas iguarias, ao qual não faltavam doces, frutas e vinhos finos. E essa refeição lauta foi oferecida pelo Conego Manoel Evaristo de Brito Mendes, Reitor do Seminário.

O Conde de Villa Flôr na Ilha do Marajó. O problema da carne verde em Belém. Prisão do Marchante.

Em Janeiro de 1819, vae o Conde de Vila Flôr visitar as Fazendas da Corôa e os Depósitos do gado do Dizimo do Pindobal—palmeiral—e da foz do Moirim, afluente do Ararí e, segundo Baena, «reconhece que a desfatura de carne de vaca na Cidade provem tanto da queda das chuvas diluviar os dois referidos depósitos a ponto de faltar o pástio ao gado e espaço sufficiente ao seu descanso, como da estreiteza com que os Marchantes ministrão as canôas do seu contracto dos precisos indios para a mobilidade delles e para arrebanhar as rezes destinadas ao talho do Açougue».

«Então, se confirma na justiça com que mandára prender na Cadeia ao Marchante Joaquim Antonio da Silva no dia em que não talhou carne ao pôvo»... Baena, obra citada pagina 504.

Doação á Santa Casa de Misericórdia do Pará.

O Conde de Vila Flôr propõe, em Junta da Real Fazenda e obtem, que se dê pelos cofres geraes oitocentos mil réis á Santa Casa de Misericórdia para occorrer com o tratamento dos pobres

atacados de bexigas, declarando «que quando o Soberano não abone esta despêza por ser feita sem ordem do Erario do Rio de Janeiro, êle offerencia o seu saldo de Capitão General como hypotheca segura para delle se descontar a dita importancia no caso de não obter a Régia approvação».

Por essa ocasião declarou á Junta que havia mandado buscar vaccinas para experimentar sua applicação no Pará contra a variola.

Restabelece o Correio, por terra, para São Luiz do Maranhão.

Para evitar a abordagem dos «piratas que infestão os mares do Brasil» e tambem os riscos e as despêzas das viagens maritimas resolve o Conde de Vila Flôr restabelecer o Correio terrestre entre Belém e São Luiz do Maranhão pelo antigo caminho utilisado tambem no Governo Dom Francisco de Souza Coutinho.

Essa estrada foi aviventada. O Correio sahia de Belém uma vez por mez, em canôa, para Ourém e d'ahi seguia para o Maranhão, atravessando em montaria os rios Piriá, Gurupí e Redondo.

Retiro do Conde de Villa Flôr

Em fins de 1819, resolve o Conde de Vila Flôr construir uma estação de veraneio, ou melhor um retiro, á beira mar, «abaixo da olaria de Manoel José da Cunha, trabalhado com arte por colonos de Cayena para repouso. O prédio fôra construido todo de pinho e era ricamente pintado e oferecia pleno conforto. Esse sitio, diz Baena: foi appellidoado com o nome de Sans-Souci, alludindo ao Palacio Campestre de Frederico II.»

Dom Romualdo de Souza Coêlho **Bispo do Pará**

Nesse tempo segue para o Rio de Janeiro, a sagrar-se bispo do Pará, o Arcipreste Romualdo de Sousa Coêlho.

Navio Pirata á vista de Macapá

A 10 de Dezembro de 1819, recebe o Conde de Vila Flôr, das mãos de um Correio-exprêso, uma alarmante comunicação do sr. Major Ignacio Antonio da Silva, Comandante da Fortaleza de Macapá informando que fôra observado, pela guarnição dessa Praça de Guerra a presença de um navio pirata. Imediatamente o Conde faz seguir, em canôas grandes, áquela Praça um reforço de cento e oitenta homens comboiados pela escuna de guerra «Conde de Vila Flôr» e pela barca «Artilheira n.º 1» «para desempenhar o duplicado objecto de cobrir as ilhas da foz do Amazonas, que têm estabelecimentos, e permanecer no canal da Ilha da Pedreira para obstar, de mão comum com as tropas da Praça, o ingresso dos Piratas.

Preparativos Militares

A 15 de Dezembro de 1819, toda a guarnição de Belém faz uma marcha, a que Baena chamou de estrategica «ao sitio Murtucú (Murutucú) ao engenho de assucar do Brigadeiro Intendente de Marinha João Antonio Rodrigues Martins, distante duas leguas de Belém, voltando no mesmo dia depois de uma abundante comida ministrada a toda Divisão pelo proprietario do Engenho.»

Essa foi uma prova de resistencia. Antes, porém; na madrugada de 27 de Novembro o Conde procedeu a prova de defeza da cidade de Belém fazendo romper um rebate falso, do qual todas as familias foram prevenidas.

As forças immediatamente foram ocupar, em varios pontos do litoral os lugares previamente estabelecidos para a defeza da cidade, mostrando-se o Conde muito satisfeito com o exito alcançado na presteza com a qual se mobilisára a trópa.

Jogador de Rolêta devolvido á Cayena.

Em Janeiro de 1820, Belém devolve á Cayena o francez Victor Flexa Amade que d'ali trouxéra uma Rolêta com a qual estava explorando o povo paraense «despojando de dinheiro por desenfado os crédulos e os inexpertos.»

Fim do Governo do Conde de Villa Flôr.

A 1.º de Julho de 1820, o Conde de Vila Flôr deixa Belém e segue no Brigue de Guerra «Promptidão» para o Rio de Janeiro, onde foi casar-se com uma filha do Marquez de Loulé. Horas antes de embarcar, o Conde de Vila Flôr, de acordo com o Alvará perpetuo de successão, de 12 de Dezembro de 1770, passou o Governo do Grão Pará e Rio Negro a uma Junta composta do Arcediago Antonio da Cunha, coronel do Estado Maior do Exercito e Ajudante de Ordens do Governo Joaquim Philippe dos Reis e desembargador Antonio Maria Carneiro de Sá.

XIV

O governo Provisional que sucedeu ao Conde de Vila Flôr ficou, dentro de poucos dias, desmoralizado pela desorientação a que descêra. Diz Baena que logo se manifestaram « em disformes prevaricações os Membros d'elle. »

« Infelizmente, prossegue Baena, anteposarão o lucro sórdido á gloria de imitar o ausente Governador, que bem marcado lhes deixou o caminho que prometia segurar a felicidade dos povos Paraenses. »

Patroni traz acêzo o facho da Revolução ao Pará.

Chega de Lisbôa á Belém, no dia 10 de Dezembro de 1820, abordo da Galéra « Nôva Amazona », o academico de direito da Universidade de Coimbra o jovem paraense Alberto Patroni Martins Maciel Parente que ali estudava desde 1816.

Achei oportuno transplantar para o livro « Belém do Pará » o que digo no meu livro « Noções de Historia do Pará e do Brasil », paginas 391 e 392, a proposito da atuação de Patroni em Belém.

Achava-se o Pará, como todas as terras portuguezas, sob o dominio do absolutismo: o governo mercantilizava a administração exercendo baixas extorsões e rúbras violencias.

Patroni que era, a esse tempo, um jovem idealista, ao ter noticia da conduta desse deshonesto

triumvirato tramou-lhe logo a quéda por uma disfarçada e justa deposição.

Baena ataca a attitude de Patroni insurgindo-se contra o triumvirato. Affirma o illustre autor do « Compendio das Eras » que Patroni « fallou e incumbiu-se de estender por meios immoraes e insidiosos a insurreição Nacional (Revolução do Porto) á Provincia do Pará que vivia em seu socêgo usado sem embargo que lhe fossem odiosos os procedimentos illegaes e arbitrarios do Governo Provisional e sem disposição alguma na generalidade de seus habitantes para tomar parte em revoluções sediciosas: e conseguiu reunir um ranchinho de promotores do nôvo systema constitucional, os quaes logo cuidaram de alliciar e attrahir ao seu intempestivo e pérfido projecto João Pereira Villaça e Francisco José Rodrigues Barata, ambos coroneis commandantes dos Regimentos de 1.^a linha. » Obra citada, pagina 518.

Baena era absolutista e, por isso, condemnava o regimen constitucional, que Patroni conseguiu implantar no Pará, antes de qualquer ôutra provincia. Foi o pôvo do Pará o precursor da constitucionalisação do Brasil adherindo, a 1.^o de janeiro de 1821, á Revolução Portuguesa. O triumvirato foi deposto e eleita uma junta governativa.

Atraz desse ideal, escondia Patroni, para as lançar opportunamente, as idéas de independencia e da abolição da escravidão.

Essa deposição, com a mudança do regimen, implicou na demissão do Conde de Villa Flôr, que se achava, em boa hora, no Rio.

Do novo governo faziam parte o conego Romualdo Antonio de Seixas, presidente; Joaquim Pereira de Macêdo, vice-presidente; coroneis João Pereira Villaça, Francisco José Rodrigues Barata, de Linha; coronel Giraldo José de Abreu, de milicias; tenente coronel Francisco José de Farias,

dos Ligeiros; Francisco Gonçalves Lima, commerciante; João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Góes, agricultores.

No perfil de Patroni, continuarei a tratar da actuação brilhante desse illustre paraense.--«Noções de Historia do Brasil e do Pará», de minha autoria, paginas 396 a 400.

Junta Revolucionaria do Pará.

1.º de Janeiro de 1821 a 1823.

Vitoriosa a Revolução branca de Patroni, o Senado da Camara de Belém nomeia, o sr. Manoel Joaquim de Nascimento, Juiz do Povo, o qual foi o porta-voz ao povo, que se adensava em frente ao Palacio do Governo, onde se achava reunida a Junta Provisoria do Governo. O Juiz do Povo indicava, em voz alta, de uma janéla de Palacio os nomes das pessôas que deveriam compor o Governo, cada um de per si, e a multidão, da rua, respondia aplaudindo a designação de todos os que foram escolhidos.

Missão paraense á Portugal

A Junta Provisoria designa seus embaixadores e representantes do Pará junto á Regencia de Portugal e ás Côrtes o bacharelando Philipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente e o Alferes miliciano Domingos Simões da Cunha, levando a participação da proclamação portugueza no Pará correndo as despesas da viagem e estadia ali por conta do Senado da Camara de Belém.

Tem igual incumbencia, junto á Côrte do Rio

de Janeiro, para onde segue, o tenente-coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bélo, comandante do esquadrão de Cavalaria, então aquartelado no convento de São José.

A Junta do Governo Provisorio contra Baptista Campos. Pro- domos da Independencia do Pará.

Baena não tolerava a atuação do conego Baptista Campos no Pará. Sempre que se lhe oferecia oportunidade o atacava abertamente nas suas narrativas historicas do « Compendio das Eras. »

Assim, se refere ao illustre patriarcha da Independencia do Brasil nas terras paraenses: « Recebe o Vigario Geral Governador do Bispado um officio da Junta Provisoria, de 25 de Maio, que lhe recomenda que dê providencias capazes de fazer sustar os abusos praticados na casa do Conego João Baptista Gonçalves Campos, o qual, com geral escandalo, perturba a bôa ordem e socêgo publico, e intenta avassalar as sociaes virtudes ao dominio moral corrompida. » Obra citada, paginas 525 e 526.

Primeira imprensa de Belém

Em comêço de Junho de 1821, a Junta Provisoria do Governo é surprehendida com um requerimento imprêssso de João Francisco de Madureira Pará, paraense de nascimento, e amanuense da Contadoria da Fazenda. Nesse requerimento dizia o jovem inventor que notando a falta de

imprensa em Belém para imprimir os atos publicos do Governo, que precisavam maior divulgação, havia inventado um prélo de madeira e, fundindo os typos, conseguira imprimir o requerimento que ora apresentava como prova evidente da utilidade de seu invento, que punha á disposição da Junta Provisoria, a qual pedia licença para trabalhar e um pequeno auxilio para melhorar o prélo de sua invenção. Madureira conseguiu o auxilio de setecentos e oitenta mil duzentos e sessenta réis(780\$260) de uma subscrição no comércio, passando, então, a imprimir bandos e portarias do governo e recibos, facturas e contas correntes do comércio.

Ficou, desse modo, iniciado o trabalho gráfico de Belém, o qual precedeu ao jornal de Patroni.

Regréssa do Rio, onde foi sagrar-se, Dom Romualdo de Souza Coêlho, 8.º bispo do Pará.

Na manhã de 18 de Junho de 1821, lança ancoras na bahia do Guajará, em frente ao cães de Santo Antonio, vinda do Rio de Janeiro, a Escuna « Andorinha » que traz a bordo o ilustre sacerdote paraense Dom Romualdo de Souza Coêlho, que ali fóra sagrar-se bispo do Pará,

No dia 20, por seu procurador o Arcediago Antonio Cunha, toma Dom Romualdo posse do bispado e somente a 5 de Julho faz « a sua entrada pública, segundo o cerimonial da sua Hierarchia, caminhando da Igreja de Nossa Senhora das Mêrcês, onde estava hospedado, para a Cathedral pela rua dos Mercadores, vulgarmente chamada da Cadêa, em cujo tôpo, da banda do Largo da primeira referida Igreja, se tinha alçado um Arco de madeira pintado. »

Autoridades vindas na Escuna "Andorinha."

Chegaram, na mesma embarcação, do Rio á Belém do Pará o desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Pará, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello; o vigário Geral do Rio Negro doutor José Maria Goêlho; o beneficiado Raimundo Severino Matos; o vigário da Vigia Manoel Ferreira Bentes; o Coronel do 1.º Regimento de Milicias, Manoel Sebastião de Mello Marinho Falcão; o Major do Corpo de Artilharia, Antonio Ladislao Monteiro Baena--o Berrêdo paraense--o 1.º tenente de Marinha Francisco Borges e o segundo-tenente graduado e pratico das Salinas Francisco de Paula Saramenho.

Os irmãos Vasconcellos. Sua atuação no Pará pela Independência do Brasil.

Mandatarios de Patroni chegam á Belém do Pará, na galéra « S. José Diligente », João Fernandes de Vasconcellos e Manoel Fernandes de Vasconcellos, desenvolvendo logo cerrada propaganda da Independência do Brasil e espalhando numerosos papeis-boletins e « uma proclamação anonyma na qual se convoca os habitantes do Pará a seguir o exemplo de Pernambuco na ocasião (matança) dos naturaes de Portugal, e consequentemente na fatal tentativa da separação daquelle reino, antigo berço e patria commum de todos os portuguezes. » Baena, obra citada, pagina 531.

A 21 de Agosto de 1821, o governo, senhor da efficiente propaganda dos irmãos Vasconcellos, ordenou ao Ouvidor Vieira de Mello que

procedesse contra elles o competente summario de culpa á vista da denuncia escripta e formulada pelo cidadão José Ribeiro Guimaraens e representação do Senado da Camara.

Fôram, immediatamente, prêsos os irmãos Vasconcellos cada um numa fortaleza, isolados de quaesquer communicações. Nessa denuncia foi envolvido como principal culpado o illustre bacharelado paraense Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente que, na expressão de Baena, era o «primeiro cabeça ou Demagogo da revolução, a qual este filantropo (Philantropico era o nome do Partido de Baptista Campos) de character nimamente vivo, pouco reflexivo, e amante de novidades, pretendia actuar com o auxilio da escravatura: para cujo fim os seus três precursores (irmãos Vasconcellos) haviam espalhado uma circular impressa tendo na frente por divisa duas mãos dadas uma branca e outra preta, e recomendando que o esperassem porque brevemente vinha mudar a ordem das cousas.» Obra citada, pagina 532.

Os irmãos Vasconcellos seguem prêsos, no brigue «Providencia», deportados para Lisbôa em novembro de 1821, deixando plantada e a florescer, no seio do povo do Pará, a idéa da Independencia do Brasil. Ficam os irmãos Vasconcellos presos em Lisbôa até maio de 1822, quando foram amnistiados.

Patroni continuava solto em Portugal embora estivesse pronunciado no Pará. Sua actividade alli continuava visando o progresso e o bem da terra paraense.

Crêação da imprensa-“O Paraense”

E' de exclusiva iniciativa de Patroni a crêação da Imprensa no Pará, depois do ensaio de Madureira.

Achavam-se ainda em Portugal Patroni e o alferes Simões da Cunha este já elevado a tenente-coronel da 2.^a linha, commissarios da revolução de 1.^o de janeiro de 1821 no Pará, quando alli chegou José Baptista da Silva, conhecido por Camecran, o qual entrando em accôrdo com Patroni e Cunha fez parte da sociedade, formada pelos trez, que adquiriu uma typographia que foi remetida para Belém do Pará. Simões da Cunha e Daniel Garção de Mello, typographo contratado pela sociedade partem para o Pará trazendo a citada typographia. Chegando ao Pará, Simões da Cunha, por adulação, poz a typographia á disposição do Coronel Villaça, seu commandante, e de Marcello Antonio Fernandes, a qual passou a fazer serviços graphicos para o governo e para o commercio e particulares. Patroni estava sob a ameaça de prisão no Pará.

A Junta Provisoria havia mandado postar em Salinas o alferes Antonio José de Bragança com o objectivo de prender Patroni, assim que alli chegasse e com ordem de o recolher á Fortaleza da Barra.

Essa prisão foi solicitada pelo Senado da Camara de Belém, mas, não chegou a effectuar-se porque a propria Junta Provisoria do Governo resolvêra, por injuncções de Lisboa, revogar tal ordem até que chegasse occasião opportuna, que não podia tardar « attenta á indole turbulenta e menos reflexiva deste mancêbo », como diz Baena, na obra citada, pagina 544.

Na ausencia de Patroni, haviam sido empregados na typographia o francez Luiz José Lazier, foragido de sua patria por ser partidario de Napoleão I, e o hespanhol João Antonio Alvares extremado republicano, ambos profissionaes da arte graphica. Patroni desembarcou livremente em Belém nos primeiros dias de janeiro de 1822 acompanhado de seu socio José Baptista da Silva, os

quaes encontrando a typographia nas mãos do governo «trataram logo de resgatá-la, chamando a si os typographos. Daniel não contrariou as suas intenções; porém Lazier e Alvares despediram-se.» —Barão de Guajará, 1.º volume dos «Motins Politicos.»

“O Paraense”

Foi *O Paraense* o primeiro jornal publicado no Pará.

Circulou êsse jornal de Patroni seu fundador, num ambiente de pesadas opressões promovidas pelo brigadeiro José Maria de Moura, removido de Pernambuco para o Pará para impedir a propagação das novas idéas de independencia, as quaes já fermentavam na terra paraense.

O primeiro numero do *O Paraense* circulou, exactamente, no dia da chegada do brigadeiro Moura ao Pará—1.º de abril de 1822.

Patroni, com desassombro, iniciou uma critica sensata e forte ás autoridades do Pará, demonstrando-lhes os êrros e as mazélas, o que muito as contrariou. Moura chama o tenente-coronel Simões da Cunha, socio da typographia e determina que faça cessar as censuras que *O Paraense* estava fazendo ao governo. Patroni não o attendeu. Antes augmenta o fôgo da linguagem do seu jornal, que não podia ser amordaçado pela prepotencia, uma vez que tinha um programa a defluir e uma finalidade a realizar.

Para diante era seu rumo.

Moura fórça o seu commandado Simões Cunha a retirar o seu capital da sociedade, o qual o retira em typos certamente para prejudicar o jornal.

Simões Cunha, para ser agradavel ao brigadeiro Moura, ainda conseguiu afastar das officinas do *O Paraense* o unico typographo que existia

para que assim cessasse de sahir esse jornal. Com surpresa geral prosseguiu normalmente a circulação do *O Paraense*. Fez-se um inquerito reservado descobrindo o commandante das armas o—brigueiro Moura—que o typographo que então, clandestinamente, o compunha era o digno professor primario Antonio Dias Ferreira Portugal.

O Brigadeiro Moura decidiu-se a mandar assaltar á noite a redacção do *O Paraense*, de onde seria retirado todo o material typographico e destruidos o archivo e tudo o mais que pertencesse a esse «atrevido» jornal, que se arrojava a criticar o governo.

Houve uma alma bôa, mas desleal, que salvou *O Paraense*: o major José de Britto Inglez, secretario particular do brigadeiro Moura, avisou desse plano a Patroni e a seu socio José Baptista da Silva que, clandestina e rapidamente, mudaram a redacção. Na noite aprasada, lá foram ter os capangas incumbidos da depredação e arrombadas as portas encontraram vazias as salas. O professor—typographo ganhou as selvas pois estava condemnado a verificar praça de soldado no corpo de artilharia «onde o seu commandante José Antonio Nunes promettia dar-lhe severo castigo.» «Motins Politicos», do Barão de Guajará, vol. I, pag. 27.

A 25 de Maio, Patroni é preso no Forte do Castello, por ordem do corregedor, sob pretexto de haver desacatado D. João VI, na audiencia de 22 de novembro de 1821. Baptista Campos o substitue na redacção do *O Paraense*.

A 18 de setembro de 1822, é preso Baptista Campos e mais quatro companheiros como principais chefes da revolução, QUE SE TRAMAVA A FAVOR DA INDEPENDENCIA. Foram recolhidos, separadamente e incommunicaveis, ás masmorras da Fortaleza da Barra. Responderam a processo sendo todos absolvidos pela Camara da

Justiça Criminal, por falta de provas de criminalidade. Solto Baptista Campos, tornou a circular *O Paraense* cada vez mais vehemente. Em outubro de 1822, é recolhido o conego Baptista Campos á cadeia publica de Belém, sendo denunciado e processado porque transcreveu no *O Paraense* o manifesto do Principe Regente, no qual pedia aos brasileiros QUE SE UNISSEM PARA DEFENDER A INDEPENDENCIA.

Desta vez não lhe foi avante o processo. Após 13 dias de prisão soltam-no. O povo paraense vibrou nesse dia levando o conego Baptista Campos, sob acclamações ruidosas, até sua residencia.

No dia seguinte, circulou *O Paraense* que, « continuou com mais energia (como diz o illustre Barão de Guajará) a censurar os actos dos agentes da autoridade. »

O brigadeiro Moura dá queixa-crime de injurias e calumnias impréssas contra Baptista Campos, mas a Justiça, julgando-se incompetente, não tomou conhecimento da queixa.

O brigadeiro Moura, o coronel Villaça (Vilraça, como então o chamavam) e outros officiaes ordenaram a aggressão physica a Baptista Campos que, em certa noite, quando se recolhia á casa fôra gravemente ferido no rosto e na cabeça. « Ainda assim, não conseguiram seu intento: o jornal continuou as suas publicações como dantes. »

Em 1823, fugindo para o interior do Estado, para não ser preso, o conego Baptista Campos, teve sua casa invadida por soldados que lhe levaram a typographia e inutilisaram o mais que havia na redacção do *O Paraense* que cessou a publicação. O material typographico foi levado a uma casa do largo de palacio, sahindo d'ahi o jornal *Luso Paraense*, a 1º de abril de 1823, sob a direcção de José Ribeiro Guimarães e administração do professor primario Ferreira Portugal já

amigo do governo e composto pelo typographo Luiz José Lazier, já referido.

Notas sobre o Perfil de Patroni

Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente foi a centelha brilhante que gerou o culto do nativismo e illuminou a idéa da Independencia do Brasil no Pará.

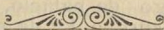
Elle despertou, com sua palavra ardorosa e com sua penna inflammada, o patriotismo dos paraenses representado em Baptista Campos, o patriarcha da Independencia do Brasil no Pará.

Nasceu o grande paraense, no Acará em 1798. Era genro de Joaquim Antonio de Souza Azevedo e D. Maria de Jesus Franco, sendo o seu padrinho o capitão-tenente da marinha portuguesa Felipe Alberto Patroni, commandante da fragata « Golfinho » que fazia a linha regular de Lisboa á Belém.

Seu pae o alferes Manoel Joaquim da Silva Martins poz-lhe o nome completo do padrinho a que addicionou Patroni ainda Martins Maciel Parente. Exquisitisse, em parte, de sua personalidade.

Seu nome está como vemos, ligado á constitucionalisação do Pará; á fundação da imprensa paraense e á propaganda da Independencia do Brasil.

No meu livro « A Cabanagem », das folhas 53 a 79, occupo-me de Patroni dando uma noticia ligeira de sua interessante biographia.



XV

LANÇAMENTO AO MAR DA FRAGATA "LEOPOLDINA", CONSTRUIDA NO ARSENAL DE MARINHA.

1822 a 1823

Durante êsse periodo de agitação politica a cidade de Belém estacionou no seu progresso material.

Em 1822, um fáto notavel ocorreu para os homens do mar. «Na primeira oitava da Pascoa, diz Baena, ás onze horas do dia houve a envasadura (o lançamento ao mar) da Fragata «Leopoldina» para passar do estaleiro ao mar.»

«Nessa ocasião, prossegue Baena, de grande concurso no Arsenal de Marinha, o respectivo Intendente (Inspector) e Chefe de Divisão, e comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz Joaquim Epifanio da Cunha, homem digno do mais sincero aprêço, adornou de panos de damasco a varanda e os telheiros do Arsenal; e deo uma mesa de dôces e liquores primorószs abundantissima.» Obra citada, pagina 574.

Contra a Independencia do Brasil. Fraternidade Universal.

Envia, de Portugal, ao povo paraense o bispo Dom Romualdo Coêlho, representante do Grão Pará ali como deputado ao Poder Legislativo, uma pro-

clamação mostrando os perigos que podiam decorrer com a separação do Brasil de Portugal. O illustre Dom Romualdo Coêlho conclúe, essa bem urdida peça literaria com as seguintes expressões: «Eterna Verdade, Severo Vingador dos perjuros, não permittaes que os prestigios de uma liberdade mal entendida possam jamais corromper a mocidade Amasonica: eis aqui a vossa divisa — *União a Portugal*. Sem comentarios...

Nôvo juramento de fidelidade a Portugal.

A 13 de Janeiro de 1823, tem execução no Pará o Decreto de Lisboa, de 11 de Outubro de 1822, procedendo-se com a maior pompa possível a reafirmação do juramento de obediencia á Constituição da Monarchia Portugueza e «neste áto, diz Baena,—as autoridades locaes — estadearão-se quanto foi possível: porque se achavão todos animados da esperanza de verem consolidado o systema da Regeneração Nacional, por cuja permanencia na sua Conveniente pureza, suspiravão, e estavam por si aparelhados a pelejar até o ultimo archejo da vida.»

Nesse mesmo dia, como se fôra um golpe habil sobre o nativismo nascente e vencedor irradiado do Sul e fecundado ao Norte, proclama a Junta Administrativa Provisional que o «*homem pertence a toda a Terra e a Terra a todo o homem.*» Hoje essa legenda se confunderia com as divisas soviéticas.

É mais: «que debaixo do predomínio de uma Constituição sábia e capaz de fazer a ventura geral dos Portuguezes as virtudes e talentos são os unicos requisitos que habilitão os homens para terem admissão aos Empregos sociais, embora elles enxergassem a primeira luz do dia na Asia, na Africa,

na Europa ou na America: que desapareção essas emulaçoens de naturalidades alteradôras da paz, da amisade e da harmonia que outrôra formavão as delicias de todos os Portuguezes Europeos e Americanos não degenerados pela differença do clima: e finalmente que a base de união e felicidade, que oferece a Lusa Mãi-Patria, he uma Constituição fundada em principios verdadeiramente liberaes, que lhes garante a função pacífica de seus direitos e propriedades e Leis dedusidas da mesma Constituição para occorrer aos abusos mais opressivos, e apropriadas ás circumstancias dos diversos povos e paizes, que compõem a Monarchia Portuguesa, e assaz vigorosas para manter a sua independencia, e perpetuar a sua felicidade »

Praça da Constituição.

A metropole portugûza envia á Junta administrativa Provisional o Decreto de 29 de Outubro de 1822 que, atendendo á solicitação dos moradores de Belém, denomina «Praça da Constituição » o largo de Palacio do Pará e mais: que na mencionada praça se faça erguer, por «subscripção voluntaria um monumento perduravel ao dia primeiro de Janeiro de 1821, em que na mesma cidade foi proclamada a Constituição Política, que fizessem as Côrtes congregadas em Lisbôa. As lutas da Independencia, que já perturbavam a administração portugueza no Pará, não permitiram a execução do projéto referente a esse monumento.

Eleições Municipaes

A 23 de Fevereiro de 1923, realisaram-se no Pará, por determinação do Senado da Camara, as eleições municipaes, as quaes, segundo Baena, foram fraudulentas e defluiram sem as «formalidades legitimas.»

Foi acusado de haver cabalado, no recinto da Mesa Eleitoral, o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira, que ministrava «listas, nas quaes se incluia a si proprio» e «finalmente em nada se cumprindo a nórma legal apparece realizado o concebido plano de designar para irem tomar assento nas cadeiras da Municipalidade Paraense Portuguezes Americanos, e alguns d'aquelles mesmos que a opinião publica muito ha indicava como cabeças do partido dissidente».

Posse da Primeira Camara Constitucional de Belém

A 27 de Fevereiro de 1823, realisou-se nos Paços do Consêlho, á rua Conselheiro João Alfredo, no prédio onde teve armazem de fazendas o sr. Carlos Rêgo, a posse da primeira Camara Constitucional da cidade de Santa Maria de Belém.

Diz Palma Muniz, baseado em Baena: «Revistiu-se o acto de uma solemnidade pomposa. Compareceram os vereadores e procurador da Camara Constitucional eleitos com o trage de gala que lhes competia, *de luvas verdes o presidente e o laço bi-color (verde e amarello) nos chapéus e lapella os vereadores*, em uma franca demonstração das suas idéas de adhesão á Independencia do Brasil». Revista do Instituto Historico do Pará, vol. IV, pagina 193.

Assumiram a presidencia do Senado da Primeira Camara Constitucional o sr. Pedro Rodrigues Henriques e os cargos de vereadores José de Araújo Roso, Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, João Paulo de Moraes Bittencourt, João Antonio Corrêa Bulhão, Francisco Gonçalves Campos, Marcos da Conceição de Oliveira e Souza, José Joaquim Ribeiro e bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva e procurador Francisco de Pinho de Castilho.

O partido portuguez destaca o seu falangiaro Manoel Fernandes da Cunha para representar a Junta Provisoria do Governo contra a validade das eleições municipaes e consequentemente contra a posse dos eleitos.

A Junta Provisoria, porém, esquivou-se de despachar tal representação dizendo ao seu signatario que só o Soberano e as Côrtes podiam conhecer e resolver tão importante assunto.

Perdido, na serenidade juridica da Junta, foi então o surto estratégico do commerciaro Manoel Fernandes Carneiro ou Manoel Fernandes da Cunha, para anular as eleições municipaes.

A proposito, disse em o meu livro «A Cabanagem», pagina 94: «Afastados da cooperação no governo municipal e desprestigiados pela Junta Administrativa Provincial, que já estava filiada ao Partido da Independencia do Brasil, chefiado pelo conego Baptista Campos, os portuguezes appellaram para um golpe militar, contando, previamente, para isso com o commandante das armas o brigadeiro José Maria de Moura que, com o coronel Villaça, estrangularam, no levante de 1.º de Março de 1823, o direito de Baptista Campos: os direitos politicos dos paraenses,

Levante das forças militares. Deposição do Governo Municipal de Belém.

Diz o barão de Guajará — «Motins Politicos», vol. I, pagina 36:

No dia 1.º de Março (1823) reuniu-se no largo de palacio do governo a trópa para passar a revista geral de costume.

Effectuada esta, o coronel Villaça tomou o commando de toda a linha, conforme o plano tra-

çado entre elles (militares) e seus partidarios; *mandou prender em suas proprias casas os membros da Junta: restabeleceu a antiga Camara Municipal*; congregou as autoridades e seus afeccionados, destacando, depois, dos batalhões, certos e determinados officiaes escolhidos para designar os membros da nova Junta.

Satisfeito seu designio, continúa o Barão de Guajará, os vereadores (antigos, que haviam terminado o mandato) nomearam para presidente desta Junta o Conego Romualdo Antonio de Seixas, governador do bispado; para secretario o coronel Giraldo José de Abreu e para vogaes Joaquim Corrêa, Joaquim Antonio da Silva, Theodosio Constantino de Chermont e João Baptista Lêdo.

Os membros da Junta e da Camara Municipal depostos fôram prêzos e deportados para diferentes pontos da Provincia, tendo igual pena muitos outros cidadãos propugnadores da Independencia.

O conego Baptista Campos poudo escapar á sorte de seus amigos embrenhando-se nas mattas mais proximas da capital.» Essa materia acha-se suficientemente desdobrada no meu livro «A Cabanagem», paginas 95 em diante.

Adhesão do Pará á Independencia. Levante de 14 de abril de 1823, em Belém.

Patroni, victima de seu ideal, estava recolhido a um calabôço da fortaleza de «São Julião», em Lisboa. Baptista Campos, fugindo a uma deportação, vivia escondido nas florestas paraenses no convivio amigo dos aborigenes e dos sertanejos.

Apezar de estarmos, então, em começo de abril de 1823, sete mezes decorridos depois da Independencia do Brasil no sul, no Pará ainda era

crime, de lésa magestade, dar vivas a D. Pedro I, Imperador do Brasil, ou pensar em adherir ao movimento de independencia proclamado a 7 de Setembro de 1822. Os partidarios de Baptista Campos continuavam, em surdina, a propaganda da Independencia. Nesse numero se encontravam varios militares da guarnição de Belém, os quaes assentaram levantar a trópa numa rebellião que rebentaria, como rebentou, a 14 de abril de 1823, com o objectivo de depor as autoridades fieis a D. João VI e proclamar a adhesão do Pará á Independencia do Brasil. Foi um movimento que veio do pôvo paraense para os quarteis da trópa, que estava chefiada por officiaes fieis a D. João VI. Arthur Vianna, douto historiographo paraense, nos seus excellentes «Pontos de Historia do Pará», numa synthese feliz diz: «O movimento devia rebentar na madrugada de 13 para 14 de abril (1823); nessa madrugada, os revoltosos chegaram a tomar o quartel e o parque de artilharia, contando alem disso com um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavallaria.»

«Bastou que o 3.º regimento de infantaria não adherisse ao que combinára, para se intimidarem os patriotas; o capitão Boaventura preferiu perder a sua causa a derramar sangue; de modo que nas excellentes posições tomadas pela surpresa, com armas na mão, deixaram-se prender os rebeldes.»

«Então, os adeptos da Metropole triumpharam por toda parte; duzentos e setenta cidadãos implicados na revolta, fôram condemnados á morte: entre elles estavam o jovem Bernardo de Souza Franco, conego Roberto Pimentel, Ignacio Cerqueira da Silva, alferes Domingos Marreiros alferes Antonio Barrêto, alferes Oliveira Bello e cadete Bernal do Couto.»

«Da morte os livrou o conego Romualdo

Antonio de Seixas, presidente da Junta Provisoria que governava o Pará, conseguindo que os rebeldes fossem enviados a Lisboa e lá justicados. »

Em linhas geraes, eis o movimento de 14 de abril.

Affirma ainda o douto Arthur Vianna que os condemnados seguiram para Lisboa na galéra « Andorinha do Téjo ».

O illustre Barão de Guajará, na sua inestimavel obra « Motins Politicos », pagina 47, 1.º volume, depois de historiar os preliminares do movimento patriotico da madrugada de 14 de abril, conclue:

« Ao raiar de 14, appareceu o primeiro regimento na rua de Santo Antonio, trazendo á sua frente o governador das armas e os coroneis Villaça e Barata, marchando em direitura ao quartel de artilharia, onde se achavão os revoltosos. Quando chegaram ao alcance, o cadete Antonio Bernal do Couto quiz tocar fogo na peça que guarnecia a embocadura desta rua. A metralha os destroçaria infalivelmente; mas o capitão Boaventura, que era o commandante em chefe dos revoltosos, oppoz-se, declarando não querer, que se derramasse uma só gotta de sangue e com os braços cruzados esperou a força inimiga. » Arrepêdêra-se desastradamente. A proclamação do bispo Dom Romualdo Coêlho falára-lhe n'alma, talvez. . .

Essa força, que chegou dando vivas a D. João VI, suffocou a revolução prendendo os revolucionarios, que nesse tempo, tinham, ao que parece, horror á sangueira.

Essa attitude complacente, senão impropria de um revolucionario que se lança numa luta de vida e morte por seu ideal, mas, muito propria do paraense, mereceu de José Verissimo, illustre educador e litterato paraense, as seguintes palavras

ásperas e, de todo ponto de vista, injustas: « Taes eram ou pelo menos taes resaltam do livro do sr. Raiol os *patriotas* paraenses de 1823; e foram os seus nomes, ligados a tão tristes exemplos de imbecilidade e covardia, que a nossa geração achou para escrever nos cunhaes de toda uma série de ruas desta capital, e fazer delles lemas de inscrições patrioticas! » — « Estudos Brasileiros », de José Verissimo, 217.

José Verissimo não se apercebeu do estado do ambiente do Pará, em abril de 1823. Nessa epocha, todo o commercio e maioria dos homens ricos e autoridades civís e ecclesiasticas eram contrarios á adhesão do Pará á Independencia do Brasil.

E mais: os factos historicos occorridos na madrugada de 14 de abril de 1823, não autorisavam aquella expansão pejorativa do illustre sr. José Verissimo. Baena, contemporaneo da epocha e que tomou parte na acção repressôra, portanto, testemunha de vista dos factos, narrando, na sua linguagem gongorica, essa pagina da historia paraense, diz que, depois de morto um artilheiro revolucionario pelo tenente-coronel José Antonio Nunes, e ferido mortalmente, a tiros de espingarda esse official, « os sublevados mandão duas peças para a rua do Açogue (Industria) com o fim de ajudar a tomada do trem: discorrem pelas ruas fazendo vozerias e clamores de Viva o Imperador, Viva a Independencia: appellidão (chamam) o Terceiro Regimento para os seguir, o qual se achava formando na sua parada particular sob o commando de seu tenente coronel José Narciso da Costa Rocha, e que, a despeito das prévias inducções do capitão do mesmo Regimento, Domiciano Ernesto Dias Cardoso não desatendeo o seu major Francisco José Ribeiro que, com imperturbavel firmeza lhe intimava a obediencia a El-Rei:

passão a tentar o primeiro Regimento: Voltão de romaria ao ver que elle obedece ao seu coronel Villaça preparando as armas para o combate: postão-se no largo de Santo Antonio perpléxos e reciprocamente querellosos *do exito do seu mal combinado projecto*, depois de em tudo isso terem dado as provas mais decididas do seu tino, prudencia e perspectiva: *e no ponto mesmo em que rompe a aurora o véo da noite desaparecem os principaes instigadores d'aquella insurreição illegitima*, permanecendo somente junto á capella da Ordem Terceira de São Francisco da parte da travessa o *capitão Boaventura Ferreira* (da Silva) com alguns soldados do seu Regimento e os de Artilharia de Linha e Miliciana, e no Largo de Santo Antonio, o Alferes Mariano (Oliveira Bello) com seus soldados do Esquadrão. »

Falhara a revolução porque deflagrou antes do tempo. A articulação não estava concluída: não houve cohesão e firmeza na execução do plano, nos preliminares desse movimento.

Ademais, os soldados não estavam integralsados no ideal da Independencia, o qual despertou inseguro da parte de alguns civis e officaes nesse motim.

O levante, para ser efficiente, deveria derubar do alto para baixo, mas, o sargento incumbido de abater, a punhal, no quartel do primeiro regimento o brigadeiro José Maria de Moura, commandante das armas, deixou de cumprir a sua missão. Tudo falhou, portanto. Os homens ainda não estavam preparados para a lucta. Onde a covardia de Boaventura da Silva e de seus companheiros de revolução?

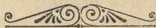
Como poderia agir Boaventura da Silva, com os poucos soldados fieis, contra a maioria das forças da guarnição de Belém?

O que houve foi apenas uma cousa: preci-

pitação na apreciação desse grande feito historico por parte do litterato José Verissimo, que emitiu um julgamento injusto sobre o 13 de abril de 1823, injuriando, com elle, a historia paraense e a memoria desses heróes que apenas mereceram ligar seus nomes a differentes ruas de Belém. Na impressão falsa de José Verissimo, nem o padre Romualdo de Seixas mais tarde arcebispo da Bahia, a cujos bons officios devem a vida esses revolucionarios, escapou da censura senão de sua critica feroz.

Em compensação, o honrado historiographo Palma Muniz aprecia a attitude do capitão Boaventura da Silva por um prisma diametralmente opposto ao de José Verissimo. Diz o illustre escriptor paraense dr. Palma Muniz: «O commettador actual desses feitos passados tem de honrar a grandeza d'alma e os nóbres ideaes de Boaventura da Silva nesse momento critico e decisivo da revolução. Talvez o tiro de metralha do cadete Bernal do Couto, attingindo efficazmente os triumphadores José Maria de Moura e João Pereira Villaça dêsse ganho de causa ao movimento revolucionario; não o quiz aquelle capitão, para não derramar sangue, e, de braços cruzados, como os heróes que se sacrificam, deixou-se aprisionar.»

Ha, ninguem o poderá negar e tudo o mostra, grande differença entre o litterato, cheio de phantasias e o historiographo sincero saturado da verdade!



XVI

A INDEPENDENCIA EM MUANÁ.

28 DE MAIO DE 1823.

Alguns independentes, de 14 de abril, que conseguiram velejar, fugindo á prisão em Belém, levaram as sementes do idéal da independencia e a semearam em Muaná onde encontraram firme apóio no fazendeiro tenente José Pedro de Azevêdo que, auxiliado por José Possidonio Pereira, Braz Odorico Pereira da Cunha, fez rapida propaganda da independencia levantando cerca de duzentos homens em armas, a sua custa e, amparado nessa força, sem procurar estabelecer ligações com as outras villas marajoáras e Belém, ás 8 1/2 horas da noite de 28 de maio de 1823, na casa onde funcionava o Senado da Camara, com a adhesão de todos os moradores, exceptuando-se as autoridades que fugiram, PROCLAMOU JOSÉ PEDRO DE AZEVEDO a adhesão de Muaná á Independencia do Brasil, adiantando-se, nisso, ao movimento de 14 de abril, em Belém, o qual não chegou á proclamação da Independencia,

Hastearam os independentes de Muaná, na fachada do edificio do Senado da Camara, «uma bandeira branca triangular, como symbolo da Patria Independente.» (Palma Muniz, Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Pará, 4.º vol. 256). Esse bellissimo movimento foi mais um surto de protesto ás prisões dos independentes de Belém porque os rebellados de Muaná ainda não tinham armas nem munições e homens sufficientes para se opporem á repressão infallivel do brigadeiro José Maria de Moura que, após a 14 de abril, empolgára discrecionariamente,

todos os poderes civis e militares do Pará. Os independentes de Muaná compunham-se na sua maioria, de cabôclos, mulatos e cafúzes brasileiros natos. Rebentada a revolução alli foi um pelotão tomar a cadeia, soltando os prêsos. O edificio do Senado da Camara foi igualmente tomado aos gritos de viva ao Imperador D. Pedro I e á Independencia do Brasil e môrras á Gonstituição Portugueza.

O governador militar de Muaná avisado «dez minutos antes, mandou tocar a rebate na porta do seu quartel a ver se lhe ajuntavão alguns dos pacíficos habitantes», sem resultado satisfatorio. Toda população muanáense estava com os revolucionarios. O rebate foi negativo porque os independentes marcharam sobre o quartel de onde o rebate partiu e alli chegando renovaram os vivas ao Imperador D. Pedro I e ao pôvo de Muaná dizendo que os «TAPUIOS DE MUANÁ HAVIÃO DE SUBJUGAR O PARÁ.» Bella vibração marajoára. O governador militar, á aproximação dos revolucionarios, fugiu, pelos fundos do quartel, para a floresta.

Ainda movidos pelo espirito de vingança os revolucionarios, á revelia do tenente José Pedro de Azevêdo, iniciaram o saque ás casas dos commerciantes portuguezes capitães Pachêco e Manoel Rodrigues da Costa, este juiz ordinario, e do tenente Manuel Nunes, presidente da Camara, os quaes conseguiram fugir com suas familias atravessando o igarapé que banha a villa internando-se na mattaria.

Essa noite, de 28 de maio, segundo affirma, pitorescamente, o ouvidor interino do Marajó, José da Costa Ferrão, em officio de 12 de junho de 1823, á Junta do Governo, «estava estrellada mas, no momento em que houve a conspiração se tornou escura com uma chuva (a época era de inverno)

como nunca se viu, trovões e raios, que parecia que se acabava o mundo, o que foi providencia para os malvados não atacarem fôgo á povoação, e assim mesmo toda noite levarão a despedir escoltas em canôas a tomarem as bôccas dos rios, e a mandarem a força revistarem os moradores que estavam pelos sítios, tirando-lhes as armas, e tudo que lhes podiam roubar, eu hia saindo com hum armazem carregado, mas vendo que me não podia reunir, recolhi-me á casa á tempo que tambem o governador de jaquêta com a espada na mão, tranquei tudo, apaguei as luzes e estivemos toda a noite de sobressalto pois me quizeram arrambar as portas e janellas por vez ultrajando-me com palavras, No dia seguinte, fôram os revolucionarios buscar o Ouvidor Ferrão, á sua casa elegendo-o, segundo elle proprio o disse, « seu governador », ao que Ferrão acceitou « para salvar a vida. »

Informa Ferrão, no documento citado ter dito aos rebeldes que « deixassem de asneiras e fossem apanhar camarôens. »

Esse Ferrão era um typo interessante: ora acceita o cargo de governador para não morrer e a seguir diz aos revolucionarios que deixassem de asneiras e fossem apanhar camarôens!

Os revolucionarios prendem o presidente da Camara Municipal.

Destituem, os revolucionarios, Ferrão de governador por não lhes inspirar confiança, e nomeiam governador a Simplicio José do Valle com o posto de tenente-coronel commandante.

O governador legal estava escondido na casa do escrivão, onde foi prêso abafado debaixo de um monte de rêdes e roupas sujas.

Houve grande algazarra em frente á casa quando o prenderam.

O mulato Manoel Pedro o ameaça de morte

mandando tocar «a degolar» e o governador supplica aos rebeldes que não o matassem dizendo: «nem em Argel tal se praticava...» Chega nessa ocasião o governador Simplicio José do Valle que pede «pelo amor de Deus que não haja sangue.» Levaram o governador deposto para a praça publica quando «chegando o soldado Manoel Canhoto pronunciado no levante de 14 de abril em Belém, o qual diz «que se o governador morresse, elle tambem havia de morrer, depois de ter morto uns poucos dos que alli se achavão.» Foi então recolhido á cadeia e metido a ferros o governador deposto, como se achavam as demais autoridades e alguns europeus.

O ouvidor Ferrão conclue essa sua exposição, que, apezar de visivelmente suspeita é um testemunho do movimento patriótico de Muaná, affirmando que os revolucionarios diziam TEREM SIDO INSINUADOS PELO GRANDE CONEGO BAPTISTA CAMPOS.

Baptista Campos foi assim envolvido na devassa dos succéssos de Muaná.

Emquanto isso se passava em Muaná e os emissarios do governo muanáense percorriam o Marajó, Beja, Conde, Igarapé-Miry, o brigadeiro Moura envia a Muaná, em canôas e lanchas artilhadas, um forte destacamento sob o commando do major Francisco José Ribeiro que, depois de um renhido combate de quatro horas, conseguiu desembarcar a tropa e dominar os revolucionarios, que tinham esgotado as munições, razão porque se entregaram, na tarde de 7 de Junho de 1823.

A 11 de junho, desembarcaram em Belém 145 revolucionarios presos em Muaná com armas nas mãos.

Foi um espectaculo triste: «O elemento portuguez preparou-lhes festiva recepção decorando as janellas das suas casas com colchas de velludo

e damasco, nas ruas por onde deveriam desfilar os soldados e erguendo no Largo dos Quarteis ex-praça Saldanha Marinho e hoje praça da Bandeira, dois grandes arcos de murta e flôres, para serem passados pelas trôpas, «quê fôram arrastando pelo chão as bandeiras brancas da insurreição.»

«Ao apparecerem os prisioneiros, das mesmas janellas que saudavam as trôpas victoriosas eram ostentados «chicôtes e palmatorias, para indicar o castigo que deveria ser applicado aos patriôtas brasileiros, pela ousadia de pensarem em Independencia», no Pará. (Palma Muniz.—Revista do Inst. Hist. e Geog. do Pará, vol. IV, pag. 265.) Os revolucionarios de Muaná fôram recolhidos aos porões da fragata «Leopoldina» e aos da charrúa «Gentil Americana», onde tambem estavam os rebeldes de 14 de abril.

O governo fréta a galéra «Andorinha do Tejo» para conduzir os revolucionarios paraenses de Belém e Muaná a Portugal, onde esperava o brigadeiro José Maria de Moura fôsse executada a sentença de morte lavrada em Belém contra os mesmos, solidarios com o levante de 14 de abril,

A 23 de junho houve, ás nove horas da manhã, *Te-Deum Laudamus* «em reconhecimento do feliz succêso com que a Divina Providencia abençoou os esforços da briosa trôpa constitucional contra as iniquas tentativas dos malevolos insurgentes de Muaná.»

Partiu a galéra «Andorinha do Tejo», do porto de Belém a 13 de julho chegando a 15 de setembro de 1823 á Lisboa.

Todos os presos foram encarcerados nas masmôrras da «Torre de São Julião da Barra», onde occorreram muitos casos de variola que fizeram numerosas victimas entre os paraenses.

Contestando que a liberdade dos revolucionarios paraenses fôra em consequencia da inter-

ferencia, a seu favor, do Conde de Villa Flôr, junto ao rei de Portugal, como affirmou o Barão de Guajará, o illustre e saudoso historiographo paraense dr. João de Palma Muniz transcreve no seu citado trabalho, á pagina 287, da Revista do Inst. Hist. Geog. do Pará, vol. IV, a seguinte petição, endereçada a D. João VI, a qual merece larga divulgação:

« Senhor Clemente Alvares de Oliveira Mendes de Almeida, bacharel formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, natural da Provincia da Bahia, e actualmente com residencia nesta cidade, tomando o mais particular interesse pela sorte dos seus compatriotas que, das differentes Provincias do Brasil têm sido enviados prêsos para esta capital, por occasião dos acontecimentos politicos, que nas mesmas Provincias têm tido logar; sendo, por isso sabedor do muito que estão soffrendo aquelles dos referidos compatriotas, pertencentes á Provincia do Pará, que se achão recolhidos na « Torre de S. Julião da Barra » « onde grande parte delles tem fallecido, principalmente nestes ultimos dias. em que as bexigas têm feito entre elles um terrivel estrago »; e, informado, outrosim, que diversas representações dirigidas por aquelles infelizes á real presença de V. M. supplicando a graça de os mandar regressar á Provincia a que pertencem, não têm conseguido o solicitado deferimento, apresenta-se, autorizado pela procuração que junta offerece, assignada por muitos delles, a implorar a V. M. se digne ordenar, que lhe sejam apresentadas as differentes representações, que desde « 5 de novembro anno proximo preterido tem sido dirigidas, pela Secretaria do Estado dos Negocios da Guerra, em nome daquelles seus compatriotas, afim de que sobre a supplica nellas feita, haja V. M. de tomar a resolução que lhe ditar a

sua alta sabedoria, e assaz conhecida clemencia. Senhor, aquelles desgraçados, que procurarão hoje escapar a mesma sorte que infelizmente têm tido tantos dos seus compatriotas, limitão; presente-mente, suas supplicas a obter de V.M. a permissão para regressarem; «ficando a seu cargo o prover-se do necessario para sua viagem.»

Queira V. M. ordenar, que suba á sua Augusta presença a relação dos individuos, vindos do Pará, que em setembro de 1823, foram recolhidos á «Torre de São Julião da Barra» e bem assim a dos que ahi tem fallecido, e então alcançará V. M. o conhecimento, de que EM MENOS DE DOIS MEZES EXCEDE DE 80 O NUMERO DOS PARAENSES ALLI FALLECIDOS.»

Uma tão expressiva mortandade, causada em grande parte, pelo mal das bexigas, justifica não só o receio que aquelles infelizes tem de serem, como os demais tem sido, victimas de tão cruel enfermidade, mas, tambem os desculpa de não cessarem de implorar por quantos meios lhes occorre, o deferimento de suas tão reiteradas supplicas. Lisbôa, 2 de agosto de 1823. (a.) CLEMENTE ALVARES DE OLIVEIRA MENDES DE ALMEIDA.» (30.)

E' possivel que o Conde de Villa Flôr, ouvido a respeito dessa petição, opinasse em favor dos presos paraenses junto ao Rei, assim não se pôde nem affirmar nem contestar a sua actuação nesse caso.

Passados mais alguns mezes, fôram os paraenses postos em liberdade regressando aos poucos directamente a Belém, via S. Luiz do Maranhão e Pernambuco.

Entre os revolucionarios de 14 de abril e 28 de maio de 1823, que tiveram a sorte de regressar ao Pará contam-se: BOAVENTURA Ferreira DA SILVA, José Mariano de OLIVEIRA BELLO,

ANTONIO de Loureiro, BARRETO, DOMINGOS Gonçalves da Cunha, MARREIROS, DIOGO VAZ da MOYA, Antonio BERNAL DO COUTO, José Francisco Ferreira Ribeiro, DOMICIANO ERNESTO DIAS CORDOSO, Manoel Lourenço de Mattos, Marcos Antonio Rodrigues Martins, Joaquim Antonio de Macedo, José Baptista da Silva, THEODOSIO CONSTANTINO CHERMONT, ESTUDANTE BERNARDO DE SOUZA FRANCO (de 19 annos de idade e mais tarde o successor de Andréa no governo do Pará), PADRE JERONYMO ROBERTO DA COSTA PIMENTEL, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, Manoel José de Moura, MANOEL EVARISTO DA SILVA e Souza, Joaquim de Araujo Nobre, Aureliano de Jesus Cunha, JOAO BAPTISTA BALBI, TE-NENTE JOSE' PEDRO DE AZEVEDO, 'alferes Simplicio José do Valle, José (ou João) Possidonio Pereira, Odorico Pereira, João Pereira da Cunha, ALEXANDRE FONSECA, Antonio Joaquim Gomes, Pedro Antonio Gomes, Albino José Rodrigues, Raymundo José Gomes, Francisco Guido, André Curcino, Marcos Rodrigues Batalha, Manoel Antonio Coelho, Ignacio José da Fonseca, Lourenço Justiniano Gomes, MANOEL PEDRO DOS ANJOS, Calixto José dos Navegantes, Angelo Gemaque, SERAFIM DOS ANJOS, João Pio de Araujo Nobre, Joaquim Nunes Rosado e ôutros.

Adhesão do Pará á Independencia do Brasil.

Proclamada a Independencia do Brasil na Bahia, a 2 de julho de 1823, pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva após a retirada das forças portuguezas do commando do General Madeira de Mello, que se achava assediado por um

apertado bloqueio tanto da parte de terra como de mar pela esquadra brasileira, sob o commando do almirante Cochrane, fêz-se de véla a esquadra portugueza composta de navios de guerra comboiando perto de setenta navios mercantes e sahindo barra a fóra, ás onze horas do dia 2 de julho «velejou, tranquillamente, para o mar.» «Seguiu-a o lord Cochrane com alguns dos seus navios. Durante a noite capturou algumas embarcações desgarradas ou retardatarias.»

«Percebendo que um dos navios tomava rumo do norte, destacando-se do comboio, foi-lhe no encalço e aprisionou-o num momento, encontrando papeis a bordo pelos quaes se verificou que, com effeito, o intuito do general fugitivo era occupar o Maranhão.—Rocha Pombo, «Historia do Brasil», pagina 795, vol. VII.

Sabia o general Madeira de Mello que o Maranhão e o Pará continuavam fieis a D. João VI, ligados directamente a Portugal, sendo baldados todos os esforços, dos maranhenses e paraenses nâtos, em proclamar a adesão das suas provincias á Independencia do Brasil.

Segundo o, general Abreu Lima, em seu «Compendio de Historia do Brasil» o navio apre-sado, em que encontraram taes documentos, foi o «Grão-Pará» que, carregado de trópas, rumava á Provincia de São Luiz do Maranhão incorporado a outros que, conservando o mesmo rumo conseguiram safar-se das mãos do velho lóbo do mar britanico ao serviço do Brasil.

A armada portugueza dividira-se: as nãos maiores, com o general Madeira seu estado maior e maioria da força do exercito seguiram, mar a dentro, de retorno á patria portugueza; as embarcações menores, constantes dos brigues «D. Miguel» e «Nelson», galéras «Conde de Cavalleiros» e «Ventura Feliz»; escunas «Emilia» e «Gloria»

e as sumácas «Libertina» e «Caçadores» demandaram o porto de S. Luiz do Maranhão onde desembarcaram algumas tropas, para alli destinadas pelo general Madeira.

O almirante Cochrane, que estava a bordo do capitânea «Pedro I», da esquadra brasileira, rumou a Pernambuco com o «Grão-Pará» onde o deixou ficar e remetteu á Bahia outras prezas da mesma armada.

A esquadra portugueza, fragmentada em duas, seguiu os seus destinos: parte para o Maranhão e parte para Portugal, sendo esta escoltada pela fragata «Nichteroy», do commando do capitão Taylor, até perto da foz do Têjo, de onde voltou ao Brasil.

Feita aguada em Recife, veleja o almirante Cochrane no «Pedro I» ao Maranhão.

Esse almirante Cochrane fôra contratado pelo governo brasileiro para reorganisar a esquadra nacional, então sob o commando de Rodrigo de Lamare visto ser a existente insufficiente para dominar a esquadra lusitana na Bahia e submeter as provincias do Maranhão e Pará ao governo de Pedro I.

Quando Lord Alexandre Thomaz Cochrane, conde de Dundonald, commandante em chefe das forças Pacificadoras das Provincias do Norte do Brasil, perseguiu a esquadra portugueza, que conduzia o general Madeira de Mello e suas forças para Portugal, achava-se acompanhado dos seguintes officiaes da marinha ingleza, tambem ao serviço do Brasil: Croosby, no commando da nau «Pedro I»; 1.º tenente João Pascoe Grenfell, seu ajudante de ordens; Taylor, commandante da fragata «Nichteroy»; Jewtt, commandante da fragata «Pyrauga» e Beaurepaire, commandante da fragata «Maria da Gloria.»

Cochrane no Maranhão

A 26 de julho, chegava Cochrane á barra de S. Luiz do Maranhão hasteando a « Pedro I » a bandeira portugueza no proposito de illudir a esquadra e ás auctoridades do Maranhão que eram ainda fieis a D. João VI.

O brigue « São Miguel », vae reconhecer a não de Cochrane e este, incontinentemente, o apprehende, fazendo descer a bandeira portugueza e içando a brasileira. Grenfell assume o commando do « S. Miguel », que é logo *chrismado* de « Maranhão. » Não houve reacção da parte da guarnição do ex-« S. Miguel » dizendo Cochrane a seu commandante que a « Pedro I » era *« a primeira de uma poderosa esquadra da qual se adiantára e que prestes estava a chegar. »*

Conhecida em terra essa noticia, que vinha ao encontro dos desejos dos habitantes nativos do Maranhão, a praça entregou-se sem resistencia e, no dia 27, foi a bordo da « Pedro I » o Bispo D. Fr. Joaquim de N. S. de Nazareth, acompanhado da Camara Municipal e da Junta Governativa « que se apresentaram a bordo com os protestos de adhesão á causa do Imperio. »

A 28, pela manhã, penetraram a « Pedro I » e o brigue « Maranhão » o porto de S. Luiz, onde são recebidos com salvas de artilharia da fortaleza da barra e navios surtos na Bahia. Era completa a capitulação.

A esquadra phantastica de Cochrane desarma os navios e reembarca as trópas portuguezas e, nesse mesmo dia faz-se em S. Luiz, no Senado da Camara, a adhesão do Maranhão á Independencia do Brasil.

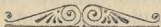
Dias depois, volvem os navios lusitanos com as trópas a Portugal: devidamente abastecidos para a viagem.

A seguir, resolve enviar ao Grão-Pará, o seu emissario 1.º tenente Grenfell investido do commando do brigue « Maranhão », que é guarnecido de 96 homens tendo como immediato o segundo tenente Victor Santiago Subrá, francez de nascimento.

Os planos que o almirante Cochrane empregou, através de Grenfell, no Grão-Pará fôram os mesmos que executou no Maranhão, os quaes só surtiram os effeitos desejados porque as massas do Maranhão e Pará, de ha muito, ansiavam pela Independencia.

Não conheço a historia do jôgo do *poocker* mas, ao que parece, Cochrane o conhecia e era um *blufista* incorrigivel.

Depois do *bluf* pregado ao Maranhão conseguiu passar outro ás autoridades portuguezas do Pará, as quaes, a excepção do brigadeiro José Maria de Moura, o acceitaram como verdade.



XVII

PARTIDA DE GRENFELL PARA O PARÁ.

Trazendo instrucções detalhadas de Cochrane, sãe Grenfell, a 5 de agosto de 1823, no brigue «Marranhão» do porto de S. Luiz com destino ao Pará. Entre os dispositivos dessas instrucções constava o de apossar-se de uma fragata que estava sendo construída no Arsenal de Marinha do Pará, a qual deveria ser transportada para o Rio de Janeiro depois de submettido o Pará ao dominio de D. Pedro I.

Diz Almeida Pinto, em trabalho publicado pela «Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará», vol IV que, no dia 7 de agosto surgiu, em Salinas, um brigue de guerra arvorando a bandeira brasileira até então, alli desconhecida, pedindo pratico, não sendo, entretanto, attendido, em virtude de ordens, nesse sentido, do general José Maria de Moura, commandante das armas do Pará, que alli fizera postar um sargento com um destacamento para controlar o serviço de praticagem da Barra.

A 8, pela manhã, Grenfell fez descer a bandeira brasileira e arvorou a portugueza sem resultado satisfactorio. «O sargento, diz Almeida Pinto, no primeiro dia prohibiu auxilio do pratico por desconhecer a bandeira e no segundo por desconfiar da mudança como tatica.

«A' alta hora da noite, desse dia 8, o pratico Fortunato José Martins, que tinha concebido o plano de fazer o serviço pedido, sem ser percebido, embarcou a 1 hora da madrugada e chegou a bordo do brigue, onde foi informado que a primeira

bandeira era a brasileira que, « primeira vez, tremulára sobre as aguas paraenses, e o brigue se denominava « Maranhão » que procedia da provincia do Maranhão... »

Na madrugada de 9, prosegue o brigue « Maranhão » sua viagem á Belém.

Navegou bem durante todo o dia de 10 fundeando, ao anoitecer, perto da ilha dos Periquitos « fóra do alcance da artilhara da Fortaleza da Barra »

A visita do Quaresma

« Na manhã de 11, Grenfell, segundo Almeida Pinto, recebe a bordo a visita do TENENTE DA 2.^a LINHA JOSE' QUARESMA, escrivão do Arsenal de Guerra, o qual, veio numa montaria tendo á pôpa uma pequena bandeira brasileira e trajava sua casaca e se havia adornado com fitas verdes e amarellas. » « Este paraense foi recebido pelo commandante e officiaes do brigue ao portoló, e o commandante o levou para sua camara, onde o conversou por muito tempo colhendo as informações que lhe convinhão, e feito isto, o v.sitante se despediu, sendo considerado pela fórma com que fóra recebido, e seguiu na sua retirada o mesmo rumo »

Dia claro, Grenfell envia o officio de Cochrane á Junta do Governo do Pará levantando a bandeira branca de parlamentar no brigue « Maranhão. »

Nesse documento, Cochrane noticia á Junta que todo o Brasil unido do Sul ao Maranhão está sob o Governo de D. Pedro I, integralisado num só paiz e independente.

E mais; que só resta ao Pará adherir á Independencia e que para este fim se acha com sua esquadra fóra da barra aguardando a solução da proposta de adhesão que leva o parlamentar.

Diz ainda que offerece «aos portuguezes no Pará os mesmos termos favoraveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem acceita-los, e dahi causarem o derrame de sangue, será de meu dever obriga-los a render-se á discreção.»

Enviou tambem a declaração do bloqueio do Pará com a cópia do auto da Camara Municipal do Maranhão adherindo á Independencia do Brasil,

A parte mais forte do documento de Cochrane e que mais impressionou os inimigos da Independencia do Brasil no Pará, foi exactamente esta:

«Toda a propriedade dos brasileiros e dos portuguezes que tomarem o juramento de obediencia a S. M. Imperial será assegurada; mas toda a propriedade no Pará pertencente a portuguezes em Portugal, como os portuguezes no Pará QUE SE RECUSAREM A TOMAR O JURAMENTO, SERIA TOMADA E SERA' TRANSPORTADA OU PARA O Rio de Janeiro para adjudical a, ou será vendida, e o dinheiro junto aos documentos se remetterá para o Ministerio das Finanças no Rio de Janeiro. (a.) *Cochrane.* » Revista do Inst. Hist. e Geog. do Pará.—Palma Muniz, vol. IV, pag. 320.

A noticia de que a esquadra de Cochrane se achava fóra da barra e seu emissario Grenfell se encontrava na ilha dos Periquitos, a serviço da Independencia do Brasil no Pará, divulgou-se logo por toda a cidade de Belém numa agitação patriótica despertando grande enthusiasmo nos paraenses, notadamente nos partidarios de Baptista Campos (que se achava foragido nas florestas) e no seio das familias aparentadas dos bravos de 14 de abril e 28 de maio, recolhidos á torre de S. Julião da Barra, em Lisbôa.

Deslocado, no ambiente social, se encontrava o commandante das armas, o brigadeiro José Maria de Moura.

Mais da metade da trópa de linha, da guar-

nição de Belém, era paraense e, portanto, simpática á Independencia.

A Junta Provisoria deante da capitulação do Maranhão e da ameaça do bloqueio do porto do Pará declarando a «SITUAÇÃO GRAVISSIMA» convocou uma grande reunião no Palacio do Governo, a qual realisou-se ás 7 horas da noite de 11, achando-se presentes todas as autoridades civis, militares e ecclesiasticas e grande massa de povo.

Soldado velho, habituado a fazer e desfazer *trucs* e *casos*, o general José Maria de Moura, commandante das armas, quando se debatia a solução a dar-se ao officio de Cochrane, de que fôra portador Grenfell «propoz o adiamento das decisões do Conselho, para depois de se verificar a real existencia da esquadra do almirante Cochrane.»

Era uma protelação.

Essa proposta foi, porém, mal recebida pela assembléa e rompendo o tumulto dominavam os brados: *está vencido! está vencido! adhesão!*

Tomada a votação esta decidiu que o Pará adherisse á Independencia somente havendo poucos votos contra, sendo um desses o do general Moura, que formulou seu voto por escripto e apresentou a sua irrevogavel e assaz suspirada demissão do commando das armas.

Estava, portanto, desde ás 11 horas da noite de 11 de agosto de 1823, o Pará integralisado no Brasil Independente.

A acta, nessa mesma noite lavrada, isso o atesta.

Os *reus* de 14 de abril e de 28 de maio eram, então, os heróes do dia e seriam, mais tarde, os immortaes da historia paraense.

Grenfell, a 12 de agosto de 1823, servindo-se da viagem da escuna «Bella Eliza», de sahida para o Maranhão, põe Cochrane ao par dos successos do Pará no seguinte officio: «Tenho a honra de

informar V. Exc. que os seus desejos de unir o Pará ao Imperio do Brasil estão verificados—ADHERENCIA A S. M. IMPERIAL FOI HONTEM DECLARADA sem a discrição de uma só vóz. excepção do commandante das armas.

Na conformidade das *instrucções* de V. Exc. abri a comunicação com o fim de me habilitar a completar as negociações, segundo os poderes com que V. Exc. me honrou e seguirei exactamente as *instrucções* de V. Exc.

Como a escuna «Bella Eliza» segue para o Maranhão, aproveito esta ocasião para dar a V. Exc. esta noticia reservando para occasião mais segura remeter as communicações officiaes.

Tenho a honra de ser de V. Exc. JOHN PASCOE GRENFELL. Pará, 12 de agosto de 1823, A S. E. LORD COCHRANE, commandante em chefe.» (1)

Para Grenfell, desde a noite de 11 agosto de 1823, estava independente de Portugal.

Informado Grenfell de que o coronel Villaça, commandante do 1.º Regimento de linha, articulava um levante visando prestigiar, pelas armas, o brigadeiro José Maria de Moura e annullar a acta da adhesão á Independencia com o auxilio monetario do commercio paraense, na sua grande maioria composto de portuguezes natos, tomou promptas providencias.

A delação desse pretendido levante foi feita, directamente, a Grenfell, «pelo major José de Brito Inglez, (que praticava o «sport» da delação) ex-secretario do coronel Moura e por um abaixo assinado de diversos cidadãos pedindo a prisão deste general e a do coronel Villaça.»—Revista do Inst. Hist. e Geog. do Pará.—Palma. Muniz, vol. IV. pag. 330.

(1)—Do «Os Nossos Almirantes», de Henrique Boiteaux, vol. I, pag. 198.

Grenfell officia á Junta do Governo solicitando várias prisões, que são effectuadas a 14, um dia antes do que estava assentado para rebentar o levante lusitano contra os independentes, pretendendo obstar assim a proclamação official da Independencia, a qual deveria realisar-se a 15, como de facto aconteceu.

Com a prisão desses dois officiaes cresceu a alegria dos paraenses, que muitas queixas delles guardavam.

E veio o 15 de agosto. A cidade despertou festiva ao estrondar das salvas de artilharia dadas pelo brigue « Maranhão », fortalêza da Barra, fôrte do Castello, bateria de Santo Antonio, fôrte São Pedro Nolasco e naves de guerra surtas no porto, no momento em que hasteavam a bandeira brasileira que, soberba, pannejante, recebeu os primeiros beijos da brisa marajoára na bahia do Guajará.

Baena, o autor do « Compendio das Eras », major de artilharia e um dos mais illustres officiaes portuguezes nâtos que o Pará, nesse tempo possuia, depois da chegada de Grenfell portou-se com serenidade sem pactuar com os que pretendiam levantar a guarnição a favor do general Moura.

Mostrou-se mesmo sympathico á Independencia do Brasil, quando diz que a Junta a 14 tratou de « regular a marcha circumspecta e pacifica das disposições politicas, que devem legitimar a adherencia dos povos á nova ordem social Brasileira, e estabelitar (estabelisar) com ella a sua geral felicidade. » Diz mais que a Junta publicou os Decretos e Avisos do Governo Imperial que, desde 1823, SE VIAO AFUNDADOS NA TREVA DE UMA GAVETA.

Descrevendo o acto da proclamação da Independencia, realisada a 15 de agosto de 1823, diz Baena que comparecendo á palacio todas as autoridades civis e militares e ecclesiasticas, rece-

beu-os, a Junta Governativa na Sala do Docel onde se achava o Bispo Dom Romualdo Coêlho, presidente, junto a uma mēza forrada de damasco e sobre ella um Missal e um tinteiro, pennas, e um livro deputado (destinado) a encerrar em si um termo do objecto da convocação e as assignaturas dos convocados» o qual presidente expõe o fim dessa magna reunião «dos membros do Imperio do Brasil.»

O juramento que todos prestaram foi o seguinte :

« Juro aos Santos Evangelhos em que ponho as minhas mãos, obediencia e fidelidade á S. Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I e aos seus successores, observar e fazer observar todos os decretos e leis existentes, manter e defender a Independencia do Reino do Brasil, até derramar todo o meu sangue.»

Censura Baena, no «Compendio das Eras,» a attitude violenta que teve o paraense Felix Antonio Clemente Malcher, alferes Porta-Bandeira do 1.º Regimento de Milicias da Capital, na solemnidade da proclamação da Independencia.

Malcher era um character rijo e sincero e não comprehendia como os declarados inimigos da Independencia e rancorosos perseguidores de Baptista Campos, dos heróes de 14 de abril e 28 de maio alli estivessem confraternizando com os naturaes da Provincia na hora suprema da reivindicação de seus direitos politicos, na reintegração do Pará ao Brasil.

Vendo alli, em palacio, entre outros, o major Francisco José Ribeiro, cujo passado reinol, era largamente conhecido na povincia, sendo quem a 2 de novembro de 1821, em longo documento de seu proprio punho, denunciára a Junta do Governo Fellippe Patroni e aos irmãos Vasconcellos como propagandistas da Independencia e sabendo

Malcher que fôra elle quem, no momento de deflagrar o movimento de 14 de abril, em Belém, esfriára o ardor revolucionario nas fileiras do 3.º Regimento, dizendo aos soldados, em voz alta: «que nunca elles devião despresar o pae pelo filho, pelo contrario devião conservar-se sempre obedientes a D. João VI, e que fôra ainda elle o commandante da expedição militar que vencera os independentes de 28 de maio, em Muaná, revoltára-se ao vê-lo imprudentemente alli e, segundo Baena, obra citada, pagina 632, «despenhado em desmandadas iras, em furias semelhantes ás da hydrophobia, triscando com o major Francisco José Ribeiro, que immediatamente viu contra si a embravecida insania de Felix Antonio Malcher vomitar ultrages e feroz ameaça no meio de um vozéo tão confuso que assemelhava o fervedouro de Carybdes.»

Baena, defendendo Ribeiro e atacando Malcher fazia, nessa attitude, um movimento de defesa propria porque a historia paraense julga que, se imprudencia houve foi a dos Ribeiro e Baena estarem presentes ao acto official da adhesão do Pará á Independencia, que elles e ôutros officiaes portuguezes, num nóbre gésto de lealdade a D. João VI e a Portugal, tanto evitarem e efficientemente combaterem, retardando a proclamação da independencia do Brasil no Pará.

Suspeito era Baena, portanto, para emittir tal commentario.

Concluida a brilhante cerimonia da proclamação, seguiram todos até á Igrêja da Sé, com o bispo D. Romualdo Coêlho á frente, onde foi cantado em acção de graças, um *Te-Deum Laudamus*, que foi o sêlo religioso dessa grande pagina de ouro da Historia do Pará.

XVIII

ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE EM BELÉM.

A criação de gado vacum e cavalар no Pará remonta, segundo o illustre escritor Manuel Barata, ao anno de 1644, com os primeiros exemplares de gado vindo de Cabo Verde que desembarcados em Belém foram alojados nos quintaes das casas suburbanas e nas herdades circumvisinhas.» - Do « Antiga Producção e Exportação do Pará » pag. 38.

Barata fundou-se, naturalmente, em Baena que diz, a proposito, assim: « O exemplo dos Religiosos Mercenarios, que foram os primeiros estabelecedores nesta Ilha de fazendas de gado vacum e cavalар, despertou a Provisão de 27 de outubro de 1702, que determinou aos moradores do Pará (Belém) que transmutassem das suas Roças para a Ilha (Marajó), o seu gado vacum e cavalар, trazido de Cabo Verde em 1644. Assim se cumpriu em 1703; e a multiplicação deste gado foi tal, que na Paschoa de 1726 começou-se a vender carne de vacca em açougue na cidade, e passou a haver grande extração de carnes enxarqueadas e moxamas, e grande augmento nas rendas do Estado.»

Baena, por sua vez, nessa narrativa, apoiou-se, em parte, na Carta Régia de 27 de outubro de 1702, publicada no vol. I, dos Annões da Bib. e Arch. Pub. do Pará, pag. 118, doc. 75.

A primeira fazenda de gado de Marajó.

Francisco Rodrigues Pereira - o villão - portuguez e official de carpinteiro, muito conhecido em Belém, fundou em 1680 a primeira fazenda de gado vacum no Marajó no logar Amaniútuba--Algodoal--á margem esquerda, perto da foz, do Rio Arary.

E' o que nos diz Manuel Barata baseado na monographia: Noticia Historica da Ilha Grande de Joannes, ou Marajó, Pará, publicado pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

A seguir, informa Manuel Barata obra citada -, fôram fundadas as fazendas Cachoeira, Pau Grande, Santa Rita, Curral de Meias São Joaquim e a do Lago do Patá.

Em 1696, passaram os frades das Mercês seus gados para o Marajó. Depois os Carmelitas e os Jesuitas tiveram igual procedimento fundando suas fazendas na grande Ilha de Joannes. Acompanhando esse movimento de incrementar a industria pastoril na fertilissima Ilha de Marajó, imitando os frades mercenarios, Carmelitas e Jesuitas, transferiram dos arrabaldes de Belém para aquella Ilha seus gados, segundo Manuel Barata, os srs. Manoel Alvares Roxo, André Corsino Pereira, Antonio Furtado de Mendonça, Domingos Monteiro de Noronha, Manuel Barbosa Martins, Antonio Francisco Fortfeliix, Lourenço Ferreira de Moraes, André Fernandes Gavinho, Florentino da Silveira Frade e outros, que localizaram suas fazendas na orla oriental e parte central da ilha «nos rios Arary, Marajóassú--que legou seu nome mais tarde á toda ilha--Camará, Parácuary ou Igarapé-Grande (Soure) «Rio Anajás e afluentes. Só em 1757 foram estabelecidas fazendas de criação

de gado vacuum e cavalari na contra-costa marajoára installando se alli na costa oceânica as nominadas «São José», «Santa Catharina», «Carmo» e outras.

O primeiro açougue de Belém. Carne Verde a dois vintens o arratel.

Mesmo com a expansão pastoril marajoára, Belém, até 1726, se resentia da falta de Carne Verde para o abastecimento de sua população. Periodicamente, alguns desses fazendeiros traziam gado que abatiam nos quintaes de suas casas, vendendo a carne, segundo Baena, «por preço inaccessible aos pobres.»

Diz Manuel Barata:—«Em março de 1726, a Camara Municipal estabeleceu nesta cidade o primeiro açougue para a venda de Carne Verde á população. Fez-se contracto do fornecimento de carne com o referido Francisco Rodrigues Pereira, que se obrigou a däl-a a dois vintens o arratel. O gado vinha das fazendas do mesmo contractante no Rio Arary.»

Luctava o contractante, entretanto, com a difficuldade de meios de transporte de gado de Marajó á Belém, pedindo por isso, a interferencia da Camara Municipal de Belém que, por sua vez, solicitou ao Rei de Portugal «vinte e quatro indianos da Aldeia de Cayá, da Ilha Grande de Joannes, para o trabalho da condução do gado vacuum da mesma Ilha para o açougue da cidade. Prosseguindo accrescenta Baena—«Compendio das Eras», pag. 212: «Havia já onze dezenas de annos que durava nesta plaga o assento dos portuguezes; e em todo esse tempo não houve açougue nem Ribeira», em Belém.

Attendido pelo Rei, o pedido da Camara de Belém, continuou, regularmente, o transporte do gado pelos selvagens de Cayá e o abastecimento de Carne Verde á Belém, aliás, iniciado «pela Paschoa de 1726,» Lêr a Carta Régia 194, pag. 193, 2.º vol, dos Ann. da Bib. e Arch, Pub. do Pará, a qual transcrevo nos Annexos deste trabalho, sob n. I.

Prosseguindo nesse estudo, informa Manuel Barata que o açougue fôra installado na actual rua da Industria antigamente conhecida pelo nome de rua do Açougue, «canto do becco daquelle mesmo nome.»

A frente da casa do açougue, que tinha tres portas, dava para a actual rua da Industria dando os fundos para a rua da praia, sendo ahi improvisado um matadouro, que era ligado ao mar (Guajará) por uma manga por onde desembarcava o gado que era recolhido a uma caiçara. Com o desenvolvimento do commercio da rua da praia e do porto de Belém, resolveu o Senado da Camara Municipal transferir o serviço de matança de gado «para margem esquerda da fôz do igarapé de S. José», conhecido de tempos immemoriaes pelo nome de Comedía dos «peixe-bois», o qual se lança na Guajará «pouco acima do Arsenal de Marinha.»

O matadouro ahi esteve até 1840, quando passou a funcionar num terreno do Collegio de N. S. do Amparo, na actual rua Dr. Assis antiga rua do Espirito Santo - canto da travessa do Cano, dahi passando, em 1864, para o Curro, situado no bairro de S. João do Bruno, á beira da Guajará. Em 1912, o serviço de matança de gado para o abastecimento de Belém foi tranferido para o Curro Modelo, á margem do Rio Maguary, na villa do Pinheiro. Os açougues se multiplicaram por todos os recantos de Belém sem que entretanto pudessem usurpar o nome de Rua do Açougue

applicado á que teve a honra de possuir o primeiro talho de Carne Verde da cidade, onde se retalhou a primeira rez da fazenda de Francisco Rodrigues Pereira—o Villão que foi o cidadão que primeiro criou gado em Marajó.

Furto de gado em Marajó. O Inspector Florentino da Silveira Frade.

A' proporção que se desenvolvia a industria pastoril em Marajó, com o augmento prodigioso dos rebanhos fôram tambem surgindo num espantoso crescendo a «industria» do furto de gado.

Diz Baena — «Ensaio Geographico», pag. 357: — «os fazendeiros com a sua desmedida ambição de marcar com seu ferrête todas as rezes, que podiam arrebanhar, suscitarão o aviso de 13 de junho de 1765, da Secretaria do Estado dos Negocios Transmarinos, que estatuiu uma Inspectoria Geral e perpetua das fazendãs de criação debaixo de um systema accommodado ás singulares circumstancias da Ilha: e regulou em proveito do Inspector 3 % da importancia da vaccaria e do gado cavalari que tocasse á Real Fazenda pelo dizimo deduzido da fôrta total em cada anno: cujo pagamento se faria no momento em que elle (inspector) legalizasse competentemente as suas relações na presença da Junta da Fazenda.»

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Pará, enviou á Metropole portugueza, a 7 de junho de 1757, um longo officio pedindo providencia ao Rei contra os furtos de gado no Marajó, apresentando suggestões para reprimir esses crimes e regularizar a arrecadação do gado do vento, sem dono, montado.

Nesse officio, mostra que o Bispo Dom Miguel de Bulhões, quando no governo interino do Estado, na ausencia do capitão general Mendonça Furtado, que estava ao serviço das demarcações do Amazonas com as terras de Castella, bastante se interessou nesse magno assumpto, pretendendo crear o cargo de Rendeiro do Vento naquella ilha, o que não levou a effeito em consequencia da forte opposição que lhe fizeram os criadores e fazendeiros marajoáras. O illustre e energico prelado todavia baixou, a 10 de dezembro de 1755, um bando a proposito do gado do vento, documento importante que publico na integra nos annexos deste trabalho, n. 2.

Voltando das demarcações e reassumindo o governo, Mendonça Furtado encarou com vehemencia esse problema marajoára disposto a resolver-o no interesse da Fazenda Real que era alli grandemente prejudicada. Sua actuação, a respeito, está registada na carta que endereçou á Metropole constante do doc. 168, fls. 215, vol. V, dos «Ann. da Bib. e Arch. Pub, do Pará.»

Nesse longo documento, mostra Mendonça Furtado que depois que entrou em accordo com fazendeiros as rendas de Marajó elevaram-se a uma somma apreciavel. Até, então, a maior renda de Marajó attingira a 268\$000. Os dizimos dos annos de 1754 e 1755 foram arrematados por Manuel Lopes Manêta, pela quantia de 412\$600. Exercendo sévera fiscalisação nas fazendas marajoáras, conseguiu Mendonça Furtado, em 1756, em que não houve arrematação do dizimo do gado, arrecadar 2.363 cabeças de gado vacuum e 49 de cavalos, as quaes vendidas a 1\$800 cada uma produziram 4:723\$800, não estando liquido ainda esses dizimos porque ainda faltavam «as declarações de uns curraes que me não tem chegado, cujo producto deve accrescer a sobredita somma.»

XIX

O SERVIÇO HOSPITALAR DO PARÁ --A FUNDAÇÃO DA CON- FRARIA E DEPOIS IRMAN- DADE DA CASA DE MISE- RICORDIA DE BELEM.

Conferencia de Jorge Hurley, perante o Instituto Historico e Geographico do Pará. Publicada no Vol. VI, da Revista do mesmo Instituto, fls. 134 e 154

O desêjo de ser util á grande Terra Paraense a que estou prêso pelo coração, desde a minha adolescencia, animou-me a contribuir com as minhas annotações historicas, que vou lêr, a proposito da fundação da Santa Casa de Misericordia do Pará, posta em controversia na imprensa de Belém pelos dr. Paulo Eleutherio e professor Braga Ribeiro, distinctos confrades do Instituto Hist. e Geog. do Pará, a que tenho a subida honra de pertencer. Lavrando esses estudos, tomo a ousadia de expôr a minha opinião ácêrca de tão importante assumpto que preoccupa, actualmente, as letras de Belém, offerecendo, antes de tudo, este meu labor literario ao eminente sr. dr. Henrique Santa Rosa, presidente do Inst. Hist. Geog. do Pará, como simples tributo de minha admiração ao seu incontestavel valor intellectual nos araguás da Historia, na literatura em geral e nas sciencias phisicas e mathematicas, que alicerçam, poderosamente, a sua grande e solida cultura.

O dr. Paulo Eleuterio, publicista de renome nas boas letras nacionaes, vem, ultimamente, nas tabas verdes amazonicas produzindo excellentes paginas literarias sob o titulo «No tempo do El Dorado», nas quaes plasma interessantes episodios arânas, dialogados com arte, dentro duma opulenta moldura real muito á feição do estylo primoroso de Juan Pérez ou ao sabor voluptuoso do paladar literario da brilhante escriptora Baroneza de Orczy, nas palpitantes paginas de seu excellento livro «EL DORADO».

Depois dessas referencias, devo dizer, inicialmente, que o dr. Paulo Eleutherio não fantasiou os seus enunciados na pendencia em aprêço: cingiu-se a deduições logicas insophismaveis.

O douto professor Braga Ribeiro, sagicado na poeira sabia dos archivios, é um respeitavel quéra dos estudos historicos da Amazonia, a que se dedica com aquelle carinho e honestidade peculiares a Baena, Arthur Vianna, Palma Muniz e Ignacio Moura e, «na sua phrase de constante lei», gaba-se, ranzinza, de contar, sempre e sempre, «o caso como o caso foi.,»

* * *

O dr. Paulo Eleutherio, firmado no dr. Azevedo Ribeiro e no extincto historiador dr. Ignacio Moura, sustenta que a Santa Casa paraense vem de 1619. — *Folha do Norte* de 6 de março de 1930.

UM VELHO PARAENSE informou á *Folha* (edição de 27 de fevereiro de 1930):... «a pia instituição não data de 1619, mas de 1740 e funcionou em primeiro lugar num predio sito no local do actual «Paris n'America.»

«Mudaram-na depois, para um predio existente onde hoje funciona a «Casa Camarinha» Foi SOMENTE NO TEMPO DE FREI CAETANO BRANDÃO QUE A MISERICORDIA SE INSTALLOU NO LARGO DA SÉ HOJE CAETANO BRANDÃO »

XIZ, na edição da *Folha* de 28 de fevereiro, sob o título ANTIGUIDADE DA SANTA CASA, tomando o partido do dr. Paulo Eleutherio afirmou:

«Mas «Um velho paraense» esquece de que o assumpto da antiguidade da Misericórdia é materia já discutida e approvada, no proprio seio do Instituto Historico, onde até um redactor da *Folha* fez uma conferencia provando que a Santa Casa vem de 1619, com o apoio de documentos levados ao Instituto pelo dr. Azevedo Ribeiro. Porque apagar os cento e um annos vividos pela Misericórdia até 1740?»

O PROFESSOR BRAGA RIBEIRO, antagonista do dr. Eleutherio, veio pela *Folha* de 5 de março, sob o título A SANTA CASA, com essa interessante argumentação:

«Mas, não confundamos as expressões CONFRARIA ou IRMANDADE da Santa Casa com o hospital hoje denominado «Hospital dos Pobres e Enfermos.»

Depois de tão elevado raciocinio, proprio dum perfeito historiographo, deixou cahir essa affirmação:

«A Santa Casa de Misericórdia Paraense, isto é o PRIMEIRO HOSPITAL, foi realmente fundada a 17 de novembro de 1650, segundo as «Ephemerides Brasileiras» do Barão do Rio Branco, com quem, aliás, é melhor andar do que com qualquer outro historiographo...»

Ha, é evidente, em torno da fundação da Confraria da Misericórdia do Pará, manifesta confusão

Esse estado de incerteza urge desaparecer para sempre, no interesse mesmo da historia da piedosa assistencia domiciliaria e hospitalar de Belém.

Mal fixada nas letras regionaes, a fundação

da Confraria da Misericórdia do Pará é cõa confusamente, do « Compendio das Eras » ao « Efemerides Brasileiras. »

Frei Salvador, Southey e Rocha Pombo, que se occupam da fundação de Belém e conquista da Amazonia aos tupinambás, aruans, tucuixús holandezes e francêses, nada dizem com relação á Confraria da Misericórdia.

Não é, estou certo, nesses livros de Historia do Brasil que se deve procurar a verdade ácêrca do dia exacto da fundação da Confraria da Misericórdia do Pará, mas, nas fontes historicas existentes no Archivo Publico do Pará, na Torre do Tombo, em Portugal, e no Archivo Archiepiscopal, em Belém.

O livro « Efemerides Brasileiras », do Barão do Rio Branco, publicado na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, é tambem um labor humano e, por isso mesmo, imperfeito.

Nelle, ha algumas incorrecções, além das annotadas pelos historiographos Vieira Fazenda e Basilio Magalhães. O illústrado Barão, glória da diplomacia brasileira, colleccionou muitos factos sob o poder de informações inseguras.

O dr. Paulo Eleutherio se amparou nas investigações do dr. Azevêdo Ribeiro, como poderia ter preferido a noticia do illustre conego Francisco Bernardino de Sousa, que, em 1873, no seu livro « Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas », á pagina 287 affirma: « A Santa Casa de Misericórdia do Pará é uma das mais antigas, senão a mais antiga de todo o imperio. O seu primeiro compromisso foi-lhe dado por Fellippe III, SENDO O COMPROMISSO DA MISERICORDIA DE LISBÔA, DE 1619 O QUE SE MANDOU OBSERVAR; e com elle se regeu a confraria até 1850, em que outro novo lhe foi concedido pelo presidente Jeronymo Francisco Coêlho, e depois reformado em 1854 pelo

presidente Sebastião do Rego Barros,» Teve a sua primeira igreja no largo chamado da Misericórdia e nella funcionou a irmandade até o anno de 1798, época em que se passou para a igreja da extincta companhia de Jesus. Nesse mesmo anno tomou a misericórdia conta da igreja de Santo Alexandre, por ordem régia ou alvará com a força da lei.»

O dr. Azevedo Ribeiro, illustre medico paraense, em seu criterioso trabalho «A fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará—«Uma rectificação Historica», publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará*, fasc. II, de 1918 firmou-se nos documentos do maço n. 1, do archivo da Santa Casa, os quaes attribuem a esse Benemerito Instituto da Caridade velhice historicamente veneranda.

O dr. Bernardo Rotowitcz, no «A Prophylaxia Rural no Estado do Pará», fundando-se nos mesmos documentos, diz ter sido a Santa Casa fundada em 1616. Mas diz tambem que, de 1610 a 1618 «não ha nenhuma informação escripta a respeito e que só em 1836 apparece o primeiro livro de actas, e o registo mais antigo dos relatorios de 1847.»

Onde estará o resto do archivo?

Falta de cuidado não houve porque os mais antigos documentos de 1619 e 1624 estão carinhosamente guardados no citado maço numero um.

Fala o dr. Azevedo Ribeiro, com muita justiça no zelo com que os Irmãos da Meza, tendo á frente o tenente-coronel Francisco José de Faria, Provedor, fizeram em 1810 o inventario e catalogação do Archivo da Santa Casa e a seguir cita os documentos mais antigos do primeiro maço:

1. «Aforamento de dez braças de chãos que tomou João Correia á Santa Casa de Misericórdia para fazer casas por dous ou nove annos, e passarem depois as mesmas casas á Irmandade. Pará, 14 de março de 1619.»

2.º «Testamento de Domingos Fernandes, official de pedreiro, natural da Ilha Terceira, Em 9 de abril de 1619.»

3. «Carta de data de quarenta braças de chãos em quadro, no bairro da Campina, concedida pelo capitão-mór desta capitania Bento Maciel Parente, á confraria de Santa Luzia da Misericórdia em 20 de março de 1624.»

Esses documentos, á primeira vista, provam que a Confraria da Misericórdia do Pará foi fundada sob os auspícios de Santa Luzia.

Deante de tão impressionante documentação, o espirito brilhante e sincero do dr. Azevedo Ribeiro, cheio da melhor e mais pura boa fé concluiu :

«Ora, estes documentos provam, de fôrma irrecusavel, que existia a Santa Casa de Misericórdia do Pará, em principio de 1619, terceiro anno da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará.»

«Não deve, portanto, prevalecer a data de 1650 para a fundação da pia instituição. O que certamente deu-se nesta data foi a inauguração da Igreja da Misericórdia.»

O distincto medico paraense dr. Penna de Carvalho em seu trabalho «Evolução da Medicina do Pará», publicado com muito brilho no III fasciculo da *Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará*, illumina, maravilhosamente, a controversia historica confirmando, com desassombro, a asserção duvidosa de que desde 1619 veio a Santa Casa do Pará prestando serviços aos habitantes de Belém.

Historia o reputado clinico :

«Entre os colonos, na ausencia do medico diplomado, era tambem exercida a medicina pelos Jesuitas que procuravam adoptar a pratica dos pagés, assim como, alguns processos conhecidos nos meios civilizados, salientando-se entre elles o uso da sangria e o das applicações thermicas.»

«Entretanto, trinta e quatro annos após á fundação da cidade de Belém, em 24 de Fevereiro de 1650, foi installada oficialmente a Santa Casa de Misericórdia; porém essa pia instituição JÁ VINHA PRESTANDO SERVIÇOS DESDE 1619.»

Esqueceu-se entretanto o illustre dr. Penna de Carvalho, que é também um esforçado historiographo, de revelar nesse seu excellento estudo a fonte litteraria em que se abeberára para assegurar que a Santa Casa do Pará vem de 1619 e que a sua INSTALLAÇÃO se fez, officialmente, a 24 de Fevereiro de 1650 quando o Barão do Rio Branco diz ter sido a 17 de Novembro de 1650 a FUNDAÇÃO dessa pia instituição.

Pelo dr. Penna de Carvalho, a Santa Casa foi INSTALLADA, officialmente, 8 mezes e 22 dias antes de ser FUNDADA, o que constitue uma aberração chronologica. Ademais, se ella desde 1619 vinha prestando serviços é porque desde essa data havia sido crêada e installada para funcionar.

O exame dos documentos do ar- chivo da Santa Casa.

Tenho, antes de tudo de analysar o documento que se refere ás dez braças de chãos que a Santa Casa, em 14 de Março de 1619, teria aforado a João Correia.

Quem afóra é porque é senhor directo da cousa.

Logo, para que podesse a Santa Casa transferir, por emphyteuse, o domínio util de terras, precisava ser proprietaria das mesmas.

Mas de que modo ella as adquiriu? Quando? Doação? Compra? Sesmaria?

A doação e compra implicariam escriptura publica e a sesmaria na confirmação do Rei.

Onde estão pois esses documentos?

Nessa época, penso eu, a propriedade de terras em Belém começava a surgir sob a feição da posse.

Ademais, esse terreno (chãos) deveria pertencer ao patrimonio da cidade de Belém, que então tinha pouco mais de dois annos de fundada.

Mas Belém, nessa phase sangrenta de «conquista», não tinha ainda patrimonio, que somente lhe foi dado a 1 de Setembro de 1627 e consistiu numa legua de terras para séde da cidade concedida á Camara pelo Governador e capitão General do Maranhão Francisco Coêlho de Carvalho.

—Teria a Irmandade de Santa Luzia da Misericordia, de que não falam os documentos publicos da época antecedido á Camara de Belém na aquisição de terras?

—E' claro que sim! Esse documento o prova.

O segundo documento —o testamento de Domingos Fernandes, official de Pedreiro, natural da Ilha Terceira, datado de 9 de Abril de 1619, completa aquella próva insophismavelmente.

O terceiro é o mais interessante de todos.

Carta de data de quarenta braças de chãos, em quadro, no bairro da Campina, onde estão situados e erectos a *antiga igreja de Misericordia* e diversos quartos de casa de sua propriedade, concedida pelo Capitão-Mór desta capitania Bento Maciel Parente á Confraria de Santa Luzia de Misericordia em 20 de março de 1624.

Por este documento se verifica que essa carta de data refere-se á *Confraria de Santa Luzia de Misericordia*, como foi descripto em 1810, ao contrario do primeiro que allude, segundo foi publicado, á *Santa Casa de Misericordia*.

Conclue-se mais, por elle, que em 1810, se achavam as quarenta braças de chãos referidas edificadas com a «antiga Igreja da Misericordia e diversos quartos.

Essas construcções remotas, de taipa de pilão, occupavam o local onde está hoje o «Paris na America» — isto é a Igreja e quartos da séde da confraria que antes de 1810 deviam estar em ruínas, porque desde 1798 os officios religiosos da Confraria da Misericordia passaram a ser feitos na Igreja de Santo Alexandre, no largo da Sé.

O bairro da Campina, em 1624, segundo o dr. Henrique Santa Rosa, apud «Belém e a sua topographia», era ainda um magnifico caeté, occupado pelos amerabas tupynambás donos dessas terras.

Em 1653, os Jesuitas, recém-chegados ao Pará, *levantaram a primeira Igreja no bairro da Campina*, extra PORTÃO.

João Lucio de Azevêdo no «Os Jesuitas no Grão-Pará», pagina 36 diz: «No extremo da pequena cidade, junto ao matto, no logar já então denominado a CAMPINA levantaram os amigos do apostolo mesquinha palhoça. Alli fizeram residência e capella.»

E' ainda o excellente historiographo João Lucio de Azevedo, na obra citada, pagina 55, quem fornece á pendencia historica o rastro luminoso por onde se pôde achar a verdade.

Depois de narrar que a 5 de outubro de 1653 chegára á Belém o padre Antonio Vieira e de esboçar a divisão topographica da cidade registra: «Do lado do norte, passando-se o PORTÃO para a Campina, começava a povoação a dilatar-se pelo arrabalde em duas compridas ruas, que são agora as da Industria e Santo Antonio.»

«Ao cabo dellas ficava o convento dos Capuchos, e na primeira, encostado á praia, o dos Mercenários; NA OUTRA FOI MAIS TARDE A CASA DE MISERICORDIA».

Lucio de Azevedo indica que em 1653 ainda não existia Igreja e séde da Confraria da Misericordia a qual somente DEPOIS MAIS TARDE (?) se alojou na rua de Santo Antonio ao desembocar

no Largo da Misericórdia, no lugar onde é hoje o «Pariz na America».

Do que se verifica que a antiga Igreja da Misericórdia, alludida pelo terceiro documento em 1653, em 1798 já estava em ruínas.

João Lucio não falla em hospital, certamente porque essa confraria prestava, na época, apenas soccorros domiciliaries, sem o nome de Santa Casa — mas como Casa da Misericórdia ou, o que é mais possível, Confraria de Santa Luzia da Misericórdia.

Instituição concebida pelo frade hespanhol Miguel Contreiras, que se inspirou nas antigas confrarias da Piedade, e fundada em Portugal a 15 de agosto de 1498 pela rainha D. Leonor de Bragança, mulher de D. João II e Irmã do Rei D. Manoel, então em viagem á Castella, a Confraria da Misericórdia tem por fim visitar e tratar os enfermos pobres; criar os engeitados; criar e casar as orphãs; amparar os réos de pena de morte e enterrar os indigentes.

D. Manoel deu a lei organica á confraria e a primeira Casa de Misericórdia teve por séde uma dependencia da Sé de Lisbôa, ligada ao palacio dos arcebispos.

A expressão «Casa de Misericórdia» significava em Portugal e suas colonias, a «Igreja e a séde da Confraria da Misericórdia, e não Hospital de Misericórdia. Quem isso affirma, eloquentemente, é o sr. J. P. C. Casado Giraldes, escriptor portuguez, no seu «Tratado Completo de Cosmographia etc., publicado ha 105 annos, em Pariz.

Historiando as provincias do Brasil em 1821 diz Giraldes: BELÉM DO PARÁ etc... «O collegio que foi dos Jesuitas serve de seminario e paço episcopal e IGREJA DE MISERICÓRDIA. MARANHÃO CASA DE MISERICÓRDIA; 3 conventos... 1 recolhimento de mulheres e 1 hospital. PERNAMBUCO;

OLINDA: casa de MISERICORDIA, e hospital. BAHIA, CIDADE ALTA. «Tem casa de Misericórdia, hospital, e 1 recolhimento de orphãs brancas...» RIO DE JANEIRO: casa de Misericórdia, 1 hospital de doentes, e outro de expostos, recolhimento de orphãos etc.» São Paulo: Tem casa de Misericórdia; casa de fundição de ouro... 1 hospital...»

O hospital de S. José da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

Para esclarecer melhor o assumpto em fóco, julguei opportuno trazer á apreciação do Instituto Historico e Geographico do Pará, a historia do Hospital da Misericórdia do Maranhão, em attenção aos pontos de similhaça que tem com a historia da Confraria da Misericórdia do Pará.

A Irmandade da Misericórdia, em S. Luiz do Maranhão, estabelecida pelo alvará de 3 de dezembro de 1622, «manteve-se longe, por longos annos, de prehencher os seus deveres caritativos, correndo-lhe a vida fóra das bases reguláres...»

«Os encargos, por outro lado, eram excessivos pois impunham á provedoria o trato dos que baixassem ao HOSPITAL MILITAR e dos prezos quando adoecessem fóra o soccorro implicito aos indigentes. Faltava-lhe séde.—*Fran Paxeco*—«Geographia do Maranhão», pagina 638.

João Lisbôa.—Obras. II vol., pag. 427—ampliando, *Fran* accrescenta :

«Procurou tambem (o padre Antonio Vieira), em 1653, FAZER ERIGIR UM HOSPITAL, e, com esse intuito, DESPERTOU O ZELO DA IRMANDADE DA MISERICORDIA, que arrecadou não poucas esmolos.»

Somente a 28 de janeiro de 1815 ficou concluido o hospital de S. José da Santa Casa de Misericórdia de S. Luiz, depois de um seculo e meio de construcção !

Sua inauguração porém, só se verificou a 19 de Março de 1817.

Fran Paxeco observa: que «a despeito da procedencia democratica, como succedeu a todas as confrarias, á quem e além mar, orientavam os destinos da Misericordia, nos tempos coloniaes os governadores das capitancias e, depois da Independencia, os presidentes da provincia.»

Fazendo essa digressão litteraria ao Maranhão, de onde partiram os portuguezes para a conquista do Amazonas, na fundação de Belém, tive em mira comparar a situação da Irmandade da Misericordia Maranhense com a do Pará.

Andaram as duas pias associações, ao que se deduz padecendo, durante longo tempo, a mesma penuria financeira.

O primeiro hospital de S. Luiz do Maranhão, de instalação permanente como aconteceu em Belém do Pará, foi o Hospital Militar.

Controladas pelo governo colonial e governadores das capitancias, nada se passava de notavel nessas irmandades que não ficasse registrado na correspondencia dos governadores com a corôa portugueza.

Isso deixa-me a convicção racional de que quando as correspondencias dos governadores com a metropole e as cartas régias não falam na Confraria da Misericordia do Pará é porque ella estava inactiva, sem existencia real, por não poder cumprir os encargos de seus sagrados designios, como aconteceu com a do Maranhão.

Sob a voz dos documentos publicos.

E' de extranhar-se que existindo o hospital da Santa Casa de Misericordia do Pará desde 1619, o

Regimento de 1655 com que veio governar o Maranhão e o Grão-Pará o bravo parahybano André Vidal de Negreiros, a elle se não referisse. Ha nesse regimento este dispositivo :

«Artigo 26 Hey por bem, que em quando os Soldados e Cabos de guerra estiverem enfermos, e por causa impedidos, SE LHES PAGUEM SEUS SOLDOS, PARA EFEITO DE SUAS CURAS e vos mando, que assim o façaes executar, e cumprir por virtude deste capitulo.» O que deixa deduzir que em 1655 a Confraria existia mas o hospital não mais.

Essa disposição administrativa indica tambem que o serviço hospitalar, nesta data, ainda não estava permanentemente organizado no Pará.

O enfermo, n'aquelle tempo, se tinha familia curava-se no proprio lar ; se não a tinha tratava-se na casa de amigos, na enfermaria dos quarteis, fortificações, náus e conventos, que dispunham dum compartimento proprio a esse fim, ao lado dos serviços religiosos.

A metropole deante da mortandade dos selvagens escravizados, nos falsos resgates, aos sertões amazonicos lembrou, sem facultar os meios necessarios, ao capitão general Antonio de Albuquerque de Carvalho, Governador do Pará, em carta régia de 20 de Outubro de 1690, a fundação de um hospital «para que, á mingua de tratamento não perecessem todos, tamanho era habitualmente o numero de enfermos e inutilizados pela fadiga e privação.»—João Lucio de Azevedo, no «Os Jesuistas no Grão-Pará», pagina 141. A idéa desse hospital feneceu, eloquente, dentro da propria lembrança do Rei que a não tornou viavel. Um seculo depois, já em 1753, ainda Belém do Pará não possuia um só hospital.

Ao descrente dessa minha affirmação indico a leitura do documento n. 31; pagina 50, do 2.º vol. dos Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do

Pará, o qual, entre outras cousas, contou ao Rei e agora nos conta o seguinte :

«Chegando a esta Cidade com esta quantidade de doentes me puzerão em bastante cuidado POR NÃO HAVER AQUI HOSPITAL NEM MEYO ALGUM DE SE FAZEREM CAMAS com a brevidade que era preciso para mais de 300 pessoas que desembarcaram doentes e faltando tambem a quantidade de gallinhas que erão necessarias para os sustentar.»

A tudo porém se acudiu como permitio, o tempo, digo a terra porque PARA SERVIR DE HOSPITAL MANDEY FAZER DUAS GRANDES TARIMBAS em duas casas dentro de hu dos Fortes desta Cidade, porém como não era possível caber nellas tanta gente me servi tambem HUA DAS CASAS DAS CANOAS adonde se puserão os de doenças mais leves, e alguns convalescentes, e pelo que respeitava a sua subsistencia, quiz Deos que apparecessem mais galinhas do que eu esperava achar nesta terra, e foram soccorridos, em forma que a mayor parte sahiram dos Hôspitaes em pouco mais de 30 dias, etc.»

Os doentes eram parte da tripulação e passageiros dos navios mercantes GRAM TURCO e CASAES, de que era mestre Agostinho dos Santos, vindos de Portugal na mesma monção das Náus de Guerra do Reino, que chegaram a Belém livres dessa epidemia. O documento não mostra a molestia que os atacou.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará e irmão do Marquez de Pombal, autor da communicação de que transcrevi os tópicos acima, é quem affirma ao Rei, a 6 de outubro de 1753 que, até então, não bavia um só hospital em Belém.

Esse documento, que é longo, trata de outros assumptos que não têm ligações com o objectivo que ora me preoccupa.

E o que é mais interessante é que até 1754 não havia pharmacia em Belém. Os Jesuitas tinham uma drogaria no collegio...

E' o que se conclúe do documento 110, pag. 195 do 3.^o vol., dos Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará.

« Constando-me ultimamente de huá doença que tinha padescido aquelles pobres moradores (refere-se á Villa de S. José de Macapá) e que se achavão em desamparo grande, os mandey socorrer Logo comhú Cyrurgião e huá Botica das que V. Magestade foi servido mandar para adelligencia das Demarcações, POR NÃO TER OUTA FORMA DE REMEDIAR aquelles necessitados, etc.

Nas instrucções régias, publicas e secretas de 31 de Maio de 1751, que Francisco Xavier de Mendonça trouxe de Portugal para o Governo do Pará, não se encontra no têxto de seus 39 artigos, uma disposição, uma allusão siquer, ás associações da Misericordia do Pará e do Maranhão.

Passada a epidemia, cessaram os hospitaes de emergencia ficando porém, desde aquella data, no Castello uma enfermaria militar.

Fundação do primeiro hospital permanente de Belém do Pará, abril de 1759.

Com a transferencia para S. Luiz do Maranhão dos frades capuchos da Provincia da Conceição da Beira do Minho, ficou desoccupado o seu pequeno convento de S. Boaventura, em Belém, o qual, como o de S. José, foi mandado entregar pela metropole ao Governo do Pará, para usos pios.

O capitão general Manoel Bernardo de Mello Castro, conforme sua participação ao Rei, a 23 de julho de 1759, immediatamente transformou o convento de S. Boaventura em Hospital Militar, visto os soldados doentes se estarem tratando em hua pequena, e mal formada casa terrea no Forte de Santo Christo—Doc. 310, pag. 84, vol. 8.º dos Ann. da Bib. e Arch. Publico do Pará.

Foi o primeiro administrador desse hospital o alferes José Maximino Salvado, que, como escrivão, tinha o contador da trópa José Antonio Viégas—Doc. 338, vol. 8.º, paginas 149 e 150 da obra citada.

O pequeno convento de S. Boaventura, fundado em 1706, ficava no antigo sitio PORTO DO TIÇÃO, occupando o terreno que lhe foi doado por José Velho, limitando-se nos fundos, pelo igarapé COMEDIA DO PEIXE-BOI, hoje São José.

Aliás esses documentos encontram confirmação plena na correspondencia do mesmo governador de 9 de agosto de 1759, catalogada sob n. 304, na qual se deduz, logicamente, que o unico hospital que existia no Pará, fundado em abril de 1795 era o Hospital Militar, onde foram recolhidos por ordem do governador seis selvagens do Rio Negro, os quaes se achavam gravemente enfermos na cadeia publica, implicados nos successos do murubixaba Manacassary, apurados *in loco* pelo capitão Miguel de Siqueira Chaves.

Eis o trecho que se correlaciona ao pleito historico.

« Tomando eu posse deste governo em 3 de março do presente anno, dia em que meu antecessor se embarcou para fazer viagem para essa Corte na forma das ordens de S. Magestade succedeu ficar a cadeia desta cidade cheia de *Indios* prêsos dos que tinham commettido os insultos no Rio Negro, evindo neste mesmo tempo o cappitam Miguel de Siqueira Chaves, que foi commandante

da trópa que n'quelle Rio fes a Guerra ao Principal Manacassary, e aos seus socios succedeu trazer o mesmo cappitam muitos *Indios* que tambem eram culpados, e pronunciados na Devaça que o mesmo Ministro tinha tirado na villa de Barcellos, e com este ficou a cadea muito mais cheia, MORRENDO AO DESAMPARO, E AFOME SEMHAVER PESSOA ALGÚA QUE OS SOCCORRESSE, NEM DE ALIMENTO PARA A VIDA. NEM DE REMEDIOS PARA AS QUEIXAS QUE PADECIÃO de sorte que todos dias seestavão enterrando com o maior escandalo de todo este Povo INDO PARA A COVA AMARRADOS EM HU PAO NÚS PELLAS RUAS DESTA CIDADE, COMO SE FORÃO QUALQUER ANIMAL IMMUNDO, E NÃO HOMENS BAPTISADOS, COMO MUITOS DELLES ERÃO.»

«Dandome parte damesma cadea de que aquelles homens estavam morrendo ao desamparo sem soccorro algum humano, me resolvi a mandar passar para o HOSPITAL DOS SOLDADOS DESTA CIDADE os que estivessem em maior necessidade, para nelle serem curados e assistidos debaixo de prizão, edepois serem restituídos ámesma cadeya, ECOM EFFEITO SE PASSARÃO SEIS DOS DITOS INDIOS PARA O HOSPITAL DEBAIXO DAS MAIORES CAUTELLAS.»

Onde estava o Hospital da Confraria da Misericordia?

Penso que, nessa época, ou essa instituição estava inactiva ou se havia incorporado ao proprio governo, o que é o mais certo, porque não é possível que deixasse de soccorrer os infelizes selvagens do Rio Negro, na prizão onde morriam á fome, á falta de remedio e de justiça!

Não é possível que permittissem, indifferentes, a deshumanidade de vê-los passar mortos, nús, amarrados a um pau para o cemiterio!

Não é possível que, sobre tanta impiedade e profanação, não extendessem sollicitos os irmãos a bandeira protectora da Misericordia!

O governo portuguez, em carta régia de 20 de Outubro de 1760 «foi servido aprovar o piedoso, e util parecer de se erigir em hospital para se curarem os soldados, ohospicio que nesta capitania tinham os Religiosos capuchinhos da Provincia da Conceição...» ordenando as despezas necessarias. Pag. 287, Tomo X, dos Annâes da Bibliothéca e Archivo Publico do Pará. —Documento n. 417.

Pouco tempo durou, no antigo convento de S. Boaventura, o Hospital Militar.

D'ahi elle foi removido em 1761 para o predio onde actualmente se acha.

Em 1761, foi crêado o Arsenal de Marinha do Pará pelo capitão-general e Governador Manoel Bernardo de Mello e Castro, que installou no citado convento de S. Boaventura, desoccupado pelo Hospital Militar.

Quatro annos depois, em 1765, o Governador Fernando da Costa Athahyde Teive comprava a Domingos da Costa Bacellar, por 7.000 cruzados, o predio do Largo da Sé onde funcionára e funciona actualmente o Hospital Militar.

O anjo da Caridade da Amazonia e o primeiro Hospital de Caridade.

A 20 de Outubro de 1783 chegou á Belém do Pará o inolvidavel Dom Frei Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará e portuguez de grandes virtudes. Um verdadeiro santo canonisado pela gratidão d'alma paraense, que o immortalizou na sua historia e o materializou no monumento do Largo da Sé.

Sua administração, desbordou dos limites da área espiritual para os dominios do bem publico.

«A educação da infancia desvalida estava no esquecimento de todo, O FOGO DA CARIDADE JAZIA

AMORTECIDO, E PROXIMO A EXTINGUIR-SE de todo; indigentes e miseraveis raramente encontravão quem delles se condoesse e QUANDO ACCOMMETTIDOS DE ENFERMIDADES MORRIÃO AO DESAMPARO, SEM ABRIGO, NEM SOMBRA DE CONFORTO.)»

«Tudo isto necessitava de remedio urgente, e providencias efficazes: cumpria restaurar a disciplina ecclesiastica; promover a reforma geral dos costumes... soccorrer, e consolar os infelizes, prover a sorte dos enfermos desamparados e dos orphãos indigentes » «D'O Bispado do Pará», de Antonio Rodrigues de Almeida Pinto, publicado no Tomo 5.^o dos Annâes da Bibliothéca e Archivo Publico do Pará, paginas 104 e 105.

Essa informação de Almeida Pinto é plenamente confirmada no «Fastos Paraenses, de Manoel Barata, citado pelo historiographo Braga Ribeiro na *Folha do Norte* de 1 de março do anno corrente: 1930.

«Vivendo na mais desoladora pobreza no meio de dolorosas aperturas, cêdo começaram o seu hospital (?) e a sua pequena igreja a cahir em ruinas, achava-se nesta triste situação, tendo já atravessado uma existencia de 164 annos, quando a 20 de Outubro de 1783. aportou a Belém o grande e immortal Dom Frei Caetano Brandão, 6.^o Bispo da diocese paraense.»

Immortal! Bem o disse o douto historiographo dr. Manoel Barata, porque Dom Caetano Brandão agiu com o poder sobre natural de um santo.

Reorganizou o seminario e reformou, sob sua directa gestão, os serviços religiosos que, na sêde vacante, fôram vigiados pelo Arcipreste e Vigario Geral dr. José Monteiro de Noronha, natural do Pará. Visitava, como um verdadeiro discipulo de Jesus, os pobres e enfermos nos ranchos humildes para lhes levar esmolos materiaes e o línitivo da Esperança dentro da palavra de Fé.

Concebeu, numa dessas visitas, no defluir do quinto mez de sua administração, a arrojada idéa de crêar um hospital de caridade para os pobres e enfermos, de que estava farta a cidade de Belém.

Abriu com 100\$000 a subscrição para esse fim e «enfiando no braço uma cestinha, fazendo-se cercar de conegos, beneficiados e mais padres» ganhou as ruas a pedir esmolas para o hospital dos pobres tendo obtido, no primeiro dia a quantia de seis mil cruzados, em dinheiro, afóra os generos materiaes e promessas realizaveis.

A 24 de fevereiro de 1784, comprou Dom Caetano Brandão de Lourenço Antonio da Costa, o predio do Largo da Sé, no alinhamento da rua Siqueira Mendes, antiga rua do Norte, o qual demoliu e começou desde os alicerces a levantar o hospital dos pobres, de sua iniciativa e apoio geral dos paraenses. O capitão general e Governador do Pará, Martinho de Sousa e Albuquerque forneceu um official de engenharia para superintender a construcção, que foi mestrada por um padre da confiança do prelado.

Pela Pastoral de 24 de Março de 1784, fundou o hospital da Caridade e numa portaria dessa data crêou um cofre para as esmolas colhidas nomeando um thesoureiro e seu ajudante.

«É não se esqueceu (diz Almeida Pinto, pagina 109, da obra citada) de instituir na Cidade, generalizando-a depois a outros logares da diocese, UMA CONFRARIA DE CARIDADE de que já tratamos, da qual se declarou seu protector perpetuo, recomendando a seus successores que fizessem outro tanto, nos Estatutos com que a dotou.»

Almeida Pinto deixa entrever, quando refere-se á uma CONFRARIA DE CARIDADE de que já tratamos, uma allusão directa á irmandade de Santo Christo do Forte.

Convém, outrosim, fixar neste estudo que as confrarias ou irmandades religiosas tinham suas sédes nas respectivas igrejas parochiaes.

Noutra Pastoral em 18 de fevereiro de 1786, confirmou a Confraria de Caridade dando-lhe o nome de *Senhor Jesus dos Pobres e Enfermos*, da qual fez patrono Nosso Senhor Jesus Christo, que era o mesmo patrono da velha Irmandade de Santo Christo do Forte, fundada nos primeiros annos da colonisação lusitana.

Consciente disso, naturalmente, foi que o dr. Azevêdo Ribeiro assim concluiu o seu indicado estudo historico :

« Como membro della, como paraense, como humillimo representante da familia do preclaro e virtuoso Bispo que foi Dom Frei Caetano Brandão, o remodelador eminente e piedoso dessa portentosa Obra Pia... a Santa Casa de Misericordia do Pará. »

Concluido o predio. o bispo e o governador combinaram inaugural-o a 25 de julho de 1787 sob grandes festas publicas, as quaes, em resumo, o honesto historiographo Antonio Rodrigues de Almeida Pinto, na obra citada assim, flagrantemente descreve :

Inauguração do Hospital do Bom Jesus dos Pobres e Enfer- mos, em 1787.

« O dia 25 de julho já citado, foi pois annunciado por girandolas de fôgos artificiaes, salvas nas fortalezas, e repiques nos sinos das igrejas; alguns carros enramados e ornados de flôres se achavão á porta do edificio, alli se reunirão o Prelado, o general governador, os conegos e os

padres da Sé, os seminaristas, e todas as auctoridades, funcionarios publicos e pessoas gradas, e muitas outras pessoas das mais classes; e á hora designada sahio esta comitiva a percorrer as ruas da cidade na ordem seguinte: no 1.º carro os fôgos, no 2.º a musica, no 3.º quatro paraenses poetas que nos intervallos da musica recitavão poesias analogas ao acto, em seguimento destes, outros muitos carros adornados ou decorados como os primeiros, porem desoccupados, e o bispo por um lado com os conegos, padres e seminaristas e pelo outro o general com os officiaes; auctoridades e mais cidadãos, ladeavão os carros, a pé. No transito o bispo recebeu os pobres por um lado, e os recolheo aos carros, e pelo outro o general. No transito era o bispo victoriado com acclamaçoens e flores que lhe lançavão das janellas.»

«Encaminhados á Cathedral o Prelado celebrou Pontifical, o vigario geral dr. José Monteiro de Noronha recitou ao Evangelho, oração analoga. acabado o Pontifical seguiu-se o *Te-Deum Laudamus*--e findo este se encaminharão ao hospital.»

«Alli chegados os pobres foram levados para dentro assim: O bispo tomou pelo braço um, o general outro, cada padre o seu e assim tocou um a cada conego e auctoridade, e desta fórma lhes derão posse plena do hospital; cada um despio dos andrajos o seu pobre, e o vestio de roupa nova e limpa, e os fizeram comer apresentando-lhes alimentos proprios.»

«A' noute a cidade espontaneamente foi illuminada e os sinos repicaram até 8 horas; as familias sahiram das suas casas, e forão visitar o hospital, e nas salvas depositarão as suas offerendas aos pobres em dinheiro.»

«Nos dias 26 e 27 se repetiram as manifestações festivas.

Frei Caetano Brandão «organizou a administração do hospital, seu patrimonio, e dependencias por meio de um regulamento scientifico e providente. e dentre os seus padres nomeou os funcionarios, que serviam com zelo, dedicação e muita intelligencia »

O Patrimonio do Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres e Enfermos.

Construindo o Hospital, Dom Frei Caetano Brandão procurava tambem organizar-lhe o patrimonio com que podesse mantel-o atravez dos annos.

Dos frades das Mercês, obteve a doação de um excellent terreno no igarapé Tocunduba, com uma olaria prompta a funcionar.

Dos padres seculares, terrenos nas ruas dos Cavalleiros e Atalaia (Demetrio Ribeiro) os quaes foram immediatamente edificados, com as sobras dos materiaes do hospital.

No Guamá, obteve terras agricolas e no rio Capim uma fasenda agricola com cento e tantos escravos.

Na ilha Caviana, do archipelago Marajó, varias sesmarias todas concedidas ao Hospital do Bom Jesus dos Pobres: Ns. 888 ILHA CAVIANA; confirmada em 1795; 886 ILHA CAVIANA concedida a 27 de Junho de 1791 e Carta de Data de 27 de Junho de 1791, confirmada em 1795. Essa sesmaria foi concedida a requerimento de Antonio Ferreira Ribeiro e constava de duas leguas.

Para a Confraria de Santa Casa não consta uma só sesmaria. Seu pequeno patrimonio fôra, entretanto, iniciado nos tempos dos capitães môres de 1616—1626.

A Confraria da Misericórdia do Pará seria a mesma Irman- dade religiosa e beneficente do Senhor Santo Christo do Forte ?

Penso que sim; ainda que até 1650.

Esta é, de facto, a mais velha confraria do Pará.

E' possível, como imaginou o dr. Paulo Eleutherio, que os feridos no assalto dos tupynambás ao forte Presepio, em 7 de janeiro de 1619, precisassem de hospital para seu tratamento, e então, os poucos officiaes do Capitão-mór Balthazar Rodrigues de Mello, ajudados deste, do padre da expedição Manoel Figueira de Mendonça e demais pessoas gradas, em numero reduzido, se lembbrassem de crêar como de facto fundaram, a Irmandade de Santo Christo do Forte, que teria installado um hospital de sangue com o titulo de SANTA CASA ou CASA DE MISERICORDIA, sob os auspícios do patrono daquela Irmandade. Nisto creio; como acredito que, passada a necessidade fechou-se então o hospital para ficar somente a Irmandade,

Em 1650, a Confraria do Senhor Santo Christo do Forte concluiu a nova Ermida de Santo Christo, levantada, com o auxilio do braço amerába, entre o Castello e o predio onde está hoje o hospital militar do Exercito.

A 30 de Setembro de 1652 foi reformada essa sociedade revogando-se os antigos estatutos, e adoptando-se novo compromisso, que foi jurado por todos os irmãos.

Em fins de 1655 (ultimo trimestre) a Confraria do Senhor Santo Christo do Forte transferiu sua

séde, que ainda era dentro do Castello, para o recinto da nóva Ermida.

Em 1754, os officiaes dos dois regimentos de linha chegados em 1753 da Europa, com o tenente-coronel Luiz Soares Serrão e o capitão de granadeyros Manoel José de Lima, á frente, entraram para a Irmandade do Senhor Santo Christo do Forte, prestando todos seu compromisso solemne.

Em 1790, em vista de se achar muito arruinada a Ermida da Irmandade se passou esta para a Igreja de Santo Alexandre, de onde, oito annos depois, se tornou a mudar para a Igreja das Mercês.

Já, nesse tempo (1798), havia desmoronado a capella de Santo Christo e a Confraria da Misericordia occupava a Igrêja de Santo Alexandre, segundo o Conego Francisco Bernardino de Souza, obra citada.

O “Hospital do Bom Jesus dos Pobres e Enfermos” com seu patrimonio é, por sentença judicial de 17 de abril de 1807, incorporado á Confraria da Santa Casa de Misericordia do Pará.

Administrou o Bispado do Pará, durante quasi 20 annos—25 de Julho de 1787 a 17 de Abril de 1807—o Hospital do Bom Jesus dos Pobres e Enfermos.

E' acreditavel que uma rivalidade, secreta e muito humana, houvesse entre a diocese e a Confraria da Misericordia, a qual me parece se haver

originado, em época remota, da antiga irmandade do Santo Christo do Forte.

Desde 1798, como referi, a Confraria da Santa Casa de Misericórdia, devido a se acharem em ruínas a sua pequena Igreja e sede da Casa de Misericórdia, construídas de taipa de pilão, no Largo da Misericórdia, passou a funcionar na Igreja de Santo Alexandre, ao Largo da Sé, defronte do Hospital do Bom Jesus dos Pobres Enfermos, que ficava., assim, sob a inspecção ocular da mencionada Confraria que, nessa época, se vinha refluorescendo na aquisição crescente de novos irmãos, sob o calor do governo.

Em 1807, tendo conhecimento o juiz das capellas e residuos de que a escripta desse hospital continha algumas irregularidades mandou citar o padre administrador para prestação de contas.

Dom Manoel de Almeida Carvalho, 7.º Bispo do Pará, oppoz-se a essa devassa judicial, ordenando ao administrador do hospital que a não attendesse.

O juiz melindrado, foi então ao hospital, inventariou o archivo, a excepção dos livros que estavam nas mãos do Bispo e, «fundado na provisão Régia de 13 de fevereiro de 1801, expedida por immediata resolução de 1806, por sua sentença de 17 de Abril nos autos que fez processar, TIROU A ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL AO BISPO, E A ENTREGOU a 18 á Confraria da Santa Casa da Misericórdia.»—*Almeida Pinto*, «BISPADO DO PARÁ», paginas 155, 5.º Tomo, obra citada.

A administração da Santa Casa de Misericórdia era, por sua vez, controlada pelo governo, nessa data, confiado ao Capitão General José Narciso de Magalhães Menezes. Esse controle aliás, permaneceu até á proclamação da Republica.

A data de 18 de abril de 1808 é, pelo que se viu, a maior data da Santa Casa de Misericórdia

do Pará, porque, nesse dia, attingiu ella ao seu maior designio: assistir fartamente á pobreza enferma hospitalisando-a, com todo o conforto possível da época.

E seja-me permitido indagar: por que motivo o juiz tirou da diocese o hospital depois de vinte annos de mansa e pacifica administração?

— A recusa do Bispo em mostrar o archivo do hospital á justiça certo, não seria o bastante para tão grande penalidade.

E por que em sentença o juiz entregou á Santa Casa?

Deixa essa solução antever não só a idoneidade da Confraria de Misericordia para tão importante gestão, como ainda que, algum direito, liquido e certo, tinha essa pia instituição sobre dito hospital.

E' que a Confraria da Santa Casa de Misericordia do Pará, como as demais associações religiosas e o povo, auxiliaram moral e materialmente, a grande obra do Bispo Dom Frei Caetano Brandão.

Por essas razões, varios autores, entre os quaes o dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas no seu livro « Ensaio de Leitura » (1881), pag, 130; coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, na « Pequena Chorographia da Provincia do Pará » (1873); o presidente Tristão de Alencar Araripe no « Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes » 1886) e o dr. Alvares da Costa no « Paginas Avulsas » (1895) affirmam, positivamente, que a Santa Casa de Misericordia foi creada em 25 de julho de 1787 por Dom Frei Caetano Brandão.

Quando dizem Santa Casa se querem referir é intuitivo ao Hospital nessa data fundado.

E porque esses testemunhos, insuspeitos e venerandos, sob qualquer ponto de vista, não se limitaram a dizer que a 25 de Julho de 1787 foi inaugurado, aberto ao serviço publico, o Hospital do Senhor « BOM JESUS DOS POBRES E ENFERMOS? »

Não seria porque na grande obra de Dom Caetano Brandão collaborava, poderosamente, a CONFRARIA DE SANTA CASA que, para melhor assitil-a mudou-se, posteriormente, para a Igreja de Santo Alexandre, fronteira ao referido hospital ?

Assim penso.

Minhas conclusões

Os documentos existentes no archivo da Santa Casa de Misericordia e já descriptos nesse estudo, não obstante as impugnações de que são passíveis, provam de facto, até que surjam documentos publicos em contrario, e de authenticidade irrecusavel, que a CONFRARIA DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ foi fundada em os primeiros dias de janeiro de 1619, depois do assalto dos tupynambás ao forte Presépio, chamado depois forte do Castello.

A carta de data das quarenta braças de chãos, dadas a 20 de março de 1624 pelo capitão-mór do Pará Bento Maciel Parente, á CONFRARIA DE S. LUSIA DA MISERICORDIA, encontra plena confirmação nos predios que existiram no terreno onde é hoje o Pariz na America, de que fallou, auctorizadamente, « Um velho paraense » pela *Folha do Norte*.

Aliás o barbaro Bento Maciel Parente parecia querer purgar-se dos crimes nesses gestos nobilitantes e, por isso, em 1626 « ceder a sua moradia, para ahi se installarem e construirem o convento e igreja do Carmo, na extremidade sul da rua Norte », segundo ensina o dr. Henrique Santa Rosa, no « Belém e sua topographia », pag. 8.

Onde estarão os velhos documentos da Confraria de Santa Casa de Misericordia, de que fala o dr. Bernardo Rotowitcz, desde a fundação de 1616 a 1836?

Onde estará o archivo da Irmandade do Senhor Santo Christo do Forte ?

Onde estarão os livros de registro de cartas de datas e sesmarias de 1616 a 1700, que se deveriam achar recolhidos ao Archivo Publico do Estado ?

— Extraviaram-se, eis a resposta a essas interrogações; extraviaram-se...

— Pois bem, se desapareceram os archivos de Santa Casa, da Irmandade de Santo Christo e do Governo, nos primeiros seculos da fundação de Belém, esses documentos remotissimos, que a SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ possui, e offerece á examé graphico salvos miraculosamente, devem ser considerados, sob o ponto de vista historico, como a prova plena de que a Confraria de Santa Luzia da Misericordia vem desde 1619 fuccionando em Belém.

E a authenticidade dessas valiosas reliquias historicas somente póde ser contestada á vista de provas documentaes em contrario.

Assim, julgo eu. Póde-se dizer com o conego Bernardino e os drs. Azevedo Ribeiro, Orlando Lima, Rotowitcz e Paulo Eleutherio :

A Confraria da Santa Casa de Misericordia do Pará foi erêada nos primeiros dias de 1619.

Em data posterior, mas antes de 1620, adoptou ella, como seu, o mesmo compromisso da Santa Casa de Misericordia de Lisbôa, o qual fôra instituido a 19 de Maio de 1618.

Quando foi fundado o pequeno hospital da Confraria de Santa Luzia da Misericordia do Pará

no terreno que lhe foi doado em 1624 pelo capitão-mór Bento Maciel Parente ?

Diz o historiographo Manoel Braga Ribeiro, apoiado nos eminentes Barão do Rio Branco e dr. Manoel Barata, que foi a 17 de novembro de 1650 que a Santa Casa installou «O SEU PRIMEIRO HOSPITAL PARA TRATAMENTO DE ENFERMOS POBRES», tendo annexo ao humilde edificio a pequenina igreja de Santa Luzia, localisados ambos no quarteirão formado pelas ruas de Santo Antonio, Padre Prudencio e 13 de Maio, com frente para o actual Largo da Misericordia, então denominado «Largo de Santa Luzia.»

Não errarei assegurando que no ponto indicado pelo professor Braga Ribeiro foram, edificados de taipa de pilão a Igreja e a Casa da Misericordia do Pará. as quaes funccionaram alli de 1650 a 1798, quando, achando se em ruinas os citados predios. se passou a Confraria da Misericordia para a Igreja de Santo Alexandre.

Ignora-se porém, se o pequeno hospital fechou nessa data, com o desmoronamento do predio, ou se continuou a funcionar n'outra casa.

O mais racional e verosimel é dizer-se que o hospital suspendeu seu serviço de 1798 até 18 de abril de 1807, data em que foi incorporado ao patrimonio da Confraria da Misericordia do Pará o «Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres Enfermos» com todas as suas propriedades.

Teria o hospital da Confraria de Misericordia funcionado de 1619 a 1650 ?

Creio que não. A ausencia do archivo não permite porém, assegurar-se uma resposta positiva.

Não errará, entretanto, quem affirmar que as Confrarias da Misericordia e de Santo Cristo funcionaram dentro do Forte do Castello nessa phase.

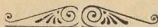
Resumindo, póde-se affirmar, salvo melhor argumento, que a Confraria da Santa Casa de

Misericórdia do Pará nasceu dentro do Forte Presepe, nos primeiros dias de janeiro de 1619, depois de alli fundada a Irmandade do Senhor Santo Christo do Forte. Ahi funcionou até 1650, data em que se mudou para seu predio e Igreja, situados ao largo de Santa Luzia da Misericórdia, abrindo, tambem, a 17 de novembro do mesmo anno, as portas do seu pequeno hospital de caridade á pobreza desamparada.

Convém, no entanto, assignalar que no mesmo anno (1650) em que a Confraria da Casa de Misericórdia inaugurava sua Igreja e hospital nos seus predios Largo da Misericórdia, a Irmandade do Santo Christo do Forte, tambem sahindo de dentro dos muros do Castello, installava sua nova Ermida no Largo da Sé, no terreno onde está hoje o Hospital Militar.

Dahi se transferiu, em 1798, para a Igreja de Santo Alexandre, que passou a ser a séde da Misericórdia, parecendo haver sido suspenso então o serviço hospitalar.

A 18 de abril de 1807, conforme ficou historiado, retomou a Confraria da Santa Casa de Misericórdia do Pará o serviço hospitalar da pobreza desamparada, continuando assim a obra grandiosa do bispo Dom Frei Caetano Brandão.



XX

CICLO DOS CAPITÃES-MÓRES

1616-1823

1.^o—*Capitão-mór: Francisco Caldeira de Castello Branco* que fundou a cidade de Belém do Pará, a 12 de Janeiro de 1616, tomando, assim, posse da Amazonia para Portugal. Deposto a 14 de Setembro de 1618, pelos colonos portuguezes, com aplauso dos tupinambás mandados trucidar nas aldeias do Cujú (Mojú) e na de Mortigura, foi remetido prêzo para Lisbôa ainda em 1618. Coube a Castello Branco a honra de colher, pela bravura do então Alferes Pedro Teixeira, as primeiras vitórias luso-tupinambás contra os holandezes que se haviam instalado na foz do Amazonas. Nesse combate naval os tupinambás empregaram flechas incendiarias contra um grande navio holandez que, em chamas e explosões, desceu ao abismo das aguas amazonicas com a guarnição.

2.^o—*Capitão-mór: Balthasar Rodrigues de Mello* elevado ao cargo por eleição popular após a deposição de Francisco Caldeira de Castello Branco. Esse Capitão-mór teve de rechassar, a 7 de Janeiro de 1619, um ataque dos selvagens tupinambás que assaltaram bráva mas, impotentemente, a flechadas as baterias do «Forte Presepio» perdendo nessa ação guerreira o seu murubichá-ba (Chefe militar) GUAIMIÁBA: Cabêlo de Velha.

3.º — *Capitão-mór: Jeronimo Fragoso de Albuquerque*, fidalgo na Casa Real, o qual tomou posse desse cargo em fins de Abril de 1619. Seu governo foi breve e caracterizou-se pelo modo violento com que destruiu as tábas aborígenes de Iguapé, Guanapú e Caripi, nos arredores de Belém.

No seu governo chega á Belém, a 30 de Junho (1619), o capitão Bento Maciel Parente com oitenta soldados de infantaria e quatrocentos tupinambás de Pernambuco, habituados a guerrear e habéis no manêjo do arco, com a incumbencia de «conhecer juridicamente» dos fatos que determinaram a deposição do Capitão-mór Francisco Caldeira de Castello Branco.

Diz Baena — «Compendio das Eras», pagina 9 - : «Açouta com valor e fortuna os Tupinambás» desrespeitando a intervenção de Jeronimo Fragoso de Albuquerque que lhe avisa em Carta que faça cessar essa guerra contra os tupinambás paraenses.

Profundamente desgostoso e abatido moralmente pela desatenção de Maciel Parente, falece em Belém, a 31 de Agosto de 1619.

4.º — *Capitão-mór: Mathias de Albuquerque*, que era filho de Jeronymo de Albuquerque Maranhão, o conquistador do Maranhão aos francezes e primo de Jeronymo Fragoso de Albuquerque que, antes de falecer baixára uma Provisão nomeando-o seu sucessor até ulterior deliberação do Governo Geral do Brasil. Mathias de Albuquerque governou o Pará durante vinte dias apenas (de 1.º a 20 de Setembro de 1619) porque o pòvo e a tropa renovando o mesmo processo contra Francisco Caldeira de Castello Branco, o depoz sob o fundamento de ser invalida a Provisão depois da morte do capitão-mór Fragoso.

5.º — *Capitão-mór: Custodio Valente*. Após a deposição de Mathias d'Albuquerque, o pòvo e

tropa reuniram-se no Forte Presepio e elegeram o capitão Custodio Valente para o Cargo de Capitão-mór e Frei Antonio de Merciana seu adjunto.

Pedro Teixeira, o valente cabo de guerra e mais tarde o conquistador d'altamazonia para Portugal, não tendo entrado para a composição desse governo reclamou ao povo e tropa contra o pleito, e, numa eleição complementar, foi também eleito para participar do Governo tomando, imediatamente, com os outros, posse desse alto encargo.

Estabeleceu-se, assim, um triumvirato de Capitães môres, de pouca duração, porque embarcando o Capitão Custodio Valente para Europa, em Maio de 1620, deixou o governo nas mãos do Capitão Pedro Teixeira e de Frei Merciana que, por sua vez, retirou-se para o Hospício de Santo Antonio do Una fugindo assim ás malhas da politicagem, que já então preocupava o povo de Belém.

6.º—*Capitão-mór*: Em Maio de 1620, assume o cargo de Capitão-Mór do Pará o capitão PEDRO TEIXEIRA.

Pedro Teixeira fez uma excelente administração no Pará. Foi tolerante com os colonos e aborígenes e honesto na aplicação das rendas publicas.

7.º—*Capitão-mór*: Bento Maciel Parente. D. Luiz de Souza, Governador do Brasil, tendo noticia de que Bento Maciel Parente havia sido vitorioso na guerra aos tupinambás do Pará, achou que, por esse motivo devia galardoar-lhe o mérito e o nomeou capitão-mór do Grão Pará, cargo por êle cobiçado e que assumiu a 18 de Julho de 1621. Sua administração foi progressista, sendo notavel a sua atuação na expulsão dos holandezes da foz do Amazonas a Gurupá. Deixou

o governo a 6 de Outubro de 1626 entregando-o ao capitão-mór Manoel de Souza de Eça, cavalleiro do Habito de Santiago.

Governadores e Capitães-Generaes do Estado do Maranhão e Grão Pará. Grêado o Estado do Maranhão.

No decorrer dos primeiros dias de 1624 chega, á Belém do Pará, a noticia de ter sido posto em execução o Decreto de 13 de Julho de 1621 que crêou o Estado do Maranhão separado do governo Geral do Brasil e composto das conquistas do Ceará, Maranhão e Grão Pará.

1.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará Francisco Coêlho de Carvalho, fidalgo da Casa Real, nomeado a 23 de Setembro de 1623. Sua posse verificou-se na cidade de S. Luiz do Maranhão, séde do Governo, a 3 de Setembro de 1626.

As conquistas, como chamavam n'aquelle tempo, de Ceará e Grão Pará continuaram a ser administradas por capitães-móres.

8.º—*Capitão-mór: Manoel de Souza de Eça.* No seu Governo, Pedro Teixeira vai ás aldeias dos tapuyussús. no Rio dos Tapajós, na missão de resgatar escravos em troca de mercadorias. Deslumbra-se Pedro Teixeira na belêsa das paisagens das terras dos tapuyussús trazendo poucos escravos porque aquêles aborigenes não toleravam o «uso de se commutar homens por mercadorias», — Baena «Compendio das Eras», pagina 22. Durante essa gestão Souza de Eça foi, em 1628, remetido prêzo ao Maranhão depois de responder a um procêssô

por desobediência ás ordens emanadas de Feliciano Coêlho, filho do Governador Francisco Coêlho de Carvalho.

Nove mezes depois Manoel de Souza de Eça reassume o posto de Capitão-mór do Pará, de cujas funções se achava suspenso.

9.º—*Capitão-mór: Luiz Aranha de Vasconcellos*, cavalleiro do Habito de Cristo, a 18 de Outubro de 1829 assume o cargo de Capitão-mór do Pará em substituição ao Capitão-mór Manoel de Souza de Eça.

Seu governo foi breve. Em consequencia de uma gráve queixa formulada pelos moradores de Belém ao Governador, foi Luiz Aranha de Vasconcellos suspenso de suas funções e enviado a S. Luiz do Maranhão onde não logrou defender-se satisfatoriamente, razão porque não voltou ao Pará.

10.º—*Capitão-mór: Jacome Raimundo de Noronha*, fidalgo da Casa Real e Provedor da Fazenda. Tomou pósse do governo do Pará a 29 de Maio de 1630, por ter sido designado para esse encargo pelo Capitão General do Estado do Maranhão.

Seu governo foi brilhante nas ações militares contra holandezes e inglezes nas terras dos selvagens Tucujús. (Tucujús), margem esquerda do Rio Amazonas, as quaes terras tinham por núcleo principal Macapá, que se devia chamar Tucuyúlandia.

11.º—*Capitão mór: Antonio Cavalcante de Albuquerque* que substitue Jacome Raimundo de Noronha, a 28 de Novembro, por ter sido este escolhido pelo Capitão General para comandar as forças luso-paraenses que deveriam expulsar os estrangeiros localizados na região dos Tucujús.

Noronha sáe de Belém a 28 de Janeiro de 1631 numa expedição de 36 canôas -«guarnecidas de

fuzilaria, frecharia e algumas peças de campanha, commetidas ao Capitão de Artilharia Manoel Pires Freire, nessa acasião elevado a sargento mór (majór). Alcança Noronha brilhantes victorias contra os inglezes, que perdem o Forte Philippe.

12.º *Capitão-mór: Luiz do Rego Barros* nomeado em patente Régia assume, a 22 de Junho de 1633, o posto administrativo de capitão-mór do Pará sucedendo a Antonio Cavalcante de Albuquerque. Luiz do Rêgo Barros experimentando hostilidades veladas da população de Belém, retira-se, em Janeiro de 1633, para S. Luiz do Maranhão passando o Governo do Pará, provisoriamente, a Feliciano Coêlho.

13.º—*Capitão-mór: Antonio Cavalcante de Albuquerque* assume o Governo do Pará a instancias de seu sobrinho Feliciano Coêlho e da maioria dos moradores de Belém «presadores da tranquillidade civil», como diz Baena.

14.º—*Capitão-mór: Luiz do Rego Barros* volve ao cargo de Capitão-mór do Pará, com séde em Belém, em 1636 após alguns mezes de ausencia em São Luiz do Maranhão, em virtude de lhe terem sido favoraveis as sindicancias judicarias que em Belém procedêra, de ordem do Governador e Capitão General, Antonio Moniz Barreiros.

1.º *Governador e Capitão General Francisco Coêlho de Carvalho.*—Recebe Belém, no começo de Maio de 1636, a visita do Capitão General Francisco Coêlho de Carvalho. A 1 de Setembro passa á villa de Cametá «para convalescer das queixas da saúde na suavidade do clima» e falece no dia 15 do mesmo mez sendo sepultado na capela-mór da igreja de S. João Baptista, em Camutá-tapéra, fundada em dezembro de 1634.

2.º *Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará.*—Para substituir o Capitão General

Francisco Coêlho de Carvalho no governo do Estado, o Senado da Camara de São Luiz do Maranhão elége a Jacome Raimundo de Noronha, Provedor-mór da Fazenda Real, o qual toma posse do cargo solenemente, ali, a 9 de Outubro de 1636, acumulando-o ao cargo de Provedor. O Senado da Camara de Belém ao ter conhecimento dessa eleição através do Capitão Francisco de Azevêdo, emissario do governador de emergencia Jacome Raimundo de Noronha, seu procurador para essa missão, reúne e discute acaloradamente a procedencia julgando «apto para cumprir o encargo de promover e segurar a felicidade dos povos»—*Compendio das Eras*—Baena, pagina 37.

15.—*Capitão-mór: Capitão Francisco de Azevêdo*.—A 24 de Dezembro de 1636, chega á Belém o Capitão Azevêdo que, imediatamente, assume as funções de Capitão-mór prestando o competente compromisso perante o Senado da Camara de Belém. Sua nomeação tinha o character provisorio.

Seu governo foi de poucos dias. Adoecendo, subitamente, de «uma dor interna vehemente», como diz Baena, faleceu a 3 de Fevereiro de 1637.

16.º—*Capitão-mór: Capitão Ayres de Souza Chichorro*.—Que, nomeado pelo Governador do Estado, assume o governo a 17 de Março de 1637.

3.º *Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará Bento Maciel Parente*, fidalgo da Casa Real, Cavalleiro do Habito de Christo e perpetuo Senhor e Donatario da Capitania do Cabo do Norte.

Tomou posse do cargo, por nomeação Real, a 27 de Janeiro de 1638, recebendo-o das mãos de Jacome Raimundo de Noronha. Maciel era culto, perverso com os aborigenes e covarde. Esse predicado êle demonstrou, abundantemente, á 27 de Novembro de 1641 quando entregou, covardemente,

a cidade de S. Luiz do Maranhão aos holandeses capitaneados por João Cornelles.

17.—*Capitão-mór do Pará: Feliciano de Souza e Menezes*, cunhado do Governador Bento Maciel Parente.

Assumiu o Governo em Belém a 17 de Abril de 1638 vindo a falecer a 8 de Novembro do mesmo anno sem que, em sua curta administração, nada fizesse digno de registro historico.

18.—*Capitão-mór: Capitão Ayres de Souza Chichorro*.—Assume, outra vez, esse cargo a 9 de Novembro de 1638, por escôlha dos paraenses, que o convidaram, para êsse fim, «em obsequio do serviço do Monarcha e do Publico.»

19.—*Capitão-mór do Pará: Manoel Madeira*, que servia no Reino de Angôla. Nomeado em Carta Régia, assumiu o governo, em Belém, a 26 de Abril de 1639 recebendo-o das mãos do capitão Chichorro, que foi distinguido com a nomeação de Capitão-mór de Cameté.

A 16 de Fevereiro de 1640, o Senado da Camara de Belém o suspendeu das funções, assumindo-as, interinamente, de ordem do Capitão General governador do Estado.

20.—*Capitão-mór do Pará: Administração do Senado da Camara de Belém de 16 de Fevereiro de 1640 a 28 do mesmo mez e anno—13 dias apenas.*

21.—*Capitão-mór: Capitão Pedro Teixeira*, valente cabo de guerra, coberto de victorias contra os estrangeiros na Amazonia e conquistador d'altamazonia para o Brasil.

Pretendendo Pedro Teixeira fazer uma viagem á Europa, afim de pleitear recompensas aos relevantes serviços prestados á Amazonia, solicitou sua demissão do cargo de Capitão-môr do Pará sendo-lhe, então, nomeado um substituto mas,

quando nas vespersas de sua partida, fazia os arranjos para viagem adoeceu gravemente e faleceu, em fins de Maio de 1641.

22.º — *Capitão-mór* : *Francisco Cordovil Camacho*, Cavalleiro do Habito de Christo e Provedor-môr da Fazenda Real do Estado Nomeado pelo Capitão General governador do Estado, tomou posse do cargo em Belém, perante o Senado da Camara, a 26 de Maio de 1641. Seu governo foi, politicamente, um dos mais brilhantes que o Pará possuiu nesse ciclo historico.

Não é fóra de proposito destacar, dos atos de sua proveitosa administração, a passagem historica que se segue: «No dia 19 de Julho de 1642 abôca a barra do Pará, e surge nella um navio Hollandez. de que era Capitão Jaques Vandiquier: o qual manda dizer ao Capitão-mór (Camacho) que vem da ilha de São Christovão—nas Pequenas Antilhas—e se dirige para Lisbôa com o designio de ir servir a El-Rei de Portugal».

Pura farça.

O Capitão mór de Belém, Francisco Cordovil Camacho exigiu de Vandiquier a apresentação prévia do passaporte e mais papeis do navio para. então, franquear-lhe o porto de Belém. Sabia Camacho que o Maranhão caíra no dominio dos holandezes sob o governo de Pedro a Politico, por nomeação de João Cornelles e que o Capitão General e Governador Bento Maciel Parente havia sido levado prêzo para a Fortaleza dos Reis Magos de Natal e por isso mantinha-se em armas em Belém pronto a repelir a invasão dos holandezes.

Camacho não estava disposto a repetir o ato de covardia de Bento Maciel Parente, o «valente» com os selvagens e o pusilanime com os holandezes.

Belém somente cahiria depois de desaparecerem todos os soldados luso-paraenses que a guarneciam.

A resposta do comandante holandez foi levantar ferros e navegar até á ponta do Mosqueiro de accôrdo com Pedro Maciel Parente (sobrinho de Bento Maciel) que, trahindo á Patria, á similhaça de seu infame tio, vinha a bordo dessa embarcação inimiga com quarenta soldados portuguezes que por occasião da invasão de São Luiz do Maranhão d'ahi haviam sahido. D'ahi suspende ancoras o navio holandez e vem fundear uma legua, aproximadamente, de Belém ainda a conselho de Pedro Maciel Parente, que envia ao Senado da Camara de Belém uma carta ultimatum exigindo a submissão da Capitania de que era Capitão-mór, por Patente Régia.

O Senado da Camara «responde-lhe que comparêça á sala d'aquelle Governo Municipal onde será despachado como fôr de justiça» — «Compendio das Eras», pagina 56.

Pedro Maciel escoltado por uma patrulha de dez soldados armados, desembarca, em Belém, e hospeda-se na casa de um seu parente, de onde avisa ao Senado da Camara de sua presença na cidade.

O Senado da Camara de Belém, de accôrdo com o Capitão-mór Camacho informa a Pedro Maciel que tendo dado já conta ao Gabinete de Lisboa do seu comportamento com os invasores da Capital do Estado jamais poderia admiti-lo como Capitão-mór sem que o Soberano se digne declara-lo assim áquelle Senado, de um modo expresso e authentico »—Baena, obra citada, pag. 57.

Pedro Maciel reembarca e sáe barra a fóra, em o navio holandez, dando desembarque numa ilha, perto da Vigia, onde funda uma povoação com o nome de «São Pedro de Alcantara» — ilha de Colares—na esperança de reunir, ali, forças com as quaes podesse vencer a resistencia do Senado da Camara de Belém e apossar-se da Capitania. Nada consegue, porém.

Adoece gravemente e falece a 15 de Setembro de 1642 o distinto Capitão mór Francisco Cordovil Camacho.

23.º - *Capitão-mór do Pará*: O SENADO DA CAMARA DE BELÉM. Sentindo-se á morte, o brioso Capitão Camacho passa o exercicio de Capitão-mór da Capitania do Pará ao Senado da Camara.

Em Outubro de 1642, recebe o Senado da Camara uma comunicação do bravo capitão Antonio Moniz Barreiros comandante em chefe das forças luso-brasileiras contra os holandezes já havia «desbaratado os inimigos no Rio Itapicuru e tomado o FORTE DO CALVARIO e ocupado o CONVENTO DOS CARMELITAS, em São Luiz do Maranhão.

Nessa carta, Moniz Barreiros pede auxilio ao Pará para ultimar a expulsão de todos os holandezes do Maranhão. O Senado da Camara de Belém apêla, mais uma vez, para Pedro Maciel Parente a que se reunira seu irmão João Velho do Valle, capitão-mór do Cabo do Norte, com suas forças, no sentido de com a sua gente de guerra prestarem auxilio aos maranhenses na conclusão da expulsão dos holandezes do Maranhão.

Maciel, á vista das victorias alcançadas pelos maranhenses resolve seguir, em Novembro de 1642, áquêle destino com cento e treze soldados e setecentos tupinambás estes comandados por seus tucháuas e aquêles pelos capitães Ayres de Souza Chichorro, Bento Rodrigues de Oliveira e Pedro da Costa Favêla.

Essa expedição chega até Tapuitapéra onde achara o bravo Antonio Teixeira de Mello chefe da guerra contra os holandezes em successão a Antonio Muniz Barreiros, que falecera. D'ahi recuou Pedro Maciel Parente para o Pará, a pretexto de falta de munições volvendo em Maio de 1643 á Ilha de Colares, na bahia do Sol, no Pará.

Prevendo a falta de munições o Senado da Camara de Belém expediu, em Março de 1643, o capitão Antonio de Deus — o portuguez que, na fundação de Belém, foi o primeiro a saltar em as terras do Pará — com grandes reforços de munições de guerras trasidas da Bahia pelo Capitão Feliciano Corrêa á expedição de Pedro Maciel que, ainda assim, não quiz participar da lucta contra os holandezes no Maranhão tais os sentimentos de traição de que estava dominado. Mal-ditos os Maciel Parente

Primeiro Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, nomeado por El Rei Dom João IV a 4 de Setembro de 1642. *Pedro de Albuquerque*, pernambucano, fidalgo da Casa Real e Cavaleiro do Habito de Christo. Partira êle de Lisbôa no dia 20 de Abril de 1643 para o Maranhão levando «cento e cincoenta soldados e copioso abastecimento de munições e petrêchos de Guerra, algumas mulheres, tres religiosos Carmelitas e quatorze jesuitas».

Pedro de Albuquerque trazia a incumbencia de auxiliar, sfficientemente, a Antonio Teixeira de Mello na guerra da expulsão dos holandezes do Maranhão «*em cuja bahia* (diz Baena, obra citada, pagina 63) *não quiz entrar por falta de noticias do verdadeiro estado da terra.*» Falece esse bravo e malogrado Governador. a 6 de Fevereiro de 1644, sendo sepultado na Igrêja de Nossa Senhora do Carmo.

Governo Provisional do Pará.—O capitão Feliciano Corrêa e o sargento-mór do Estado Francisco Coêlho de Carvalho, após ao falecimento de Pedro de Albuquerque assumem o Governo Provisional, de acôrdo com a nomeação do Capitão General de, 30 de janeiro de 1644.

Segundo Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Sargento-mór do Estado Francisco Coelho de Carvalho—o SARDO, que toma posse do cargo na cidade de São Luiz do Maranhão já expurgada dos holandeses, a 17 de Junho de 1646. Falece em Belém a 15 de Fevereiro de 1648 sendo sepultado na Igreja de Santo Antonio.

24.º *Capitão-mór do Pará: Capitão Paulo Soares de Avelar*—Nomeado para êsse alto cargo pelo Capitão-General, tomou posse do mesmo a 28 de Julho de 1646, perante o Senado da Camara de Belém.

25. *Capitão-mór do Pará: Sebastião de Lucena de Azevêdo*—Nomeado em Carta Régia de Dom João IV. Recebe o Governo do Pará das mãos de Paulo Soares de Avelar. Sua conducta, na administração, arrastou-o ao desterro no Rio Gurupí em Janeiro de 1648.

26.º *Capitão-mór do Pará: Capitão Ayres de Souza Chichôrro* que inicia o seu Governo a 15 de Fevereiro de 1648. Segundo Baena, Chichôrro «procede com prudencia e madureza nas cousas do governo,»

Terceiro Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão Pará, Luiz de Magalhaens—Fidalgo da Casa Real e comendador de Santiago de Ganha na Ordem de Christo e capitão de infantaria do Exercito. Inicia seu governo na cidade de São Luiz do Maranhão a 17 de Fevereiro de 1649, por nomeação régia.

27.º *Capitão-mór do Pará: Ignacio do Rêgo Barrêto*.—Cavalleiro profêso da Ordem de São Bento de Aviz, o qual foi nomeado em Carta Régia para substituir o Capitão Chichôrro havendo tomado posse desse cargo a 17 de Julho de 1649.

28.º - *Capitão-mór do Pará: Capitão Ayres de Souza Chichorro*, que toma posse do cargo a 19 de Junho de 1650 por nomeação do Capitão General. Em 1751, o Senado da Camara de Belém representa ao Rei, em seu nome e do Povo paraense, a necessidade de tornar o Pará independente do governo do Maranhão.

Governo do Pará independente do Maranhão de acôrdo com o Reserito de 23 de Fevereiro de 1652.

CAPITÃES-MÔRES

1.º - *Capitão-mór Governador do Pará: Ignacio do Rêgo Barrêto*. Verificada a improcedência das acusações que lhes fôram imputadas, volveu ao governo do Pará tomando posse perante o Senado da Camara de Belém a 5 de Dezembro de 1652.

No seu governo fundou-se em Belém a Alfandega do Pará em Junho de 1653 e Belém teve a grande honra de receber a visita do grande apóstolo dos aborígenes da Amazonia o Padre Antonio Vieira. Falece esse capitão-mór a 25 de Março de 1654. Ocupo-me, detalhadamente, do Grande Padre Antonio Vieira no meu livro, a publicar Ilha Grande de Joannes—Marajó.

2.º - *Capitão-mór e Governador do Pará, interino: Sargento-mór Pedro Corrêa*, morgado da Ilha Graciosa—sobrinho de Pedro Teixeira, o conquistador d'altamazonia—que tomou posse do cargo a 30 de Março de 1654, por ser o militar mais graduado da guarnição. Adoece gravemente o capitão-mór que, prevendo a morte chama o capitão Domingos Machado a quem entrega as chaves do Forte, já chamado do Castello.

3. - *Capitão-mór e Governador militar do Pará: Capitão Domingos Machado*. O Senado da Camara atendendo a que êsse capitão era o unico

que tinha sua patente firmada pelo Rei deferiu-lhe a posse de commandante das armas da capitania do Pará a 8 de Maio de 1854, ficando o mesmo Senado com a administração da cidade e capitania e na gerencia de sua politica.

Em Junho de 1654 o Senado da Camara de Belém faz registrar a Lei de 17 de Outubro de 1653 que autorisa o cativeiro «licito dos Sylvícolas obtida pelo Procurador do Pará Manoel Guedes Aranha.» - «Compendio das Eras». Baena, pagina 77. O Padre Antonio Vieira, decepcionado com essa lei embarca, dias depois dela registrada, ainda em Junho, para Portugal afim de conseguir a sua revogação,

4.º *Capitão-mór e Governador do Pará: Capitão Ayres de Souza Chichorro.* Com a presença do Dezembargador João Cabral de Barros que havia chegado de Lisbôa á Belém em fins de Agosto de 1654, reúne-se o Senado da Camara de Belém, nobreza, cléro e povo na Santa Casa de Misericórdia e elége capitão-mór e governador da Capitania ao Capitão Chichorro que toma posse do cargo, após a eleição, a 10 de Setembro de 1654.

Volta o Pará a fundir-se com o Maranhão num Governo Geral. Reserito de 25 de Agosto de 1651, que revogou a Lei de 23 de Fevereiro de 1652.

Para essa nova situação administrativa certo muito concorreu o Padre Antonio Vieira que, sendo consultado pelo Rei sobre a conveniencia da fusão de um só Governo Pará-Maranhão, em carta de 4 de Abril de 1654, baseado na sua observação *in loco*, com a franqueza patriotica que o caraterisava afirmou: «Eu, senhor, razões politicas nunca as soube, e hoje as sei muito menos;

mas para obedecer direi toscamente o que me parece. Digo que menos mal será um ladrão, que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem que um..." Sem commentarios.

Primeiro Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: André Vidal de Negreiros, fidalgo da Casa Real. Comendador de São Pedro do Sul e Alcaide-mór das Villas de Marialva e Moreira, Assumiu o Governo perante o Senado da Camara de São Luiz do Maranhão a 11 de Maio de 1655.

Vidal de Negreiros recebeu do Rei de Portugal um Regimento, com cincoenta e oito artigos, datado de 14 de Abril de 1655 o qual estabelecia qual as suas obrigações e competência no Governo. Arthur Vianna, grande historiographo paraense no 1.º Tomo dos *Annaes da Bib. e Arch. Publico do Pará*, pagina 45 diz, referindo-se a esse Regimento e ao douto padre Antonio Vieira: «E' possivel que o famoso jesuita influisse no régio animo (D. João IV), e isto se depreheende do tom do seu parecer—carta de 4 de Abril de 1654. Tão lata e tão absoluta é que não podia ser essa influencia.» «Vide, para exemplo, os capitulos 37, 8, 44, 46, 51, 53 e 57 em confronto com os artigos de seu parecer.»

1.º Capitão-mór do Pará: Sargento-mór Luiz Pimenta e Moraes. Nomeado pelo Capitão General Vidal de Negreiros que, para isso, tinha authorisação real, tomou posse do cargo a 8 de Dezembro de 1655, no Senado da Camara de Belém. Pouco tempo manteve-se no governo da Capitania do Pará sr. Pimenta de Moraes porque tendo urgente necessidade de voltar á Lisboa solicitou sua demissão.

2.º Capitão-mór do Pará: Feliciano Corrêa, que assumiu o exercicio de seu cargo no dia 16

de Agosto de 1656. No seu Governo, recebe instrucções para prevenir-se contra as aggressões dos holandezes na Amazonia os quaes barganhavam com os neêngaíbas de Marajó.

Governador interino do Estado do Maranhão e Grão Pará; Sargento-mór: Agostinho Corrêa nomeado pelo Capitão General Vidal de Negreiros, que segue para Pernambuco afim de «suceder no Governo d'ahi ao Mestre de Campo General Francisco Barrêto mudado para a Governança do Estado do Brasil», segundo Baena. Assume o Governo a 23 de Setembro de 1656, sendo substituído a 16 de Junho de 1658.

Segundo Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará Dom Pedro de Mello, comendador da Ordem de Christo das Comendas de Santa Maria de Anchete e Gulfar. Assume as funções perante o Senado da Camara de S. Luiz do Maranhão das mãos do sargento-mór Agostinho Corrêa, a 16 de Junho de 1658.

3. -- *Capitão-mór: Marçal Nunes da Costa*, cavaleiro do Habito de Christo, o qual toma posse da Capitania do Pará a 10 de Setembro de 1658.

No seu governo, segue em Agosto de 1659, o grande apóstolo da Amazonia padre Antonio Vieira á Ilha Grande de Joannes, Marajó, onde, com muita felicidade, consegue pacificar os neêngaíbas. Lêr a respeito o capitulo «A Pacificação dos Neêngaíbas», no meu livro «Ilha Grande de Joannes-Marajó.»

Tambem é firmado um acôrdo entre os Senado da Camara do Pará e Maranhão, a 12 de Janeiro de 1660, no interesse do serviço publico e no proposito de afastar a influencia dos jesuitas das aldeias dos aborígenes, que, no apóstolo padre Antonio Vieira tinham o seu maior amigo e defensor.

A campanha dos colonos chega ao ponto de,

desconhecendo a obra imortal de Vieira, na pacificação do selvagem marajoára, enviaram a S. Luiz do Maranhão o vereador Manoel Cordeiro Jardim representar ao Capitão-General contra os nêengaibás que, diziam continuarem os mesmos negando assim os frutos da grande obra de catequês de Padre Vieira em Marajó. Deixa o Governo do Pará a 16 de Abril de 1662, quando é substituído.

Capitão General e Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará: Rui Vaz de Siqueira, comendador de São Vicente da Beira na Ordem de Christo, o qual toma posse perante o Senado da Camara de São Luiz do Maranhão, a 16 de Março de 1662.

4.º — *Capitão-mór do Pará: Francisco de Seixas Pinto* que, em virtude da Carta Régia, assume o Governo da Capitania, no Senado da Camara de Belém, a 1662, deixando-o a 5 de Junho de 1665.

**Reinado de Dom Afonso VI, que
toma posse do Governo do
Reino de Portugal e de seus
vastos dominios a 21 de
Junho de 1662.**

5.º — *Capitão-mór do Pará: Feliciano Corrêa*. Toma posse do cargo a 5 de Junho de 1665. No seu Governo é iniciado, em Agosto de 1665, a construção do Forte de São Pedro Nolasco, nas proximidades do Convento das Mercês. Deixa o Governo a 21 de Janeiro de 1666.

6.º — *Capitão-mór do Pará: Antonio Pinto de Gaia*, sargento-mór da infantaria, cavaleiro da

Ordem de Christo nomeado Capitão-mór pelo Rei, toma posse do cargo, perante o Senado da Camara de Belém, a 21 de Janeiro de 1666.

Regencia do Infante Dom Pedro, a qual se inicia a 23 de Novembro de 1667, data em que D. Afonso VI é afastado do throno pelo Congresso das Côrtes. Dom Pedro prestou solene juramento a 27 de Janeiro de 1668. A D. Affonso foi, apenas, por consolação, permitido o uso do titulo de Rei —sem reino.

4.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, Antonio de Albuquerque Coêlho de Carvalho, filho legitimo de Francisco Coêlho de Carvalho, Governador e Capitão General do Maranhão e Grão Pará, em 1626. Toma posse do cargo a 22 de Junho de 1667 recebendo-o das mãos de Rui Vaz de Siqueira, perante o Senado da Camara de São Luiz do Maranhão, capital do Estado.

Durante o seu governo desfez vários atos de Rui Vaz de Siqueira que era apontado como mau administrador. Rui, desgostoso volve á Lisbôa mandando antes de partir o navio um recado ao Governador Coêlho de Carvalho que o aguardaria em Lisbôa para um pessoal ajuste de contas.

7.º Capitão-mór do Pará: Manoel Guedes Aranha, que assumiu suas funções a 3 de Setembro de 1667, perante o Senado da Camara de Belém.

8.º Capitão-mór: Paulo Martins Garro, nomeado pelo Capitão General Governador toma posse a 1 de Abril de 1668. Deixa o Governo a 9 de Junho de 1669 por ter, licenciado, embarcado para Portugal.

9.º Capitão mór: Feliciano Corrêa, designado pelo Capitão General, assume o Governo da Capitania do Pará a 9 de Junho de 1669.

10.º Capitão-mór: Antonio Pinto da Gaia que reassume essas funções a 1 de Abril de 1670, das quais fôra afastado por dois ânos pelo Capitão General Governador.

5.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Pedro Cezar de Menezes, Mestre de Campo da Guarnição da Praça de Campo Maior, Fidalgo da Casa Real e Comendador de Santa Maria de Covilham na Ordem de Christo, o qual assume o Governo a 9 de Janeiro de 1671, no Senado da Camara de São Luiz do Maranhão, sucedendo a Antonio de Albuquerque Coêlho de Carvalho.

11.º Capitão-mór do Pará: Marçal Nunes da Costa. Assume o exercicio do cargo a 30 de Julho de 1674. Pelo Regimento que recebeu estando o Capitão General e Governador do Maranhão e Grão Pará em Belém cessaram as suas funções, fáto que o desagradou bastante.

6.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Ignacio Coêlho da Silva, Fidalgo da Casa Real, comendador de Santa Maria de Castro de Laboreiro e Capitão-mór da Capitania da Parahiba. Assumiu o Governo do Estado a 17 de Fevereiro de 1678, em São Luiz do Maranhão. Cumprindo as determinações da Metropole transportou-se á Belém onde se achava ainda o seu antecessor Capitão General Pedro Cezar de Menezes que lhe entregou o Governo do Grão Pará a 20 de Julho, com as formalidades do estilo, na casa do Senado da Camara de Belém.

Ignacio Coêlho da Silva foi moderado e tolerante.

A tradição colhida por Baena—«Compendio das Eras»,—pagina 150 conta este episodio: Certa vez, perguntando ao Prior do Carmo Frei João

da Encarnação com que licença fundára, no Bujarú, a engenhoca «Santa Therêza de Monte Alegre», esse carmelita disséra-lhe, com muito espirito: «com a licença de Santo Elias.» Cezar de Menezes riu-se e deixou passar a infração ás ordens da Metropole nesse sentido.

7.^o *Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Francisco de Sá Menezes.* Tomou posse do Governo a 27 de Maio de 1682 na cidade de São Luiz do Maranhão. A 20 de Outubro de 1682 chega esse Governador á Belém do Pará e nesse mesmo dia recebe o Governo das mãos de Ignacio Coêlho da Silva.

**Reinado de Dom Pedro II, como
Regente, do Reino, iniciado
a 12 de Setembro de 1683,
data do falecimento de El-Rei
Dom Affonso VI, seu irmão,
nos Paços de Cintra onde
esteve nove ânos após seu
regresso do Castello de An-
gra, Capital dos Açores.**

8.^o *Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Gomes Freire de Andrade,* Tenente General de Cavalaria da Provincia do Alemtejo, recebeu o Governo do Estado das mãos do Senado da Camara de São Luiz do Maranhão a 16 de Maio de 1685. Coube a Gomes Freire de Andrade a pacificação do Maranhão agitado pela Revolução Beckman ou Bequimão,

como geralmente ali o chamavam Baena diz que Gomes Freire de Andrade escrevêra a «Historia do Maranhão, que nunca foi publicada.»

12. *Capitão-mór do Pará: Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho*, que assume as funções de seu cargo a 25 de Julho de 1685

9.º *Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Arthur de Sá Menezes*, Comendador de São Pedro de Folgozinho da Ordem de Christo, de Santa Maria da Meimca da Ordem de Aviz e Capitão de Infantaria do Terço de Setubal. Sua posse ocorreu em São Luiz do Maranhão, perante o Senado da Camara d'ali, a 26 de Março de 1687.

Gomes Freire de Andrade se achava a esse tempo em Belém do Pará. Observando, após á posse, que na Carta de sua nomeação constava a clausula de que não deveria assumir o Governo enquanto estivesse nas terras do Estado o General Gomes Freire de Andrade prontamente largou o Governo e enviou um expresse ao Pará a Gomes Freire solicitando-lhe transporte á Belém.

A 8 de Junho de 1687. saltou Arthur de Sá de Menezes em Belém sendo hospedado por Gomes Freire no Palacio do Governo. A 14 de Julho resolveu Gomes Freire de Andrade entregar-lhe o governo. O Senado da Camara de Belém, como homenagem publica, colocou, solenemente, na sala das sessões o retrato do Capitão General Gomes Freire de Andrade. Esse retrato pintado sobre uma placa de zinco pertence ha ânos, ao Instituto Historico do Pará. E' uma béla reliquia dos tempos coloniais.

A 23 de Julho regressa Gomes Freire á Lisboa.

No decorrer de Outubro de 1687 regressa o Capitão General Arthur de Sá e Menezes a São Luiz do Maranhão.

10.º *Governador e Capitão General do Maranhão e Grão Pará: Antonio de Albuquerque*, Sargento-mór de Batalha –equivalente, no tempo de Baena (1838), ao posto de Marechal de Campo, Alcaide-mór da Vila de Sines. Donatario das Capitánias de Santo Antonio de Alcantara e de Santa Cruz de Camutá, Senhor do Couto de Outil, Comendador de Santo Ildefonso na Ordem de Aviz, de Santa Maria de Cea de Vila Cova na Ordem de Christo e Capitão-mór do Pará.

Assumiu o Governo a 17 de Maio de 1690, em Belém do Pará, e em Junho do mesmo anno parte para São Luiz do Maranhão onde foi residir.

13.º *Capitão-mór do Pará: Hilario de Souza de Azevedo*. Tomou posse desse cargo a 27 de Agosto ds 1690. Diz Baena que Azevêdo foi um «homem dotado de boas qualidades morais» e que falecêra de febres a 15 de Maio de 1697 quando se achava em Gurupá, onde foi sepultado

14.º *Capitão-mór do Pará: João de Vellasco Molina*. Assume o governo a 20 de Julho de 1698, perante o Senado da Camara de Belém que, desde Maio de 1697, estava á frente do Governo da Capitania.

Governador interino do Estado do Maranhão e Grão Pará: Fernão Carrilho, tenente de Mestre de Campo General e Logar-Tenente do Governador do Estado. Toma posse do cargo a 30 de Junho de 1701, perante o Senado da Camara de Belém, onde, a esse tempo, se encontrava.

11.º *Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Dom Manoel Rolim de Moura*, comendador e Alcaide mór de Santa Maria de Chavaceira e capitão de infantaria. Sua posse ocorreu em São Luiz do Maranhão a 8 de Julho de 1702. A 10 de Agosto chega Dom Rolim de Moura á Belém, capital da Capitania do Pará.

Governador e Capitão General interino do Estado do Maranhão e Grão Pará : João de Velasco Molina, capitão-mór do Pará. Assume o cargo a 13 de Setembro de 1705.

Reinado de Dom João V, que sóbe, automaticamente, ao trono portuguez, em fins de Dezembro de 1706 quando ocorreu o falecimento de El-Rei Dom Pedro II, seu pai.

12.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará : Christovão da Costa Freire, Senhor de Pancas, e Mestre de Campo da Infantaria Auxiliar do Termo de Lisboa. Toma posse do cargo a 12 de Janeiro de 1707, em São Luiz do Maranhão. A 9 de Abril de 1707 chega á Belém do Pará o Capitão General Christovão da Costa Freire, acompanhado de Dom Manoel Rolim de Moura, seu antecessor que, d'aquí deveria seguir para Lisboa, na primeira monção. A 10 de Julho de 1707, segue Dom Rolim de Moura para Portugal, levando uma procuração geral do Senado da Camara de Belém para representa-la na Metropole.

15.º—Capitão-mór do Pará: Pedro Mendes Thomaz, sargento mór de infantaria, nomeado em Carta Régia. Tomou posse da Capitania a 19 de Abril de 1710.

16.º Capitão-mór: João de Barros da Guerra que substitue, a 19 de Abril de 1710, a Mendes Thomaz. Guerra falece no Rio Madeira em consequencia de um accidente, sendo sepultado á margem desse Rio.

17.º Capitão-mór do Pará: José Velho de Azevedo, Tenente General de Artilharia. Assume

o exercício de seu cargo a 11 de Junho de 1716, por nomeação real.

13.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Bernardo Pereira de Berredo fidalgo da Casa Real, e capitão de cavalaria do Exército. Toma posse do cargo em São Luiz do Maranhão a 18 de Junho de 1718. Em fins de Julho chega Berrêdo á Belém. Durante o seu governo prestou relevante serviço ás letras historicas da Amazonia escrevendo, com o auxilio, talvez, da obra inédita de Gomes Freire de Andrade (desaparecida em original), os « Anais Historicos do Estado do Maranhão e Grão Pará » — fonte bem aproveitada por Baena no « Compendio das Eras. »

14.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: João da Maia da Gama, ex-governador da Paraíba. Assume as funções de seu cargo em São Luiz do Maranhão a 19 de Julho de 1722. Em fins de Setembro de 1722 chegam á Belém do Pará Berrêdo e seu sucessor Maia da Gama.

15.º Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Alexandre de Souza Freire, mestre de Campo dos corpos auxiliares. Sua posse ocorreu em São Luiz do Maranhão, então capital do Estado, a 14 de Abril de 1728.

18.º Capitão mór do Pará: Antonio Marreiros que recebe essas funções das mãos do Tenente General de Artilharia José Velho de Azevedo a 15 de Agosto de 1728.

16.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: José da Serra, Chefe de Esquadra da Real Marinha portugüesa. Assume o Governo em São Luiz do Maranhão, a 16 de Julho de 1732. Faléce em Belém, de febres,

a 20 de Março de 1736, sendo sepultado na Cathedral.

19.º Capitão-mór do Pará: Antonio Duarte de Barros. Assume o cargo, perante o Senado da Camara de Belém, a 28 de Julho de 1732.

Governador interino do Estado do Maranhão e Grão Pará: Antonio Duarte de Barros. Por deliberação do Senado da Camara de Belém, de acôrdo com o parecer do Ouvidor Geral, assume o Governo do Estado a 20 de Março de 1736, em substituição ao Governador José da Serra que, nesse dia, falecera.

17.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: João de Abreu Castello Branco, fidalgo da Casa Real, comendador de Collos da Ordem de São Thiago. Presta afirmação e toma posse do cargo a 18 de Setembro de 1737, perante o Senado da Camara de Belém. Castello Branco fôra removido do Governo da Ilha da Madeira para o do Estado do Maranhão.

18.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará: Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, comendador da Ordem de Christo e ex-governador da Ilha da Madeira. Assume o Governo perante o Senado da Camara de Belém a 17 de Agosto de 1747.

19.º Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comendador de Santa Marinha de Mata de Lôbos, da Ordem de Christo, capitão-tenente da Real Marinha. Assume o Governo perante o Senado da Camara de Belém, a 24 de Setembro de 1751. Esse governador era irmão do notavel Marquez de Pombal e foi um dos maiores administradores do Pará.

20.º Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará e Rio Negro: Manoel Bernardo de Mello e Castro, Alcaide-mór

e Senhor dos Direitos Reais da Villa de Sernancelhe, comendador de São Pedro das Albas da Ordem de Christo e coronel chefe do Regimento de infantaria da guarnição da Praça de Cascaes. Recebeu o Governo das mãos do Bispo do Pará Dom Frei Miguel de Bulhoens, no Senado da Camara de Belém, a 2 de Março de 1759. A 1 de Abril regréssa ao Rio Negro o Capitão General Mendonça Furtado que, nesse mesmo mez se retira, em navio de guerra, para Portugal.

21.º *Governador e Capitão General do Grão Pará, Maranhão e Rio Negro: Fernando da Costa Ataíde Teive*, comendador da Ordem de Aviz e Coronel de Cavallaria da Praça de Almeida. Presta afirmação e toma posse do Governo, em Belém, a 14 de Setembro de 1763.

22.º *Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará, Maranhão e Rio Negro: João Pereira Caldas*. Alcaide-mór, comendador de São Mamede de Troviscoso, da Ordem de Christo e coronel de cavallaria do Exercito portuguez. Posse em Belém a 21 de Novembro da 1772.

Reinado de Dona Maria I e seu tio e marido Dom Pedro III, que éla associou ao trono.

Esse reinado começou a 24 de Fevereiro de 1777, com a morte de Dom José I, pai de D. Maria I.

23.º *Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro: José de Napoles Tello de Menezes*, cavalleiro da Ordem de Christo e Tenente da Cavallaria da Praça de Almeida. Assume o cargo a 4 de março de 1780.

24.º *Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro: Martinho de Souza Albuquerque*, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da Ordem de Malta e coronel de Infantaria do Exercito

portuguez. Presta compromisso e assume o governo do Estado perante o Senado da Camara de Belém, a 25 de Outubro de 1783.

25.º Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro: Dom Francisco de Souza Coutinho, cavalleiro da Ordem de Malta e Capitão de Fragata da Real Armada portugêsa. Assume o Governo a 15 de Junho de 1790, perante o Senado da Camara de Belém.

Reinado do Principe do Brasil Dom João em substituição á Rainha Dona Maria I, sua mãe, que enfermára gravemente das faeuldades mentais.

26.º Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro: Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, comendador da Ordem de Christo e capitão do Regimento de Cavallaria da Praça d'Elvas. Toma posse do Governo a 22 de Setembro de 1803 perante o Senado da Camara de Belém. Deixa o Governo a 10 de Março de 1806 para ir assumir o elevado posto de Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro, para onde se embarcou após passar o Governo ao substituto legal.

27.º Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro: José Narcizo de Magalhaens Menezes, Tenente General dos Reais Exercitos e comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz. Assume o Governo a 10 de Março de 1806, no Senado da Camara de Belém e falece a 20 de Dezembro de 1810 em consequencia de um antraz,

sendo sepultado na Igreja das Mercês. No seu governo os luso-paraenses conquistam a Guyana Franceza ocupando Cayena.

Junta de Successão Provisional—De conformidade com o alvará de 12 de Dezembro de 1770, após o falecimento do capitão General Magalhaens de Menezes uma Junta composta do Bispo Dom Manoel de Almeida Carvalho, Brigadeiro Manoel Marques e desembargador ouvidor da Comarca do Pará Joaquim Clemente da Silva Pombo, assume o Governo do Estado do Grão Pará e Rio Negro, a 20 de Dezembro de 1810.

28.º Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro : Antonio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa Flôr, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, seu Copeiro Mór, comendador da Ordem de Christo, cavalleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro de cavallaria do Exercito Portuguez. Assume o Governo do Estado a 10 de Outubro de 1817, prestando afirmação perante o Senado da Camara de Belém.

A 17 de Abril de 1818, aporta á Belém o brigue «Palhaço» trazendo a seu bordo Dona Maria José do Livramento Mello, condessa de Villa Flôr. Belém recebeu-a com deslumbrantes festas. A condessa, porém, adoêce gravemente e vem a falecer a 1 de Julho sendo sepultada na Cathedral (Sé). Foi seu medico assistente o dr. Antonio Corrêa de Lacerda. Viúvo, o Conde Villa Flôr, com licença da Metropole, segue ao Rio de Janeiro a 1 de Julho de 1820 afim de casar-se com uma filha do Marquez de Loulé.

Junta de Successão Provisional—Volta o Estado do Grão Pará e Rio Negro a ser, interinamente, governado pela Junta estabelecida no Alvará de 12 de Dezembro de 1770, a qual assume o Governo a 1 de Julho de 1820 e era composta do

Arceidiago Antonio da Cunha, coronel Joaquim Felipe dos Reis e desembargador Ouvidor da Comarca do Pará Antonio Maria Carneiro e Sá.

O Pará na vanguarda da constitucionalização do Brasil.

O joven bacharelado em Direito Filippe Alberto Patroni Maciel Parente, de 22 anos de idade, da Universidade de Coimbra, abandona seus estudos em Portugal e vem, á Belém do Pará, semear as idéas constitucionalistas da Revolução do Porto, de 24 de Agosto de 1820. Sua propaganda foi rapida e eficiente. Foi uma revolução branca sem o derrame de uma gôta de sangue. Houve concentração de forças da guarnição no Largo de Palacio que, depois de vencido o movimento passou a chamar-se Praça da Constituição. Ocorreu esse golpe a 1 de Janeiro de 1821, data em que foi constituído o nôvo governo.

1.^a *Junta Provisoria por aclamação popular do Governo do Grão Pará e Rio Negro*—Compunham essa nôva Junta, que deveria governar segundo a novissima Constituição de Portugal, as seguintes pessoas: Conêgo Vigario Capitular Romualdo Antonio de Seixas, do juiz de Fôra Joaquim Pereira de Macêdo coronel João Pereira Villaça, coronel Francisco José Rodrigues Barata, coronel Giraldo José de Abreu, tenente coronel Francisco José de Faria, comerciante Francisco Gonçalves Lima e Agricultores João da Fonsêca Freitas e José Rodrigues de Castro Góes. Essa numerosa Junta iniciou seu governo a 1 de Janeiro de 1821.

2.^a *Junta Provisoria do Governo do Grão Pará e Rio Negro*— Em observancia ao Decreto das Côrtes, de Portugal, de 29 de Setembro de

1821, o povo paraense elegeu uma nova Junta Provisoria de Governo do Estado, a qual compunha-se das seguintes pessoas: Doutor (medico) Antonio Corrêa de Lacerda, proprietario João Pereira da Cunha e Queiroz, chantre da Cathedral, Joaquim Pedro de Moraes Bitencourt, capitão de fragata José Joaquim da Silva, major reformado Balthazar Alves Pestana, capitão Manoel Gomes Pinto e do lavrador José Rodrigues Lima.

3. *Junta Provisoria do Governo do Estado do Grão Pará e Rio Negro*—eleita por um movimento lusitano das forças armadas portuguesas contrarias á Independencia do Brasil.

Essa Junta compunha-se do governador do bispado conêgo Romualdo Antonio de Seixas; do coronel Giraldo José de Abreu; do juiz de Fóra Joaquim Corrêa da Gama Paiva; de Francisco Custodio Corrêa; de Joaquim Antonio da Silva; do tenente-coronel Theodosio Constantino de Chermont e de João Batista Léo. Essa Junta iniciou o seu governo a 1.º de Maio de 1823.

4.ª *Junta Provisoria do Governo do Estado do Grão Pará e Rio Negro*—Após a adesão do Pará á Independencia, a 15 de Agosto de 1823, foi eleita pelo povo paraense a Junta Provisoria que deveria governar o Estado até que viesse da Metropole, no Rio de Janeiro, um governador legalmente nomeado. Essa ultima Junta foi assim constituída: coronel Giraldo José de Abreu, capitão José Ribeiro Guimaraens, conêgo João Batista Gonçalves Campos—o patriarcha da Independencia do Brasil na Amazonia—alferes porta-bandeira do 1.º Regimento de Milicias Felix Antonio Clemente Malcher e do Capitão de artilharia João Henrique de Mattos, a qual Junta prestou affirmacão e começou a governar a 18 de Agosto de 1823.

BELÉM DO PARÁ

INDICE

	PAGINAS
PRÓLOGO — PROFESSOR ABELARDO CONDURÚ.....	3 a 10
I—FUNDAÇÃO DE BELEM--1616 a 1623.....	11 a 26
II—FUNDAÇÃO DA ALDEIA DO UNA, PELOS CA- PUCHOS DE SANTO ANTONIO--1624 a 1655.	27 a 34
III—CHEGAM A BELEM CINCOENTA FAMILIAS BRANCAS PORTUGUEZAS--1676 a 1719....	35 a 42
IV—SAÚDE PUBLICA. ESTRADA DO PARÁ A S. LUIZ DO MARANHÃO--1721 a 1749.....	43 a 54
V—REINADO DE D. JOSÉ I--1750 a 1777.....	55 a 64
VI—FUNDAÇÃO DE MAZAGÃO--1770 a 1774....	65 a 74
VII—REINADO DE D. MARIA I--1777 a 1789...	75 a 84
VIII--REINADO DO PRINCIPE D. JOÃO--1790 a 1798	85 a 94
IX—CONTINUAÇÃO DA REGENCIA DE D. JOÃO— 1799 a 1802.....	95 a 101
X—GOVERNO DO CONDE DOS ARCOS--1803 a 1806	103 a 114
XI—GOVERNO DO TENENTE GENERAL JOSÉ DE MAGALHAENS E MENEZES--1806 a 1810..	115 a 124
XII—GOVERNO DA JUNTA SUCESSORA PROVI- SIONAL--1810 a 1817.....	125 a 132
XIII--GOVERNO DO CONDE DE VILLA FLOR— 1817 a 1820....	133 a 148

XIV—A ATUAÇÃO DE PATRONI NO PARÁ— 1820 a 1822.....	140 a 160
XV—CONSTRUÇÕES NAVAIS NO PARÁ, LUTAS PELA INDEPENDENCIA DO BRASIL NO PARÁ 14 DE ABRIL DE 1822 a 1823.....	161 a 172
XVI—A INDEPENDENCIA EM MUANÁ—28 DE MAIO DE 1823.....	173 a 184
XVII —A PARTIDA DE GRENDEL PARA O PARÁ. A ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDENCIA DO BRASIL—1823.....	185 a 101
XVIII—ABASTECIMENTO DA CARNE VERDE EM BE- LÉM; HISTORIA DA INDUSTRIA PASTORIL NO MARAJÓ. O PRIMEIRO ACOUGUE DE BE- LÉM—1644 a 1726.....	193 a 198
XIX—O SERVIÇO HOSPITALAR DO PARÁ. A FUN- DAÇÃO DA CONFRARIA E DEPOIS IRMAN- DADE DE MISERICORDIA DO PARÁ.....	199 a 229
XX—CICLO DOS CAPITÃES MÓRES E GERAIS— 1616 a 1823.....	230 a 261



38.736



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

